

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Instituto de Psicologia

Mestrado em Psicologia

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA:

**UMA BREVE CARTOGRAFIA DA AUTOGESTÃO COMO
PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO**

Ana Beatriz Melo

Belo Horizonte

2007

Ana Beatriz Melo

**NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA BREVE CARTOGRAFIA DA AUTOGESTÃO COMO PROCESSO DE
SUBJETIVAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: William César Castilho Pereira.

Belo Horizonte

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M528n Melo, Ana Beatriz Trindade de
Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação I Ana Beatriz Trindade de Melo. - Belo Horizonte, 2007.
152f.

Orientador: Prof. Dr. Willian César Castilho.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Psicologia.

Bibliografia.
1.Cooperativas - Brasil. 2. Cooperativismo. 3. Economia social. 4. Trabalhadores. 5. Subjetividade. I. Castilho, Willian César Castilho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDU:334

Bibliotecária - Valéria I. S. Mancini - CRB -1682

Ana Beatriz Melo

Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

William César Castilho Pereira (Orientador) – PUC Minas

Eduardo Mourão Vasconcelos – UFRJ

José Newton Garcia de Araújo – PUC Minas

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma produção heterogênea e coletiva, marcada pela generosidade e sensibilidade de tantas pessoas inesquecíveis, que propiciaram a abertura de infinitos campos de possibilidades, através dos quais projetos que, à primeira vista, pareciam impossíveis se tornaram realidade. Pessoas especiais que me ajudaram a subverter caminhos pré-traçados, fazendo da minha vida uma alegre e suave reinvenção.

Agradeço de alma e coração:

- a todas da cooperativa “Mulheres Mãos Amigas”;
- ao professor e orientador William César Castilho Pereira;
- aos professores Eduardo Mourão Vasconcelos e José Newton Garcia de Araújo;
- a todos da Obra Social Dom Bosco, em especial a Ariadne Coelho e a irmã Ana Maria;
- a André Dawidson Souza Silva;
- a todos do Instituto Félix Guattari, em especial ao Dr. Gregório Baremlitt e a Dra. Margarete Amorim;
- a Paulo César Lacerda;
- ao Dr. Márcio Bittar Nehemy;
- a Sonaly, Adriane e Carla;
- a minha família.

É possível unir o que a globalização hegemônica separa e separar o que a globalização hegemônica une? Residirá tão-só nisso a globalização contra-hegemônica? É possível contestar as formas de regulação social dominantes e a partir daí reinventar a emancipação social? Não será essa reinvenção apenas uma armadilha que a modernidade ocidental nos prepara no momento em que nos julgamos sair dela? Qual é a contribuição dos pesquisadores para enfrentar esses desafios? Estou hoje convencido que foi fatal para a ciência moderna, e para as ciências sociais em especial, ter abandonado o objetivo da luta por uma sociedade mais justa.

(SANTOS, 2005, p. 18)

RESUMO

O movimento de economia solidária surgiu no Brasil no início da década de 90, a partir da reorganização de uma série de ações sociais já existentes no cenário nacional desde os anos 70, tais quais práticas de “educação popular”, propostas de recuperação de empresas a partir de parâmetros autogestionários, iniciativas de cooperativismo, entre outras.

Atualmente, fazem parte desse movimento diversas experiências de produção, consumo, crédito e comercialização, que se norteiam pelos seguintes princípios: desenvolvimento sustentável, cooperação, democracia participativa, igualitarismo e autogestão. A partir da presente pesquisa, pretende-se desenvolver alguns pontos de análise relativos às contradições e aos paradoxos intrínsecos a tais grupos autogestionários, tendo-se em vista uma concepção “singular” da autogestão como processo de subjetivação.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativa, autogestão, processo de subjetivação.

ABSTRACT

The movement of solidary economy appeared in Brazil at the beginning of the decade of 1990, from the reorganization of a series of existing social actions already in the national scene since the seventies, such as “popular education” initiatives, proposals of recovery of companies from self-management parameters, initiatives of cooperativism, among others. Currently, experiences of production, consumption, credit and commercialization are diverse part of this movement, guided by the following principles: sustainable development, cooperation, participatory democracy and self-management. From the present research, it is intended to develop some points of analysis related to the contradictions and to the implicit paradoxes in such self-management’s activities, having in sight a “singular” conception of self-management as a process of subjectivity.

Keywords: solidary economy, cooperative, self-management, process of subjectivity.

ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

EES – Empreendimento econômico solidário

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

GTBrasileiro – Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MET – Ministério do Emprego e Trabalho

NMS – Novos Movimentos Sociais

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público

PAC – Projeto Alternativo Comunitário (Cáritas)

RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AS RAÍZES HISTÓRICAS DO PENSAMENTO COOPERATIVO: DO SOCIALISMO UTÓPICO AOS PIONEIROS DE ROCHDALE	16
2.1. O pensamento cooperativo na modernidade	16
2.2. Claude Saint-simon e a sociedade industrial.....	21
2.3. Charles Fourier e os falanstérios	25
2.4. Proudhon e o pluralismo social.....	33
2.5. Owen e as aldeias cooperativas	40
2.6. Os pioneiros de Rochdale	46
3. PERSPECTIVAS E REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COOPERATIVO NO BRASIL: DOS PRIMÓRIDOS DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA AO RENASCIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	49
3.1. Os princípios cooperativistas	49
3.2. Legislação cooperativista no Brasil	51
3.3. Um breve histórico acerca do cooperativismo brasileiro	55
3.4. O renascimento da economia solidária no Brasil.....	65
3.5. Organização e desenvolvimento da economia solidária no Brasil.....	72
4. REFLEXÕES ACERCA DAS VICISSITUDES E AMBIGUIDADES DESVELADAS PELO MOVIMENTO SOLIDÁRIO BRASILEIRO: DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS A UMA “OUTRA” CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO	78
4.1. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais.....	78
4.2. As mulheres e a economia solidária.....	85
4.3. Repensando a questão da sustentabilidade	92
4.4. Autogestão: perspectivas e trajetórias de uma concepção “aberta	100

4.5. Processos de subjetivação, subjetividade capitalista e autogestão: ambivalências e paradoxos de um sistema em construção	106
5. COOPERATIVA ‘MULHERES MÃOS AMIGAS’: HISTÓRIAS SOBRE UMA INICIATIVA EMBLEMÁTICA DOS DESAFIOS ENFRENTADOS POR EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS NA ATUALIDADE.....	114
5.1. Um compromisso interdisciplinar	114
5.2. Especificação dos sujeitos da pesquisa.....	117
5.3. Algumas considerações acerca de um importante momento na trajetória do movimento solidário em Contagem: a 1ª Conferência Estadual de Economia Solidária	120
5.4. Instrumentos de pesquisa	125
5.4.1. Observação participante.....	126
5.4.2. Grupos focais	130
5.5. Breves pontuações sobre uma história de lutas e persistências	136
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela constituição de formas organizativas de trabalho baseadas no associativismo, no cooperativismo e no mutualismo sempre esteve presente nos projetos e realizações referentes às mais diversas sociedades. Desde os grupos primitivos, que se dedicavam a atividades coletivas de caça, pesca, criação de animais e agricultura rudimentar, tendo como motivação primordial a luta pela sobrevivência, os homens vêm se desenvolvendo através de diversificadas iniciativas de trabalho relacionadas a formas plurais de integração: bandos nômades, tribos segmentadas, organizações comunais, entre outros.

A trajetória histórica dessas experiências apresenta uma série de desvios, sinuosidades, “saltos”, rupturas e retomadas. Nesse sentido, não há uma narrativa exclusiva que esgote todos os devires cooperativos, mas inúmeros fragmentos históricos de diferentes expressões, tempos e sentidos, suscitando fenômenos aleatórios e imprevisíveis, os quais, muitas das vezes, não conseguem resistir aos postulados de linearidade, causalidade e determinação difundidos pela historiografia oficial.

Anunciam-se, nesse ponto, as limitações e inquietudes da presente pesquisa ao tratar de temática tão complexa e abrangente quanto a referente à reorganização e remodelação de formas cooperativas de trabalho na contemporaneidade, apresentando como ponto de partida importantes antecessores históricos no que resguarda à constituição e institucionalização de práticas e idéias ligadas ao cooperativismo europeu. Dentre esses

antecessores, destaca-se a Revolução Industrial concebida como construção emblemática da era moderna ocidental.

No cenário industrial, à margem dos sofrimentos e angústias desencadeados por condições deploráveis de vida, engendraram-se os traços incipientes do pensamento cooperativo. Tomavam consistência conjurações e críticas de pensadores conhecidos como “socialistas utópicos” – como Charles Fourier, Claude Saint-Simon, Robert Owen e Pierre-Joseph Proudhon –, homens de idéias e ações, denominados burgueses por Engels e Marx (1985), que, apoiando-se fundamentalmente na filosofia de Rousseau, buscavam modelos “alternativos”, calcados em especulações e empirismos, para a organização de uma sociedade mais livre e justa.

Cerca de meio século após o surgimento do socialismo utópico, imigrantes de deferentes origens (italianos, franceses, alemães, dentre outros) desembarcavam em terras brasileiras, na busca por novas oportunidades de trabalho. Tais colonos organizaram diversas associações e cooperativas – principalmente na região Sul do país –, através das quais foi possível colocar em prática as concepções e experiências dos chamados “socialistas utópicos”, as quais já haviam se difundido rapidamente por vários países do Velho Mundo. Registravam-se, com o advento dos imigrantes em território tupiniquim, tentativas latentes no sentido da instauração e do desenvolvimento de uma “versão européia” do cooperativismo no Brasil.

Da implementação oficial ao atual estágio, os sistemas cooperativos nacionais atravessaram fases bem distintas, que envolveram desde momentos de efervescência, calcados na valorização da autonomia e de formas “democráticas” de trabalho, até profundas crises, deflagradas a partir do

aperfeiçoamento de esquemas de dependência e manipulação, em muitos dos casos, legitimados por um forte controle estatal. A partir desses processos, emergiram duas importantes correntes no que concerne à história do cooperativismo no Brasil: o cooperativismo tradicional, de bases empresariais e o cooperativismo popular, ou novo cooperativismo, de princípios autogestionários.

Com o fortalecimento da segunda corrente apresentada, ou seja, do cooperativismo popular, o qual foi impulsionado consideravelmente pela Constituição de 1988, multiplicaram-se experiências de natureza autogestionária em zonas rurais e urbanas por todo o País. A essas práticas, somavam-se e mesclavam-se tantas outras, que tinham em suas bases os valores e estratégias difundidos por vários movimentos e ações sociais já atuantes no cenário nacional desde a década de 70, como as iniciativas de “educação popular”, as propostas de “recuperação” de empresas a partir de parâmetros autogestionários e os projetos comunitários de base (CEBs), organizados por setores progressistas da Igreja Católica.

Foi justamente através da combinação desse complexo panorama de resgate, revitalização e recomposição das mais diversas tendências de trabalho autogestionário com uma conjuntura “degradante” marcada pela estagnação social, recessão econômica, destruição maciça de postos de trabalho e crescimento vertiginoso da informalidade, nos primeiros anos da década de 90, que renasceu, em território brasileiro, o movimento social conhecido como “economia solidária” ou “sócio-economia solidária”.

O movimento de economia solidária compreende experiências diversificadas de produção, consumo, crédito e comercialização, as quais se

norteiam pelos seguintes princípios: cooperação, desenvolvimento sustentável, igualitarismo, democracia participativa e autogestão.

De acordo com a primeira edição do “Atlas da Economia Solidária no Brasil” (2006) organizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), mais de um milhão e duzentos e cinquenta mil pessoas estão atualmente envolvidas de forma direta em cerca de 15.000 empreendimentos econômicos solidários (EES) por todo o país. Dentre os participantes desse movimento, articulam-se diversos grupos sociais – muitos destes, historicamente excluídos e discriminados – abrangendo moradores de rua, idosos, mulheres, ex-operários, portadores de sofrimento mental, entre outros, os quais trazem consigo modos inovadores de lidar e romper com categorias profundamente cristalizadas como a economia, o trabalho, o desenvolvimento e a sustentabilidade.

A partir dessa perspectiva, surgem importantes reflexões e questionamentos, os quais podem ser sintetizados da seguinte forma: como se desvelariam os processos autogestionários na atualidade? Em que sentidos se desdobrariam as produções subjetivas intrínsecas a esses processos? Até que ponto as cartografias traçadas por tais produções estariam atuando no sentido de produzir novos valores e práticas, com base na autonomia, na reciprocidade e no respeito às diferenças? Em que perspectivas elas se constituiriam tão-somente em mecanismos de regulação social, reproduzindo os “velhos” referenciais instituídos pelo Capitalismo Mundial Integrado? De que modo as configurações “capitalísticas” associadas a subjetividades predominantemente

egocêntricas, passivas, corporativistas e assistencialistas estariam comprometendo e, sobretudo, desfigurando os sistemas cooperativos da base autogestionária?

Movida por esses questionamentos e a partir de experiências com grupos de estudo que priorizavam vertentes dessa temática, entrevistas realizadas com trabalhadores dos mais variados EES, encontros com componentes de entidades de apoio ao movimento e participação em várias conferências, seminários e fóruns relacionados à economia solidária em todo o Brasil, pude ratificar e recriar critérios de reflexão, análise e crítica acerca dos desafios cotidianos enfrentados pelas iniciativas solidárias, principalmente no que resguarda a sua condição autogestionária. Daí, defrontei-me com a seguinte indagação: Qual modalidade de EES seria capaz de refletir com maior precisão e abrangência as problemáticas e potencialidades que permeiam seu dia-a-dia enquanto alternativa sócio-produtiva autogestionária?

A partir dessa questão, me dei conta de que, em meio às múltiplas modalidades de iniciativas agregadas à economia solidária – associações, bancos populares, assentamentos de terra, experiências de agricultura familiar, entre outras –, as cooperativas de produção eram consideradas por estudiosos e trabalhadores do movimento como unidades emblemáticas das “atividades solidárias”. Assim, tais cooperativas se converteriam em espaços extremamente importantes e férteis para o desenvolvimento de uma pesquisa como a que se apresenta.

Logo, tive a oportunidade de conhecer a cooperativa “Mulheres mãos amigas”, empreendimento econômico solidário (EES) formado há cerca de dois anos no município de Contagem-MG, por meio do projeto “Ciranda Solidária”,

organizado pela Obra Social Dom Bosco. De início, compunham tal iniciativa 21 mulheres em situação de risco social, as quais buscavam no trabalho autogestionário uma alternativa de geração de renda que lhes permitisse melhorar suas condições de vida.

Nesse ponto, vale ressaltar que a “Mulheres mãos amigas” emerge nesse trabalho como um caso ilustrativo das diversas tendências, propensões e orientações que atravessam o cotidiano dos demais empreendimentos ligados ao movimento solidário brasileiro na atualidade.

Com base nessas considerações, engendram-se possibilidades, riscos, oportunidades e dificuldades de se colocar em foco questões relativas às implicações subjetivas imbricadas aos sistemas autogestionários contemporâneos, apresentando como cenário a economia solidária no Brasil, a qual desponta como um movimento social dinamicamente denso e fluido, caracterizado por inúmeras contradições, paradoxos e ambivalências. Logo cabe registrar a intenção de que, a partir da presente pesquisa, possam se sistematizar tentativas aproximativas de ordem crítica e reflexiva no sentido da produção de um conhecimento plural, permeado por incertezas, descontinuidades e parcialidades, em meio a uma realidade eminentemente complexa.

2. AS RAÍZES HISTÓRICAS DO PENSAMENTO COOPERATIVO: DO SOCIALISMO UTÓPICO AOS PIONEIROS DE ROCHDALE

2.1. O pensamento cooperativo na modernidade

O pensamento cooperativo moderno originou-se na Europa Ocidental, a partir da sistematização e disseminação de propostas de reação às mazelas sociais, econômicas e políticas desencadeadas pela primeira Revolução Industrial, ao longo dos séculos XVIII e XIX. De acordo com Russ (1991), embora o movimento industrial apresente uma série de especificidades típicas dos diversos países onde se desenvolveu, torna-se pertinente delimitar algumas características gerais de sua formação:

Onde reside o essencial da revolução industrial? Na invenção da máquina-ferramenta e no maquinismo. As descobertas decisivas ligadas ao desenvolvimento da indústria têxtil, a invenção da máquina a vapor, operam uma transformação da sociedade burguesa. O surto do maquinismo e da grande indústria resulta na constituição de um proletariado industrial, em fenômenos de urbanização originais - crescimento das grandes cidades tentaculares - na bipolarização da sociedade. A atividade econômica empenha-se em erguer o mundo de suas bases (RUSS, 1991, p. 8).

A partir dos sistemas de concentração urbana, agravaram-se os antagonismos sociais: simultaneamente à consolidação dos ideais burgueses em todos os âmbitos da sociedade, emergia uma nova classe proletária, marcada pelos processos de serialização.

Os trabalhadores vivem lado a lado, mas rigorosamente separados. No espaço urbano se desenvolve a dupla lei da solidão e da struggle for life (luta pela sobrevivência). Mundo em migalhas, dilacerado, deslocado (RUSS, 1991, p. 10).

A mecanização incipiente, associada à maximização da produção e à generalização do sistema fabril, refletia-se em condições de trabalho deploráveis, pautadas por elevadas cargas horárias, ausência de direitos trabalhistas, falta de higiene, de ventilação e de segurança dentro das fábricas, utilização de castigos físicos e, por fim, exploração do trabalho infantil e feminino.

Com uma velocidade cada vez mais acelerada, ia-se dando a divisão da sociedade em grandes capitalistas e proletários que nada possuem e, entre eles, em lugar da antiga classe média tranqüila e estável, uma massa instável de artesãos e pequenos comerciantes, a parte mais flutuante da população, levava uma existência sem nenhuma segurança. O novo modo de produção apenas começava a galgar a vertente ascensional: era ainda o modo de produção normal, regular, o único possível naquelas circunstâncias. E, no entanto, deu origem a toda uma série de graves calamidades sociais: amontoamento, nos bairros mais sórdidos das grandes cidades, de uma população arrancada de seu solo; dissolução de todos os laços tradicionais dos costumes, da submissão patriarcal e da família; prolongação abusiva do trabalho, que sobretudo entre as mulheres e as crianças assumia proporções aterradoras; desmoralização em massa da classe trabalhadora, lançada de súbito para condições de vida totalmente novas – do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, de uma situação estável para outra constantemente invariável e insegura (ENGELS, 1984, p. 37).

Diante dos contrastes sócio-econômicos suscitados por tal panorama, organizou-se um “rico movimento de idéias” (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 22) denominado “socialismo utópico” ou “socialismo crítico-utópico”, que se fundamentava na crença de uma transformação gradativa e pacífica da sociedade, mediante a criação de projetos e experiências que teriam como finalidade a produção de relações humanas calcadas em valores de justiça e igualdade sociais.

A Inglaterra, em fins do século XVIII, a França e o continente europeu na primeira metade do século seguinte enfrentaram perturbações econômicas e sociais de excepcional importância. A grande revolução tecnológica que se realiza na época tem o efeito de provocar o brusco desaparecimento dos antigos modos de vida, a migração maciça dos habitantes do campo para os centros industriais e urbanos. A burguesia se instala no poder, enquanto que, pouco a pouco, constitui-se o exército do proletariado industrial. Sob o choque brutal

dos acontecimentos, ante o sombrio dos novos horizontes, desaparece a era das pastorais, dos devaneios bucólicos, dos apriscos modelos e outras manifestações semelhantes. Mas os utopistas não desaparecem. Vão criar novos modelos, empreender planos gerais, delinear a época de uma sociedade perfeita. Às preocupações morais, humanitárias ou metafísicas, caras aos homens do século XVIII, sucede-se uma pesquisa centralizada sobre os problemas econômicos ou sociais. Como acabar com a miséria existente? Como realizar a igualdade e a harmonia entre todos os homens? Não se trata mais de modelos abstratos que, por simples satisfação intelectual, se gostaria de ver realizados algum dia numa ilha longínqua. A edificação do mundo novo deve começar agora. Assim nasce o socialismo utópico, réplica ao mesmo tempo pacífica e subversiva do mundo desumano que o desenvolvimento “anárquico do capitalismo selvagem” está na iminência de fazer surgir na Europa (PETITFILS, 1977, p. 50).

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), a primeira aproximação entre as concepções de socialismo e utopismo ocorreu em 1839, ano de publicação do livro “História da economia política”, do economista francês J. A. Blanqui. Contudo, foi a partir de Marx e Engels, através do “Manifesto do Partido Comunista” de 1848 e, posteriormente, de várias outras publicações – dentre as quais, ressaltam-se os capítulos do “Anti-Duhring” (ENGELS, 1877) revisados no volume “A evolução do socialismo da utopia à ciência” de 1888 – que se estabeleceram significações mais complexas de base crítica a respeito do socialismo utópico, em contraposição ao socialismo científico. A natureza científica da nova teoria socialista de Marx e Engels apoiava-se, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino, nos seguintes pressupostos:

a) no fato de que o Socialismo, de programa racionalístico de reconstrução da sociedade que se dirige indistintamente à sua parte intelectualmente esclarecida, se transforma em programa de auto-emancipação do proletariado, como sujeito histórico da tendência objetiva para a solução comunista das contradições econômico-sociais do capitalismo (em particular, da contradição entre propriedade privada e crescente socialização dos meios e dos processos produtivos): neste sentido, o Socialismo pretende ser “ciência” da revolução proletária; b) no fato de que o Socialismo não se apresenta mais como um “ideal”, mas como uma necessidade histórica derivante do inevitável declínio do modo capitalista de produção, que se anuncia objetivamente nas crises cada vez mais agudas que ele enfrenta; c) no fato de que o Socialismo usa agora um “método científico” de análise da sociedade e da história, que tem

seus pontos fortes no “materialismo histórico”, com a teoria da sucessão histórica dos modos de produção e na “crítica da economia política”, com a teoria da mais-valia como forma específica de exploração na situação do capitalismo industrial (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2002, p. 1198).

Embora levassem em consideração a importância histórica do movimento utópico, principalmente no que tange a identificação dos antagonismos fundamentais da sociedade industrial, Marx e Engels (1985) concebiam tais iniciativas como parciais e imaturas. Para eles, os autores utópicos não deram a devida ênfase às questões relativas às lutas de classes, desconsiderando a função autônoma e decisiva do proletariado emergente como protagonista das revoluções sociais.

Os iniciadores desse movimento compreenderam bem o antagonismo das classes, como ainda a ação dos fatores que provocariam a dissolução da sociedade dominante. Eles, porém, não reconhecem no proletariado nenhuma iniciativa histórica nem capacidade de organizarem um movimento político próprio. Os antagonismos de classe caminham no ritmo do desenvolvimento da indústria, por isso não se distinguem as condições materiais da emancipação do proletariado e, a fim de proporcionar tais condições, põem-se a procura de uma ciência social e de leis sociais. Substituem a atividade social pela imaginação pessoal, as condições históricas da emancipação pelas condições fantasistas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe pela organização da sociedade pré-fabricada por eles. Para eles, a futura história do mundo está sintetizada na propaganda e na prática de seus programas de organização social. Elaborando seus planos, estão certos de defenderem antes de tudo os interesses da classe operária, por ser a mais sofredora. Essa classe existe apenas sob esse aspecto, para eles a classe mais sofredora. (...) Anseiam por melhores condições materiais para todos os membros da sociedade, mesmo para os mais privilegiados. Para isso, continuam apelando indistintamente para a sociedade, dirigindo-se de preferência à classe dominante. Basta conhecer seu sistema para poder tê-lo como o melhor dos planos possíveis para a melhor das sociedades possíveis. Afastam, pois, qualquer possibilidade de ação política e revolucionária, tentando conseguir seus objetivos por meios pacíficos e pregando um novo evangelho social através da força do exemplo, em suas pequenas experiências, naturalmente frustradas (ENGELS; MARX, 1985, p. 42).

A partir dos questionamentos de Engels e Marx, a concepção de “utopia” ganharia novas significações no movimento socialista:

A impressionante polêmica de Marx e Engels fez com que, tanto dentro como fora do marxismo, o termo “utópico” passasse a ser aplicado correntemente a um socialismo que apela à razão, à justiça

e à vontade do homem de ordenar uma sociedade desarticulada, ao invés de limitar-se a apresentar à consciência ativa o que as condições de produção já haviam preparado dialeticamente. Considera-se como utópico todo socialismo voluntarista, o que, de modo algum, significa que esteja isento de utopia o socialismo que a ele se opõe, e que poderia ser classificado de necessitarista, por declarar que sua única exigência é que se faça o necessário para que sobrevenha a evolução. Os elementos utópicos que este detém são, evidentemente, de outro gênero e afetam a outra ordem de idéias. (...) O ponto em que o ímpeto apocalíptico-utópico de Marx se desencadeia e converte todo conceito econômico e científico em pura utopia, é quando fala da transformação de todas as coisas que se sucederá à revolução social. A utopia dos chamados utopistas é pré-revolucionária, a dos marxistas é pós-revolucionária. A extinção do Estado, o salto da humanidade do reino da necessidade para o da liberdade continua a fundamentar-se na dialética, mas já não tem base científica (BUBER, 1971, p. 20).

Nesse ponto, Buber chama a atenção para alguns aspectos fundamentais que marcaram o surgimento e o desenvolvimento do movimento utópico, tendo como ponto de partida os processos de individualização descobertos pelo nascente capitalismo industrial.

Quando examinamos o caráter da sociedade capitalista onde surgiu o socialismo, observamos que se trata de uma sociedade estruturalmente pobre, e que se tornará cada vez mais pobre. Por estrutura de uma sociedade, deve-se entender sua riqueza em organismos sociais ou comunais. Pode-se dizer que uma sociedade é ricamente estruturada quando ela se organiza com base em sociedades autênticas, isto é, em comunidades de ação e trabalho e em suas subseqüentes agrupações. (...) A sociedade, por sua própria natureza, não é constituída de indivíduos isolados, mas de unidades societárias e seus agrupamentos. Pela coação da economia e do Estado capitalista, essa essência se foi alterando progressivamente, de sorte que o moderno processo de individualização se efetuou em forma de desintegração. As antigas formas orgânicas continuaram a existir em seu aspecto exterior, mas perderam seu sentido e sua alma: converteram-se em tessitura decadente. Não só o que se chama as massas, mas toda a sociedade é amorfa, invertebrada, pobre de estrutura. Não é por meio das associações, resultantes da união de interesses econômicos e espirituais – das quais é o partido o mais forte – que esse mal poderá ser sanado. Se os homens se unem nessas associações, não é mais por similitude de existência, em todas elas se busca as compensações para as formas de comunidade perdidas. Contra esse estado de coisas, que faz com que a sociedade se ponha em contradição consigo mesma, os socialistas “utópicos”, em número crescente, aspiraram a uma reconstrução da sociedade – não como pretende a crítica marxista, no intuito romântico de renovar fases evolutivas já superadas – mas com o auxílio das tendências descentralizadoras perceptíveis no seio do processo social e econômico, e também com o auxílio da rebelião mais profunda, que vai crescendo na alma do homem, a rebelião contra a solidão em massa ou coletiva. Victor Hugo chamou a utopia de “verdade matutina”. O anseio espiritual chamado socialismo utópico, que parece condenado a permanecer divorciado de sua

época, prepara a futura estrutura da sociedade: “prepara”, já que não existe um curso da História necessário em si, independente da decisão do homem. Essa tendência, evidentemente, terá de conservar as formas comunitárias ainda existentes e animá-las com um novo espírito. Sobre o portal do centralismo marxista, acha-se gravada, por tempo indeterminado, a inscrição com que Engels definiu, certa ocasião, a tirania do mecanismo automático de uma grande fábrica: Lasciate ogni autonomia voi ch’ entrate (“renunciái a toda autonomia, vós que entraís”). O socialismo utópico luta pelo máximo de autonomia comunitária possível dentro de uma reestruturação da sociedade (BUBER, 1971, p. 25).

No que se refere aos substratos teóricos que deram consistência a tal movimento, convém colocar em foco as contribuições de inúmeros pensadores, em sua maioria franceses e ingleses, dentre os quais convém destacar o quarteto formado por Claude Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e Robert Owen.

2.2. Claude Saint-Simon e a sociedade industrial

Claude-Henri Rouvroy de Saint-Simon nasceu na cidade de Paris em 17 de outubro de 1760. A família de Saint-Simon – de origem aristocrática – alcançou notoriedade no cenário literário francês em função do trabalho desenvolvido pelo “duque de Saint-Simon”, primo de seu avô, como memorialista da corte de Luís XIV.

Após passar por sérios problemas financeiros ao longo da infância, Claude Saint-Simon, aos dezessete anos, ingressou no serviço militar: poucos meses se passaram até que recebesse uma convocação para lutar como capitão da artilharia ao lado do exército local, em Yorktown, durante a Guerra de Independência Americana. Essa experiência foi fundamental para a elaboração da doutrina saint-simoniana: desde então, o jovem Saint-Simon passou a conceber a América como uma “terra promissora”, na qual os

privilégios de classe, a opressão e a exploração dos trabalhadores eram ignorados em nome de uma nova ética industrial baseada na liberdade e no progresso.

O Novo Mundo lhe revela uma sociedade rica, ativa, comerciante, ignorando os preconceitos de casta. A simplicidade, a bonomia e o caráter empreendedor dos comerciantes americanos seduziram imediatamente o jovem oficial. Ele já acredita que uma grande modificação se prepara na Europa e que a sociedade moderna, que contempla do outro lado do Atlântico, está destinada a substituir o sistema "feudal e teológico" do Velho Mundo (PETITFILS, 1977, p. 51).

Retornando à França, Saint-Simon dedicou-se simultaneamente a atividades com especulações imobiliárias e à pesquisa científica em diversas áreas de conhecimento, como matemática, biologia, anatomia e, em especial, ciências sociais e políticas, as quais se converteram, posteriormente, em sua fonte principal de inspiração.

*A primeira obra publicada por Saint-Simon, *Letters d'un habitant de Genève à ses contemporains*, data de 1802. (...) Em 1807 e 1808, publica *Introduction aux travaux scientifiques du XIX siècle*, na qual pretende deduzir todos os ramos da ciência universal do princípio de atração de Newton. Em 1813, escreve *Mémoire sur la science de l'homme* e depois, em 1814, em colaboração com Augustin Thierry, um trabalho sobre a *Réorganisation de la société européenne*. Outros trabalhos foram redigidos em colaboração com Auguste Conte. Suas obras mais marcantes intitulam-se: *L'industrie (1817-1818)*, *Système industriel (1821)*, *Catéchisme des industriels (1823-1824)* (HUISMAN, 2004, p. 865).*

Após a publicação de seu último livro, intitulado "O novo cristianismo", em 1825, Saint-Simon morreu, deixando para seus discípulos Olindes Rodrigues e Prosper Enfantim a responsabilidade de dar continuidade a suas idéias.

Cabe chamar a atenção para algumas perspectivas ressaltadas pelo pensamento saint-simoniano. O principal pilar de sua obra encontra-se na atribuição da primazia do jogo econômico em relação aos sistemas políticos: com efeito, a indústria representaria a única fonte de todas as riquezas,

estabelecendo-se como garantia última do existir social. Vale enfatizar a significação designada por Saint-Simon para o termo indústria:

Designa toda produção, toda criação social, todo ato pelo qual se opera a humanização da natureza, a idealização do real. A indústria representa a mediação que permite a satisfação das necessidades humanas; ela exterioriza e manifesta o homem. A sociedade inteira repousa na indústria (RUSS, 1991, p. 95).

O autor de “Cartas de um habitante de Genebra a seus contemporâneos” acreditava que “os industriais, ao invés de trabalharem no sentido de realizar lucros, atuariam em prol do interesse geral” (THIAGO, 1995, p. 16). Nesse sentido, o domínio dos reis, políticos e aristocratas, classificados por ele de ociosos e parasitas, deveria ser substituído pela “administração das coisas”, ou seja, por uma organização econômica racional, gerida preferencialmente por industriais, cientistas e artistas.

Os “ociosos” eram não só os antigos privilegiados, mas todos aqueles que viviam de rendas, sem intervir na produção nem no comércio. No conceito de “trabalhadores” não entravam somente os operários assalariados, mas também os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros. Que os ociosos haviam perdido a capacidade para dirigir espiritualmente e governar politicamente era um fato indissociável, selado em definitivo pela Revolução. E, para Saint-Simon, as experiências da época do terror haviam demonstrado, por sua vez, que os descamisados também não possuíam essa capacidade. Então, quem haveria de dirigir e governar? Segundo Saint-Simon, a ciência e a indústria, unidas por um novo laço religioso, um novo “cristianismo”, forçosamente místico e rigorosamente hierárquico, chamado a restaurar a unidade das idéias religiosas, destruída desde a Reforma. Mas a ciência eram os sábios acadêmicos; e a indústria eram, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes, os banqueiros. E embora esses burgueses tivessem de transformar-se em uma espécie de funcionários públicos, de homens de confiança de toda a sociedade, sempre conservariam frente aos operários uma posição autoritária e economicamente privilegiada. Os banqueiros seriam os chamados em primeiro lugar para regular toda a produção social, por meio de uma regulamentação do crédito. Esse modo de conceber corresponderia perfeitamente a uma época em que a grande indústria, e com ela o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, mal começava a despontar na França (ENGELS, 1984, p. 34).

O livre dinamismo da indústria levaria, por si só, à emergência de uma sociedade mais justa. Assim, vislumbrava-se a criação de um sistema industrial

integrado, baseado em princípios de produtividade e cooperação, através do qual o exercício governamental se desmistificaria.

Desmistificação que consiste em extirpar o preconceito segundo o qual governar corresponde necessariamente a um trabalho positivo. O Estado deve, simplesmente, zelar para que um processo de que ele não tem a direção real – esta é determinada pela ordem das coisas – se desenrole sem problemas e, conseqüentemente, deve se apagar ao máximo (RUSS, 1991, p. 99).

Importante notar que a supremacia dos sistemas econômicos em relação aos políticos relacionava-se, em Saint-Simon, a uma postura de questionamento e indignação perante a configuração de um aparelho estatal apoiado em mecanismos de natureza burocrática e autoritária.

Afirmar que o econômico rege o político talvez seja muito mais fazermos esperar uma decadência de certas formas estatais coercitivas do que pretender submeter-nos a uma casta industrial dominando a organização política (RUSS, 1991, p. 102).

Os temas políticos e econômicos desdobraram-se, nos últimos anos de vida de Saint-Simon, em pressupostos religiosos calcados prevalentemente na regeneração e renovação do cristianismo. A nova ordem industrial basear-se-ia em valores como o amor, a harmonia e a fraternidade, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento de melhores condições de vida para todos. Tal afirmação amparava-se em uma “concepção-chave” do pensamento saint-simoniano, a partir da qual a finalidade máxima da existência humana se desdobraria na luta cotidiana pela felicidade terrena e não na busca metafísica pela vida eterna.

Amai-vos uns aos outros é, portanto, a mensagem cristã que dá sentido à verdade industrial. O amor deve animar uma ordem econômica equilibrada. O pensamento saint-simoniano enuncia, assim, numa linguagem religiosa o quadro de uma sociedade que deixou de ser alienada, onde o peso do Estado é suprimido, onde se exprime a liberdade da espécie, onde os ociosos cessam de fazer da organização econômica seu instrumento (RUSS, 1991, p. 102).

A partir da pluralidade e da complexidade das temáticas trazidas por Saint-Simon (combinação de religião, doutrina política, seita mística, teoria sócio-econômica e fundamentação filosófica), profissionais, estudiosos e artistas das mais diversas áreas de atuação, tais como George Sand, Victor Hugo, Franz Liszt, Richard Wagner, dentre outros, declararam ter sido influenciados por sua obra, aclamando-o como um dos mais importantes pensadores do século XIX.

2.3. Charles Fourier e os falanstérios

Nascido doze anos após Saint-Simon, François Marie Charles Fourier pertenceu a outra geração cultural, caracterizada por uma postura eminentemente crítica diante das ambivalências intrínsecas ao efervescente sistema industrial. Nesse sentido, o autor de “O novo mundo industrial” distanciava-se das tradições positivistas que tanto influenciaram os pensadores de sua época.

Em 1808, publica a Teoria dos quatro movimentos e passa a elaborar seu Tratado da associação doméstica e agrícola, que irá aparecer em 1822. Em 1828, Fourier instala-se em Paris, onde ocupa um modesto emprego. Escreve, em 1831, Armadilhas e charlatanismos das seitas de Saint-Simon e Owen, trabalho polêmico contra os dois movimentos socialistas. Em 1835, aparece A falsa indústria fragmentada, repugnante e mentirosa (RUSS, 1991, p. 103).

Admirador das idéias de Jean-Jaques Rousseau e Isaac Newton, Fourier aspirava à criação de uma nova organização societária em que *“todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal”* (SINGER, 1989, p. 36). A atração passional, concebida como o impulso dado pela natureza anteriormente à reflexão e em contraposição à

razão, constituir-se-ia a raiz dos sistemas de concordância e analogia vigentes na ordem harmônica. Sistematizava-se, nessa perspectiva, um princípio unitário, a partir do qual as quatro categorias universais nomeadas por Fourier (o material, o animal, o orgânico e o social) se integrariam em um movimento de “infinitas correspondências”.

O homem, o céu, os planetas e a existência formam um todo, representam a ordem da natureza, onde tudo é verdadeiro e bom. O código divino é que funda a tentativa de transformação social, a reorganização que possibilita livrar-se do veneno da civilização. Logo, a utopia social encontra aqui sua verdadeira significação; ela retorna as fontes da vida, à felicidade, essência conforme as idéias de Deus. Fourier relembra a verdade da concepção unitária, baseada no sistema das analogias. Homem, universo e Deus são uma coisa só. Circula um sistema de correspondências entre as paixões, o homem e as substâncias dos diversos reinos. Todo o sistema do movimento está ligado. Toda porção do universo comunica-se com o resto das coisas e o simboliza. Assim, se fundam poeticamente as harmonias sociais do universo, desde as dos astros até as dos insetos. Flores, paixões, cores, planetas refletem-se uns nos outros. Como no poeta, os perfumes, as cores, os sons se correspondem. O homem é o espelho do universo e vice-versa. Desaparecem as fronteiras entre o ser humano e a realidade universal. Eis como se revela a unidade do sistema divino. O mecanismo societário será a imagem da analogia que regula o funcionamento do Todo (RUSS, 1991, p. 105).

Para Fourier, a “verdadeira felicidade” só poderia ser alcançada através da plena satisfação das paixões humanas. Petitfils (1977) ressalta:

Seu sistema baseia-se numa idéia simples, mas que nem por isso abala menos a ética da civilização ocidental: as paixões humanas, todas as paixões, são boas porque vêm de Deus. (...) Para ele, querer refrear nossos instintos, resistir as nossas inclinações naturais, é sobretudo insurgir-se contra a vontade divina que nos concebeu como somos. “A coação não entra nos planos do Criador”, diz ele. Toda moral, pelo simples fato de entrar “o livre desenvolvimento da paixão e do instinto”, mutila o homem. “Cito a moral apenas para criticá-la”, escreve ele. O prazer é o objetivo final da vida: nenhuma dessas manifestações deve ser afastada ou reprimida. Pode-se objetar que existem paixões malignas, socialmente nefastas e perigosas, cujos efeitos, a sociedade, com a simples finalidade de preservação da ordem pública, deve combater. Fourier não ignora, é claro, os abusos a que essas paixões podem levar, mas acredita, a exemplo dos naturalistas do século XVIII, na bondade natural do homem e pensa que todas as desordens morais são atribuíveis à sociedade (PETITFILS, 1977, p. 93)

As paixões representam doze tendências ramificadas, segundo Barthes (1971), em três direções: o luxismo, que abrange as cinco paixões referentes

aos prazeres dos sentidos; o grupismo, que reúne as quatro paixões afetivas relativas à criação e consolidação de relações entre pessoas (a ambição, a amizade, o amor e a paternidade) e, por fim, o seriísmo, que compreende as três paixões mecanizantes e/ou distributivas, as quais teriam por objetivo assegurar o funcionamento dos grupos (a cabalística, associada à arte de explorar as rivalidades e diferenças; a compósita, ligada ao entusiasmo e ao excesso irracionais e a borboleteante, caracterizada pelo gosto e necessidade de mudanças periódicas em todos os domínios da vida humana, especialmente os que resguardam a rotatividade de trabalhos). Há também uma décima terceira paixão, denominada de uniteísmo ou harmonismo, definida da seguinte forma:

O Uniteísmo é a paixão da unidade, a inclinação do indivíduo para conciliar sua felicidade com a de tudo que o envolve e de todo o gênero humano; essa paixão suplementar produz os originais, pessoas que não se podem adaptar aos costumes da civilização; portanto, é a paixão do próprio Fourier. O Uniteísmo não é, de modo algum, uma paixão moral, recomendável (amai-vos, uni-vos), pois a unidade societária é um combinado, um jogo estrutural de diferenças; ao Uniteísmo opõe-se precisamente o simplismo, vício do gênio civilizado, “emprego da razão sem o maravilhoso ou do maravilhoso sem a razão”; o simplismo “fez com que Newton não descobrisse o sistema da natureza e com que Bonaparte não conquistasse o mundo”. O simplismo (ou totalitarismo, ou monologismo) seria, no nosso tempo, ou censura da Necessidade, ou censura do Desejo: a que responderia, em Harmonia (em Utopia?), a ciência conjugada de uma e do outro (BARTHES, 1971, p. 104).

A partir das diversas combinações configuradas entre essas paixões no interior de cada ser humano, formar-se-iam 810 caracteres possíveis. Todavia, com o advento da civilização concebida por Fourier como “mundo às avessas”, isto é, um espaço fecundo de vícios, desordens, perversões e incoerências, as paixões seriam reprimidas em nome do parasitismo mercantil, da opulência comercial e da espoliação industrial.

Comovido com o sofrimento humano, Fourier observa que a pretensa civilização, com suas idéias de progresso e desenvolvimento é, sobretudo, criadora de misérias. Mais ainda que Saint-Simon, ele vê nas instituições republicanas, e sua incapacidade de dar uma solução satisfatória aos problemas econômicos e sociais da era industrial, o trágico fracasso da filosofia do século XVIII. Que é essa liberdade tão proclamada pelos revolucionários senão um engodo para as classes pobres, obrigadas a trabalhar sem parar, sob pena de morrer de fome? De que serve falar sem cessar dos direitos do homem, se não se pensa em reconhecer, em primeiro lugar, o direito do trabalho? Quem poderia sustentar que a liberdade da indústria e do comércio não é senão uma descarada isca? Na realidade, uma minoria de ociosos entrincheirados abusivamente em seu direito de propriedade, oprime uma multidão condenada a um trabalho ingrato e esgotante em seu caráter repetitivo e monótono. Há nisso um “verdadeiro assassinato dos operários pelo simples fato da continuidade do trabalho”. A pobreza é a “mais escandalosa das desordens” (PETITFILS, 1977, p. 90).

Tal análise do sistema civilizado provinha de uma concepção singular das fases históricas vivenciadas pela humanidade.

Fourier divide toda a história anterior em quatro fases ou etapas de desenvolvimento; o selvagismo, a barbárie, o patriarcado e a civilização, esta última fase coincidindo com o que chamamos hoje sociedade burguesa, isto é, com o regime social implantado desde o século XVI, e demonstra que a “ordem civilizada eleva a uma forma complexa, ambígua, equívoca e hipócrita todos aqueles vícios que a barbárie praticava no meio da maior simplicidade”. Para ele, a civilização move-se num “círculo vicioso”, num ciclo de contradições que se reproduz constantemente sem poder superá-las, conseguindo sempre precisamente o contrário do que deseja ou alega querer conseguir. E assim nos encontramos, por exemplo, com o fato de que “na civilização, a pobreza brota da própria abundância” (ENGELS, 1984, p. 36).

Indignado diante das misérias de seu tempo, Fourier denunciou uma sociedade monótona e decadente, amparada na hipocrisia e na falsidade burguesas, não só no que tange as relações sociais, políticas e econômicas, mas também no que se refere a questões sexuais, familiares e de gênero.

Fourier pega a burguesia pela palavra, pelos seus inflamados profetas de antes e pelos seus interesseiros aduladores de depois da revolução. Põe a nu impiedosamente a miséria material e moral do mundo burguês, e compara-a às fascinantes promessas dos velhos enciclopedistas, com a imagem que eles faziam da sociedade em que a razão reinaria sozinha, de uma civilização que faria felizes todos os homens e de uma ilimitada capacidade humana de perfeição. Desmascara as brilhantes frases dos ideólogos burgueses da época, demonstra como a essas frases grandiloqüentes corresponde, por toda a parte, a mais cruel das realidades e derrama a sua sátira mordaz sobre esse ruidoso fracasso da fraseologia. Fourier não é

apenas um crítico: seu espírito sempre jovial faz dele um satírico, um dos maiores satíricos de todos os tempos. A especulação criminosa desencadeada com o refluxo da onda revolucionária e o espírito mesquinho do comércio francês daqueles anos aparecem pintados nas suas obras com traços magistrais e encantadores. Mas é ainda mais magistral nela a crítica das relações entre os sexos e da posição da mulher na sociedade burguesa. É ele o primeiro a proclamar que o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação em geral (ENGELS, 1984, p. 36).

A harmonia cósmica, único estado capaz de satisfazer plenamente as paixões, corresponderia a um sistema de substituição da civilização. “*Contra um mundo confuso, a Harmonia apaixonada delinea-se como não-discórdia, organização regida pelo Eros*” (RUSS, 1991, p. 110). Nesse panorama, os paradoxos que abrangem os processos de associação ganham importância fundamental.

Dessa construção semântica do mundo, deduz-se que a associação não é, aos olhos de Fourier, um princípio humanista; não se trata de reunir todos aqueles que têm a mesma mania (os comaníacos) para que eles se sintam bem em conjunto, e se encantem narcisicamente ao mirarem-se uns aos outros; pelo contrário, trata-se de associar para combinar, para contrastar. A coexistência fourierista das paixões não procede, de modo nenhum, de um princípio liberal. Não se pede para compreender e admitir nobremente as paixões dos outros (de fato, com o risco de as recusar). O objetivo da Harmonia não é proteger-se do conflito (associando-se por similitudes), nem reduzi-lo (sublimando, suavizando ou normalizando as paixões), nem tão pouco transcrevê-lo (compreendendo o outro), mas explorá-lo para maior prazer de cada um e sem lesar nenhum deles (BARTHES, 1971, p. 101).

A partir dessa perspectiva, Fourier elaborou a idéia de falanges, unidades comunais auto-suficientes formadas por cerca de 1.620 pessoas (um representante do sexo masculino e feminino para cada um dos 810 caracteres) de diversas origens étnicas, faixas etárias, condições sociais e formações culturais. Os componentes das falanges dedicar-se-iam a atividades prevalentemente agrícolas e artesanais organizadas no interior dos falanstérios – edifícios suntuosos dotados de numerosas alas, compreendendo jardins, pátios, salas comuns, teatros, hospedaria, oficinas, dentre outros espaços –,

onde se propagariam experiências de convívio baseadas, sobretudo, na supremacia da “*economia do desejo sobre a economia do lucro, passando o prazer a constituir-se o princípio regulador da organização social*” (THIAGO, 1995, p.29). No que tange especificamente as formas arquitetônicas implementadas nos falanstérios, Barthes esclarece:

A topografia do falanstério desenha um lugar original que é, grosso modo, o dos palácios, mosteiros solares e grandes conjuntos, onde se confundem uma organização do edifício e uma organização do território, de modo que (perspectiva verdadeiramente moderna) a arquitetura e o urbanismo se desfazem um ao outro em nome de uma ciência geral do lugar humano, que tem como primeira característica a circulação e já não a proteção (BARTHES, 1971, p. 112).

Através dessas organizações, as relações de dominação e a competição exacerbada típicas das sociedades civilizadas dariam lugar a uma indústria societária atraente, isto é, uma nova ordem social livre de qualquer censura, em que o individualismo se combinaria espontaneamente ao coletivismo. Tal sistema teria seus alicerces no desenvolvimento das vocações e talentos individuais e coletivos, na transformação dos trabalhadores assalariados em associados, na adoção da propriedade acionária dos meios de produção e, finalmente, na valorização da liberdade de escolha e alternância dos trabalhos conforme gostos, afinidades e simpatias pessoais.

Fourier acreditava que a manutenção da propriedade, embora sob a forma de co-propriedade, ou de propriedade em que os co-proprietários são também co-interessados, torna o trabalho atraente e produtivo (o espírito de propriedade é a mais poderosa alavanca que se conhece para eletrizar os civilizados). Procurava inter-relacionar, de propósito, os interesses do trabalhador, do capitalista e do consumidor, de modo que cada acionista ou societário acumulasse em sua pessoa todos os interesses opostos. O operário, por exemplo, teria participação em razão de seu trabalho, de seu capital (já que era acionista) e de seu talento. Dessa inter-relação, os contrastes, as diferenças e as desigualdades que existiam entre os homens, ao invés de combatidos, seriam utilizados, pois a harmonia resultaria da superação das dissonâncias (PINHO, 2004, p. 194).

Com o desencadeamento das paixões, emergiriam, no interior dos falanstérios, grupos ou séries formados por trabalhadores, que se organizariam livremente “em torno das atividades produtivas por eles reconhecidas como imprescindíveis à sobrevivência e ao bem-estar material” (KONDER, 1998, p. 36). Tal processo refletia-se na seguinte proposição de Fourier: no momento em que se tornassem prazerosos e atraentes, os trabalhos superariam amplamente a produtividade das “atividades civilizadas”.

O trabalho se tornará atraente simplesmente porque a organização social estará, por fim, de acordo com a verdadeira natureza humana e com sua ordem passional. A seqüência alegre e frenética dos prazeres substituirá os trabalhos cansativos, monótonos e repetitivos da suposta civilização. Nesse universo sem coação, o homem se dedicará unicamente ao que lhe proporcionar prazer em fazer e consumir. Tendo eliminado qualquer idéia de rendimento ou de lucro, será dada prioridade aos trabalhos que sejam atraentes. Assim, a economia será adaptada ao homem, e não o inverso, o que no espírito sempre imprevisível de Fourier não exclui absolutamente o fato de que na Harmonia, a produção possa ser facilmente quadruplicada (PETITFILS, 1977, p. 98).

Além do trabalho, a educação nos falanstérios assume, para Fourier, papel fundamental, na medida em que teria por princípio a formação de sujeitos críticos e criativos, capazes de resistir às arbitrariedades do mundo civilizado.

No entanto, para criar seres livres, capazes de renovar aquilo de que nascem – as instituições que os fizeram –, é preciso mudar mestres e alunos, bem como toda a sociedade: a educação confunde-se com o projeto social e com o porvir político. (...) Se Fourier, ao cabo de sua busca, prevê falanstérios de crianças, não é apenas para mostrar o malogro da tentativa com adultos (seus discípulos infiéis), mas para pôr em evidência a necessidade de tomar as coisas pela raiz e os indivíduos antes de serem deformados ou esmagados; para dizer também que a utopia é essencialmente um empreendimento educacional, sempre inacabado, feito à medida dos recursos humanos inesgotáveis (HUISMAN, 2004, p. 395).

Vários projetos de colônias societárias inspirados nos falanstérios de Fourier foram criados na Europa, África e América.

Em 1832, o deputado Baudet-Dulary compra 500 hectares de charnecas e terras arenosas em Conde-sur-vesgre, na floresta de Rambouillet, mas não consegue, por falta de recursos, fundar sua

colônia societária. De 1834 a 1838, Michel Derrion implanta, em Lyon, Lê commerce véridique et social. Acreditando estar colocando em prática o fourierismo, descobre as virtudes da cooperativa de consumo. Em 1838, o marceneiro Andron e o imigrante polonês Czynski fundam uma “padaria verídica” sob forma de cooperativa, na Rua dos Amandiers, em Ménilmontant. De 1841 a 1844, duzentos leitores do Nouveau monde industriel tentaram organizar a colônia societária de Citeaux, em Cote-d’Or. Outros viajam para o Brasil, para fundar a União Industrial do Saí; outros ainda se dirigem à África para criar a União Agrícola de Saint-Denisen-Sig (Argélia). Victor Considérant, guardião intransigente da ortodoxia, condenou em termos severos as tentativas infrutíferas da “dissidência”. A partir de 1846, ele se deixa converter à idéia de um falanstério limitado, e acaba por se ridicularizar no fracasso monumental de sua sociedade de colonização do Texas (1854-1861). As únicas experiências bem sucedidas foram as cooperativas de produção, com a célebre Familistère de Guise (Aisne), criada em 1859, por Jean Baptiste Godin. (...) Na Espanha, Joaquim Abreu contribuirá para a difusão da doutrina, enquanto que Manuel Sagrario de Veloy reunirá 1 milhão de dólares para criar uma colônia fourierista em Tempul, próximo de Jérez, mas terá que renunciar ao seu projeto devido à oposição governamental. A Romênia conhecerá os textos de Fourier graças à ação do jornalista Teodoro Diamant, que edificará um falanstério de 40 famílias na comunidade agrícola de Scâeni. Na Inglaterra, H. Doherty com o seminário The London Phalanx tentará aclimatar o socialismo místico inspirado de Fourier, sem escapar, porém, à influência predominante do owenismo. Na Rússia czarista, por volta de 1845, Petrachevski, Kharykov, Acharoumov, Krachkin e outros instituíram grupos de estudo fourieristas, dos quais participaria principalmente Dostoievski, antes de ser condenado por atividades subversivas. Enquanto na Rússia o fourierismo se aliava ao ateísmo e ao comunismo igualitário, nos Estados Unidos a cosmogonia panteísta e neocristã era exaltada pela corrente mística e teosófica das doutrinas de Swedenborg. Devemos a Albert Brisbane, um americano entusiasmado por ter encontrado na França o fascinante teórico da atração passional, a difusão além-Atlântico de sua doutrina. De 1840 a 1860, conhecem-se cerca de quarenta tentativas de falanstério que, em geral tiveram existência efêmera (PETITFILS, 1977, p. 107).

Nesse ponto, convém ressaltar a enorme relevância das idéias de Fourier para a constituição dos mais diversos matizes de pensamento e ação: elas influenciaram, de forma significativa, obras de autores como Karl Marx, Sigmund Freud e Wilhelm Reich. Além disso, apresentaram profundas aproximações conceituais com várias experiências pedagógicas (destacam-se, nesse sentido, as iniciativas de Summerhill, na Inglaterra, e a da escola de Ponte, em Portugal), contribuindo também para a composição e organização de movimentos artísticos e sociais, como o surrealismo, o movimento feminista e o cooperativismo.

2.4. Proudhon e o pluralismo social

Nascido a 15 de Janeiro de 1809, em Besançon, Pierre-Joseph Proudhon pertencia a uma família de proletários (seu pai era tanoeiro e sua mãe, cozinheira): *“suas origens são, ao contrário das origens de Marx e da maior parte dos reformadores sociais, autenticamente plebéias”* (BANCAL, 1984, p. 20). Ainda jovem, trabalhou como boiadeiro até que, aos dez anos de idade, garantiu uma bolsa de estudos no Colégio Real de Besançon. Ali, tornou-se conhecido ao ganhar vários prêmios de excelência. No entanto, as dificuldades financeiras levaram-no a interromper os estudos. Assumiu, sucessivamente, as funções de tipógrafo, revisor, impressor, gerente de uma empresa de navegação fluvial, jornalista e escritor. Aos vinte e nove anos, recebeu um convite para estudar na Academia de Besançon, finalizando, posteriormente, sua formação em Paris.

No ano de 1848, após assumir a redação do jornal “O representante do povo”, elegeu-se para a Assembléia Nacional. Um dos momentos mais marcantes de sua carreira como deputado ocorreu com a fundação de um banco popular pioneiro em sua época (Banco do Povo), que tinha por objetivos a abolição dos juros e a promoção da livre circulação de valores entre os clientes. Contudo, o banco teve curto período de funcionamento: dois meses depois de sua criação, o governo francês decidiu fechá-lo e Proudhon acabou sendo julgado e condenado à prisão, onde permaneceu por três anos. Após sua libertação, sofreu inúmeros processos e perseguições, até se deparar com uma nova condenação. Diante dessas circunstâncias, resolveu refugiar-se em Bruxelas, onde viveu um período de extrema tranquilidade e liberdade, que

favoreceu o desenvolvimento e aprofundamento progressivo de suas produções. Com a anistia, em 1862, o autor de “Filosofia da miséria” conseguiu, finalmente, retornar a Paris. Três anos mais tarde, morreu aos cinquenta e seis anos, prematuramente desgastado pelo intenso esforço intelectual empreendido na composição de sua extensa e complexa obra.

Em 1839, Proudhon redige um “Discurso sobre a utilidade da celebração do Domingo” onde já se afirma como um adversário da propriedade absoluta. De 1840 a 1842, publica três dissertações, que lhe trazem a celebridade: “O que é a propriedade?”, a “Carta a Blanqui” e a “Carta a Considerant” ou “Advertência aos proprietários”. Em 1843, aparece a “Criação da ordem na humanidade” e, em 1846, “O sistema das contradições econômicas” ou “Filosofia da miséria”. (...) Em 1858, publica “Da justiça na Revolução e na Igreja” (RUSS, 1991, p. 139).

Proudhon destacou-se ao propor uma “ciência da sociedade”, em que questiona todos os esquemas autoritários, dogmáticos e absolutos, caracterizados por proposições exclusivistas, unívocas e, segundo suas interpretações, conseqüentemente equivocadas da realidade, em nome de uma compreensão pluralista do mundo, na qual as realidades físicas, sociais, políticas e econômicas são concebidas como composições horizontais de elementos, ao mesmo tempo, autônomos e interdependentes.

Absolutizando dessa forma um elemento da realidade social, cuja verdade não pode ser captada em si, mas em suas relações evolutivas com os outros elementos da realidade pluralista, esse dogmatismo unitário e as práticas alienantes que dele decorrem levam a subordinar o conhecimento prático à crença metafísica, a experiência e a razão social ao arbítrio econômico e político, excluindo toda possibilidade concreta de realismo, em proveito de um misticismo teórico e de um materialismo abstrato. (...) É contra esse esquema simplista que petrifica o sistema social, oprime a vida em suas manifestações, erige funções em ficções, confunde esclerose e estrutura, que Proudhon se insurge. É finalmente um realismo planetário, um respeito das diversidades e das solidariedades autônomas, uma inteligência do desenvolvimento antinômico das coisas e dos seres individuais e coletivos – numa palavra, o sentido de uma unidade pluralista que dominará todas suas construções positivas (BANCAL, 1984, p. 122).

“Reformador social”, “socialista burguês”, “anarquista mutualista” “pensador liberal” são algumas das denominações atribuídas à obra de Proudhon. Contudo, convém chamar a atenção para as ambivalências e paradoxos desvelados entre o pensamento proudhoniano e o movimento utópico, analisados por Buber da seguinte forma:

Proudhon não acredita numa cega providência terrena, procurando salvar a humanidade através de transformações técnico-materiais, nem num espírito humano autárquico, que inventa sistemas absolutamente válidos para impô-los aos homens. Para ele, o verdadeiro caminho da humanidade consiste em libertar-se de crenças errôneas no absoluto, em escapar ao domínio da fatalidade. (...) Suas aspirações dirigem-se para a “desfatalização”. Daí, provém também “a repugnância geral de todas as utopias de organizações políticas e de credos sociais”, e menciona como exemplos Owen, Fourier e o saint-simonista Enfantim, mas também Auguste Conte. Nenhum princípio histórico – afirma Proudhon – pode resumir-se, suficientemente, em um sistema especulativo. Todos esses princípios precisam ser interpretados e podem ser interpretados exata ou erroneamente, e as interpretações influem direta ou indiretamente sobre o destino histórico do princípio. (...) Como já dissemos, Proudhon não se limitou a prosseguir na linha evolutiva do socialismo utópico: ele tornou a percorrer essa linha desde o início, mas de modo que o anterior surgisse elaborado e reformado. Ele não parte especificamente do ponto em que Saint-Simon se deteve; de uma maneira nova, muito mais ampla e que penetra muito mais profundamente na realidade social, ele torna a fazer a exigência de Saint-Simon, de um regime baseado na economia e determinado pela sua organização. Saint-Simon partiu da reforma do Estado, Proudhon, da transformação da sociedade. Só se pode lograr uma verdadeira reforma da sociedade, partindo de uma modificação radical das relações entre a ordem social e política. Não se trata mais de substituir uma organização política por outra, mas de fazer com que, em lugar da organização política imposta autoritariamente à sociedade, advenha uma organização proveniente da própria sociedade (BUBBER, 1971, p. 40).

A crítica proudhoniana baseou-se em três alicerces fundamentais, que se desdobram em manifestações referentes à autoridade irrestritamente arbitrária e alienante do homem sobre o homem. Nessa perspectiva, estão representados o misticismo (adoração do homem pelo homem), o capitalismo (exploração do homem pelo homem) e o estadismo (governo do homem pelo homem). Para Proudhon, existe um encadeamento irrefutável entre esses

processos, visto que eles se inspiram em correlações de configurações suscitadas a partir da disseminação de um totalitarismo social dominante.

Na essência da crítica proudhoniana e sua negação de uma autoridade governamental como poder distinto da sociedade, descobre-se um totalitarismo social – doutrina que nega a independência e as manifestações autônomas da multiplicidade das pessoas coletivas e individuais e a própria autonomia da sociedade trabalhadora. Em conseqüência, uma concepção do Estado, não como uma realidade dos grupos e uma função da sociedade, mas como coletividade dominante, e em seguida, a atribuição indevida a esta última de funções próprias às coletividades de base e às pessoas que as compõem, graças ao mito governamental. Até a raiz da crítica proudhoniana do misticismo integrista e do materialismo integral, descobre-se a negação de um unitarismo dogmático, de uma mística totalizante que tem por pretensão erigir em princípio dominador, em denominador comum, um único elemento do pluralismo social (BANCAL, 1984, p. 121).

A partir dessa perspectiva, a compreensão da problemática intrínseca à “propriedade domínio” ou “propriedade capitalista” apresenta-se como uma questão emblemática para a filosofia proudhoniana.

Proudhon distinguia duas modalidades de propriedade: a propriedade domínio e a propriedade posse. A primeira garante o direito absoluto sobre as coisas; é a propriedade acumulada e utilizada para explorar o trabalho alheio, sem o menor esforço do proprietário. Em outras palavras, é a propriedade capitalista. A segunda representa o direito que o homem tem de controlar efetivamente o lugar onde habita, os instrumentos de que necessita para viver e trabalhar. (...) Favorável à supressão da propriedade domínio, Proudhon desejava, porém, expandir a propriedade posse; esta, pela sua própria generalização, tornar-se-ia a base e a mola de todo o sistema social. Com a eliminação da propriedade domínio e a generalização da propriedade posse, elimina-se o “mal da terra” (LUIZZETTO, 1987, p. 26).

Logo, a propriedade domínio estaria atrelada ao direito de “usar e abusar” – denominado direito de *aubaine*, que se explica juridicamente como abuso de poder. Através dele, é possível ao proprietário produzir sem trabalhar: isso ocorre na medida em que ele se apropria, durante a produção, de um excedente produtivo gerado pelo esforço coletivo, ou seja, “da diferença existente entre a produtividade do trabalho coletivo (da força coletiva) e a da simples adição dos trabalhadores individuais (das forças individuais

consideradas isoladamente)” (BANCAL, 1984, p. 133). A esse excedente, denominado por Proudhon de *“prelibação capitalista”* (BANCA, 1984, p. 134), acrescentar-se-ia, durante o estágio de comercialização, uma *“retenção sobre a produção individual do trabalhador através da diferença existente entre o valor de troca e o valor de uso do trabalho”* (BANCAL, 1984, p. 134). Nesse ponto, haveria um duplo “saque”, ou, utilizando-se das palavras de Proudhon, um duplo “roubo” sobre a produção social.

Se eu tivesse que responder a seguinte pergunta: O que é a escravidão? E a respondesse em uma palavra, É o assassinato, meu pensamento seria imediatamente compreendido. Não teria necessidade de um discurso muito longo para mostrar que o poder de espoliar o homem do pensamento, da vontade, da personalidade é um poder de vida e morte, e que escravizar um homem é assassiná-lo. Por que, então, a essa outra pergunta: O que é a propriedade? Não posso responder da mesma forma: É o roubo, sem ter a certeza de que não serei compreendido, embora essa segunda proposição não seja mais que a primeira transformada. (...) Um autor ensina que a propriedade é um direito civil, oriundo da ocupação e sancionado pela lei; outro sustenta que é um direito natural, cuja fonte é o trabalho; e essas doutrinas, por opostas que pareçam, são encorajadas, aplaudidas. Sustento que nem o trabalho, nem a ocupação, nem a lei podem criar a propriedade: que ela é um efeito sem causa; devo ser recriminado por isso? (...) Sim, todos os homens acreditam e repetem que a igualdade de condições é idêntica à igualdade de direitos; que propriedade e roubo são termos sinônimos; que toda pertinência social, concedida ou, para melhor dizer, usurpada sob o pretexto de superioridade de talento e serviço, é iniquidade e pilhagem; todos os homens, eu digo, atestam estas verdades em sua alma; trata-se só, de fazê-los descobrir (PROUDHON, 1988, p. 15).

A partir do questionamento da onipotência estatal, monopólio econômico (supremacia de um capital atrelado aos proprietários e não ao trabalho) e dogmatismo religioso, Proudhon renunciava um complexo processo de reestruturação dos sistemas políticos, econômicos e sociais, cujas bases se apoiariam essencialmente na descentralização das instituições e na formação autônoma de associações/comunidades locais:

De resto, não construo um sistema: peço o fim do privilégio, a abolição da escravatura, a igualdade de direitos, o império da lei.

Justiça, nada mais que justiça; tal é o resumo de meu discurso; deixo a outros o cuidado de reformar o mundo (PROUDON, 1988, p. 17).

Tal reorganização da sociedade propiciaria a composição de sistemas de alianças entre grupos autogestionários pertencentes aos setores agrícolas e industriais, que se desenvolveriam sobre princípios mutualistas e federalistas.

Proudhon distingue dois tipos de estruturas que se entrelaçam: a econômica, ou seja, a federação de grupos de trabalho, denominada por ele “federação agro-industrial”, e a política, que se baseia numa descentralização do poder, na divisão da autoridade, na concessão da maior soberania possível às comunas e corporações regionais, na substituição – até onde for possível – da burocracia, por uma gestão de negócios mais elástica, mais direta, que brote organicamente dos grupos naturais. A “ciência constitucional” pode ser resumida, segundo Proudhon, em três postulados. É preciso 1o – formar grupos reduzidos relativamente soberanos e uni-los em corporações; 2o – organizar o governo em cada Estado federado, organizando os diferentes órgãos, o que significa: dentro do poder público, dividir o que possa ser dividido, determinar o que possa ser determinado, distribuir entre os diversos órgãos ou funcionários tudo o que tenha sido dividido ou determinado, rodear a administração pública de todas as condições propícias ao controle público; 3o – ao invés de dissolver os Estados federados ou autoridades provinciais e municipais, numa autoridade central, fazer com que esta se limite a cuidar da iniciativa geral e da garantia e vigilância mútuas. A vida da sociedade se consome na fusão de pessoas em grupos e de grupos em federações. Assim como vários homens que unem seus esforços produzem uma força coletiva superior em qualidade e intensidade à soma de suas respectivas forças, assim também, vários grupos de trabalho, relacionados entre si por intercâmbio, produzem uma potência de ordem superior que deve ser considerada, particularmente, como sendo o poder social. Mutualismo, organização da economia baseada na reciprocidade de serviços e federalismo, organização de ordem política baseada na irmandade dos grupos são só dois dos aspectos de uma mesma estrutura. Mediante o agrupamento das forças individuais e a vinculação entre os grupos, toda a nação adquire figura corpórea. E as nações constituirão uma verdadeira humanidade, como federação de federações (BUBBER, 1971, p. 46)

O trabalho compreendido como “ação inteligente dos homens sobre a matéria” (BANCAL, 1984, p. 51) assume, em Proudhon, o valor de uma realização criadora das atividades individuais e coletivas (indivíduos e grupos surgem como concepções imanentes), em favor da liberdade e da justiça sociais. Assim, a filosofia proudhoniana ressalta a existência de uma “relação

vital” entre as leis que regem a organização do trabalho e as forças que compõem o organismo social.

Opondo-se a qualquer concepção fatalista, Proudhon acredita na liberdade humana, que se insere no mundo por meio de uma força que é a essência da humanidade: o trabalho. O trabalho parece-lhe ser um processo semi-espiritual, semimaterial, ideorealista, que tem suas leis e permite transformar um pluralismo social primitivo espontâneo (que atua na divisão do trabalho e na comunhão de ação) em pluralismo voluntário e consciente, o pluralismo trabalhista. Analisando o trabalho (e não a força de trabalho) como substância e eixo da economia, medida do “valor constituído”, fonte da mais-valia coletiva tão-somente roubada pelos capitalistas, a ciência do trabalho social vai produzir uma dupla transformação: transformação teórica, pela passagem da economia política para a economia social, e transformação política, pela passagem da economia capitalista para o mutualismo (HUISMAN, 2004, p. 811).

Tais concepções têm suas bases em uma metodologia proudhoniana, a dialética serial, proclamada por Proudhon como “*processo revolucionário e prática social*” (BANCAL, 1984, p. 129). A partir dessa metodologia, a sociedade constituir-se-ia através de correntes antinômicas, forças antagônicas compostas através de oscilações entre elementos binários irredutivelmente diferentes e complementares entre si. Para Proudhon (1988), o balanceamento dessas oposições abriria possibilidades para a transformação de suas formações e composições.

A chave do pensamento proudhoniano, que é pensamento ideorrealista, deve ser buscada em sua metodologia: a dialética serial. O mundo é concebido como um universo de antinomias cuja resolução, seja na forma de superação-conservação, seja na forma de superação sem conservação, é impossível, pois é da oposição que nascem vida, movimento e liberdade. Mas a observação científica não se contenta em mostrar a contradição; ela descobre também as leis do movimento que são séries. (...) Não se trata tanto de criar a ordem, porém mais de pôr-se em sua presença e receber sua imagem. Ora, essa ordem no mundo material, vegetal, animal ou humano apresenta-se como um feixe de forças associativas e organizadoras que disciplina o movimento dialético, sendo o progresso a resultante dessas forças do processo de crescimento, comum ao mundo material, ao homem e à sociedade, resultante que se exhibe em cadeias de pares antinômicos. Nesse sentido, a sociedade avança com passo oscilatório, balançando, sem destruição das forças antagonistas, apenas por mudança de suas formas (HUISMAN, 2004, p. 811).

Cabe registrar as dificuldades e limitações em se conceber qualquer avaliação generalizada em relação à obra proudhoniana: de fato, a riqueza, complexidade e densidade presentes em suas produções retratam um pensador multifacetado, que buscava analisar e compreender criticamente as contradições e ambigüidades de seu tempo, através do desvelamento de articulações entre práticas e saberes econômicos, morais, políticos e sociais.

Na realidade, Proudhon é um homem-articulação: inteligência prodigiosa, ele pressente os elos existentes entre as diversas disciplinas, constrói pontes entre domínios até então separados, prevê a função de especialidades historicamente distintas. Espírito sintético, ele guarda constantemente um sentido quase biológico da diversidade das trocas e dos elos de um mundo em criação permanente. Como Karl Marx, ele surpreende por sua genialidade enciclopédica. Economista revolucionário, político profético, grande filósofo, educador dos tempos modernos, ele aparece como um pensador de uma prodigiosa riqueza (BANCAL, 1984, p. 22).

Enfatiza-se, portanto, a fundamental contribuição das idéias proudhonianas – especialmente as que compõem sua crítica à difusão do autoritarismo em todas as suas formas – para a constituição do movimento anarquista, bem como das correntes associacionistas e cooperativistas emergentes por toda a Europa.

2.5. Owen e as aldeias cooperativas

Robert Owen, nascido em 14 de maio de 1771, teve suas origens em uma humilde família de artesãos da cidade de Newtown, no País de Gales. Desde a infância, já chamava a atenção por sua inteligência precoce e extraordinária capacidade de aprendizagem: aos dez anos, deixou sua cidade natal para morar inicialmente em Stanford, mudando-se, mais tarde, para Londres: em ambos os locais, conseguiu trabalho como aprendiz em pequenas

fábricas de tecidos. Aproveitando-se dos conhecimentos técnicos e comerciais adquiridos nessas experiências, despontou, aos dezenove anos, como gerente de produção de uma importante empresa têxtil de Manchester, que contava, naquele período, com cerca de 500 funcionários.

Nove anos depois, Owen surgia como um dos mais respeitados industriais de toda Europa, tornando-se co-proprietário e diretor do renomado complexo têxtil de New Lanark, localizada nas proximidades de Glasgow, na Escócia. No que se refere especificamente a tal iniciativa, Engels ressalta:

Uma população de até 2.500 almas, recrutada a princípio entre os elementos mais heterogêneos, a maioria dos quais muito desmoralizados, converteu-se nas suas mãos em uma colônia-modelo, na qual não se conheciam a embriaguez, a polícia, os juízes de paz, os processos, os asilos para pobres nem a beneficência pública. Para isso bastou, somente, colocar os seus operários em condições mais humanas de vida, consagrando um cuidado especial à educação da prole. Owen foi o criador dos jardins de infância que funcionaram pela primeira vez em New Lanark. As crianças eram enviadas às escolas desde os oito anos, e nelas se sentiam tão bem que só dificilmente eram levadas para casa. Enquanto nas fábricas de seus concorrentes os operários trabalhavam treze a catorze horas diárias, em New Lanark, a jornada de trabalho era de dez horas e meia. Quando uma crise algodoeira obrigou o encerramento da fábrica por quatro meses, os operários de New Lanark que ficaram sem trabalho continuaram recebendo suas diárias integrais. E, contudo, a empresa incrementara para o dobro de seu valor e rendeu para os seus proprietários, até o último dia, enormes lucros (ENGELS, 1984, p. 37).

Entretanto, Owen não demonstrava satisfação com os avanços de New Lanark: tinha consciência de que, embora seus operários tivessem condições de vida e de trabalho relativamente favoráveis, levando-se em conta os parâmetros vigentes nas demais indústrias da época, estes ainda permaneciam muito distantes de uma existência minimamente digna. “Os que trabalhavam para ele ainda eram seus escravos. Owen, figura pública festejada, admirada (todos vão a New Lanark contemplar sua obra) resolve ir além de sua primeira experiência” (RUSS, 1991, p. 33).

Nesse ponto, desenvolvem-se as primeiras reflexões owenistas acerca da composição de uma sociedade mais justa, descritas por Petitfils:

Sua filosofia é estritamente determinista. A sociedade, observa ele, foi construída como se o homem fosse um ser racional, dispondo de seu livre arbítrio e dotado de uma perfeita facilidade de julgamento. Trata-se, porém de um erro monstruoso: O homem sozinho não forma seu caráter. É um ser maleável, condicionado por seu ambiente. Suas idéias, seus sentimentos, assim como sua personalidade não lhe pertencem, constituindo simples reflexo das influências externas. Owen deduz que a preguiça, a ignorância, o vício, a miséria, longe de constituírem males inevitáveis, apareceram em conseqüência de estruturas sociais não adequadas. (...) Agindo sobre o tecido social, pode-se transformar a espécie humana, melhorar sua sorte, fazer desaparecer suas chagas: as más paixões, a violência, a pobreza, a opressão, a injustiça sob todas as formas. (...) Resta descobrir essa "ciência moral" capaz de nos ajudar a decifrar as leis da natureza. A procura pela felicidade passa pela pesquisa dessa ordem racional inscrita na natureza e que os homens cegos pelas paixões não conseguem decifrar. (...) Assim, o grande padrão esclarecido em que se transforma Owen sonha com uma "revolução pela razão", colocando em causa os preconceitos e as falsas opiniões em todos os setores – religioso, educativo, econômico, moral e familiar (PETITFILS, 1977, p. 71).

Assim, delineava-se o primeiro traço de uma profunda evolução deflagrada pela filosofia owenista, a partir da qual o desenvolvimento de programas filantrópicos cedia espaço à constituição de um projeto global de reforma social, fundamentado, prevalentemente, em idéias deterministas e racionalistas.

Com efeito, em 1817, Owen apresentou ao governo britânico uma proposta de auxílio aos desempregados, que se multiplicavam em decorrência da depressão econômica inglesa. Com o fim da guerra contra Napoleão, a renda e o trabalho dos que estavam envolvidos na indústria bélica foram drasticamente reduzidos. *"Para reverter essa situação era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtores"* (SINGER, 1989, p. 25). Contudo, para além dessa proposta, existiam outros interesses.

Seu objetivo era suprimir os desequilíbrios entre a produção e o consumo, sempre presentes na economia capitalista. Para isso, pretendia modificar radicalmente a estrutura econômica, organizando a produção cooperativista na base da propriedade comum dos meios de produção, suprimindo aos poucos a propriedade privada (THIAGO, 1995, p. 19).

O propósito fundamental do pensamento owenista consistia na criação de “colônias-modelo”, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas, trabalhando em atividades predominantemente agrícolas. No centro dessas vilas, haveria um grande edifício dividido em vários “paralelogramos” – compreendendo cozinhas públicas, oficinas, escolas, refeitórios, depósitos, enfermarias, bibliotecas, entre outros locais –, cercados por 500 a 700 hectares de terra cultivada coletivamente. Cabe ressaltar a seguinte afirmação:

Aqui, pode-se classificar como orgânicas as unidades sociais sobre as quais se pretende reconstruir a sociedade; são comunidades de número limitado, erigidas sobre uma base agrícola, apoiadas no “princípio de associação de trabalho, de consumo e de propriedade, assim como de “igualdade de privilégios” e onde todos os membros deverão ter “interesses mútuos e comuns”. Já aqui podemos ver como Owen, diferentemente de Fourier, alcança a compreensão dos requisitos elementares da comunidade autêntica, entre os quais não figura, necessariamente nem de maneira exclusiva, a propriedade comum e sim uma forma de união e associação de bens e, tampouco, necessariamente uma igualdade de consumo e sim uma igualdade de direitos e facilidades. A “vida comunitária” (...) é propriedade e usufruto mútuos, e é propriedade e usufruto de bens comuns. Ou, em outras palavras: é administração em comum, na qual podem existir bens pessoais fora dos comuns, apesar de que, em virtude da constituição da economia comum (de maneira muito diferente do esquema de Fourier), as diferenças de propriedade permaneçam dentro de limites muito reduzidos e, em consequência da reciprocidade do auxílio mútuo e da colaboração, em sentido mais geral – mútuo dar e receber – vem a se realizar aquilo que aqui se denomina “propriedade e usufruto mútuos”, ou seja, participação adequada de cada membro na vida dos demais. É justamente nessa concepção que se baseia o plano de Owen (posteriormente, ele irá mais além, incluindo a comunidade de bens e associação cooperativa entre os supremos princípios do projeto da colônia). Ele não ignora que, para realizá-la, é necessária uma grande atividade educativa. (...) Uma necessidade igualmente imperiosa obrigará agora os homens a educar-se para agirem em conjunto, para criar e manter. Owen sabe que o que se pretende em definitivo é uma transformação de toda a ordem social e, especialmente, das relações entre governantes e governados. (...) Essa transformação será efetuada, antes, em cada uma das aldeias comunais projetadas, expandindo-se, mais tarde, para atingir a totalidade. A comissão que dirige cada aldeia formará um governo local permanente e habilitado, que não se oponha às pessoas governadas, mas esteja intimamente vinculado com elas (BUBER, 1971, p. 33).

Não encontrando apoio para seu plano em território europeu, Owen partiu para os Estados Unidos, onde havia ambiente propício para colocar em prática suas idéias, através da instalação de várias aldeias cooperativas.

Duas dessas aldeias foram dirigidas pessoalmente por Owen: a de New Harmony entre 1825 e 1829, em Indiana, EUA, e a de Queenswood ou Harmony Hall, também nos EUA, iniciada em 1839 e extinta em 1846. A comunidade era financeiramente insustentável, sendo mantida por numerosas contribuições de ricos simpatizantes que, depois de um tempo, suspenderam as doações (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 24).

De volta à Inglaterra, em 1829, ele empenhou-se na criação e no desenvolvimento da “National Equitable Labour Exchange” (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo), através da qual se intercambiavam produtos de cooperativas em escala nacional. Nessa bolsa, os trabalhadores depositavam seus produtos (roupas, alimentos, entre outros), os quais eram convertidos em uma moeda própria sob a forma de notas, conforme as horas dispensadas à sua produção. Tais notas podiam ser trocadas por outras mercadorias, segundo as necessidades dos depositantes.

Com o movimento grevista patronal, denominado de *lock-out*, os industriais têxteis demitiram todos os trabalhadores sindicalizados. Houve um incontrolável aumento de demanda por gêneros de primeira necessidade, fazendo com que a Bolsa entrasse em desequilíbrio, encerrando suas atividades em 1834. Essa experiência, de acordo com Abrantes:

(...) obteve muito sucesso, apresentado lucro entre novembro de 1832 e novembro de 1833, sendo que neste período as notas chegaram a ser aceitas por comerciantes que não pertenciam à bolsa. Infelizmente, a partir de 1834, tal mecanismo começou a dar prejuízo, sendo fechado em outubro daquele ano. O principal motivo do fracasso foi que, enquanto produtos como carne e alimentos tinham muita saída, com pagamento de parte em dinheiro, outros encalhavam, e isso descapitalizou a bolsa (ABRANTES, 2004, p. 41).

Em decorrência do fechamento da Bolsa, os sindicatos perderam força e os trabalhadores retomaram suas funções nas fábricas: desesperados com as demissões em série, só podiam adaptar-se às condições impostas pelos empregadores.

Apesar dessas dificuldades, Owen mantinha-se fiel a seus ideais. Tal persistência custou caro no campo pessoal: sentia-se cada vez mais só, na medida em que as elites industriais, assim como a imprensa e os governantes que, a princípio, demonstravam entusiasmo e admiração em relação a seu trabalho, acabaram por desprezá-lo, abandonando-o por completo.

Além disso, Owen enfrentava graves problemas financeiros: os altos custos de seus projetos na América levaram à perda total de sua fortuna. Nessas circunstâncias, desenvolveram-se as primeiras aproximações e articulações entre Owen e o movimento operário inglês: tal aliança – embora extremamente conflituosa, em especial no tocante a divergências ideológicas entre os seguidores de Owen e aqueles que apoiavam William Thompson, que despontava como um dos mais respeitados líderes sindicais daquele período – produziu extraordinários frutos para o engrandecimento do cooperativismo europeu. Engels esclarece:

Enquanto se limitara a atuar só como filantropo, Owen não colhera senão riquezas, aplausos, honra e fama. Era o homem mais popular da Europa. Não só os homens da sua classe e posição social, mas também os governantes e os príncipes o escutavam e o aprovavam. No momento, porém, em que formulou as suas teorias comunistas, virou-se a página. Eram precisamente três grandes obstáculos, os que, segundo ele, se erguiam no seu caminho da reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma atual do casamento. E não ignorava ao que se expunha, atacando-os: à execração de toda a sociedade oficial e à perda da sua posição social. Mas isso não o deteve nos seus ataques implacáveis contra aquelas instituições e ocorreu o que ele previa. Desterrado pela sociedade oficial, ignorado completamente pela imprensa, pelas suas fracassadas experiências comunistas na América, às quais sacrificou toda a sua fortuna, dirigiu-se à classe operária, no seio da qual atuou ainda durante trinta anos. Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados

na Inglaterra no interesse da classe trabalhadora estão ligados ao nome de Owen. Assim, em 1819, depois de cinco anos de grandes esforços, conseguiu que fosse votada a primeira lei limitando o trabalho da mulher e da criança nas fábricas. Foi ele quem presidiu o primeiro congresso em que as trade-unions de toda a Inglaterra se fundiram numa grande organização sindical única. E foi também ele quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, por um lado, cooperativas de consumo e de produção – que serviram, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis – e por outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de troca dos produtos do trabalho por meio de bônus do trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido; esses estabelecimentos tinham necessariamente de fracassar, mas antecipam-se muito aos bancos proudhonianos de troca, diferenciando-se deles somente em que não pretendem ser a panacéia universal para todos os males sociais, mas pura e simplesmente um primeiro passo para uma transformação muito mais radical da sociedade (ENGES, 1984, p. 39).

A partir de 1830, as argumentações racionalistas que tanto influenciaram a doutrina owenista se converteram progressivamente em convicções messiânicas.

Esse profeta leigo propunha uma “religião racional” formada à base de um vago deísmo. Admitia a existência de uma “potência incompreensível que movimenta os átomos do universo” e deduzia como conseqüência moral um ideal de caridade e de fraternidade próximo do cristianismo. Entre os owenianos havia, aliás, cristãos autênticos, como John Minter Morgan, que não admitia as posições pouco ortodoxas do mestre. Assim, uma vez mais, constata-se a permanência nas correntes utopistas de preocupações espirituais (PETITFILS, 1977, p. 84).

Em 17 de novembro de 1858, Robert Owen morreu em sua cidade natal, aos oitenta e sete anos de idade. Incansável pensador e dedicado homem de ação, Owen é aclamado, até os dias atuais, como precursor do socialismo e do cooperativismo ingleses.

2.6. Os pioneiros de Rochdale

A partir de 1830, ao mesmo tempo em que os movimentos sindicais se enfraqueciam em todo o Reino Unido, o desemprego e a exclusão social

chegavam a níveis alarmantes. Nesse contexto, a cidade de Manchester surgia como “um dos piores exemplos das mazelas sociais” (ABRANTES, 2004, p. 42). Foi justamente em Rochdale, cidade situada na região metropolitana de Manchester, que, no ano de 1844, originou-se a primeira cooperativa moderna de consumo da história do cooperativismo.

Fundada por 28 tecelões (27 homens e uma mulher), influenciados pelas idéias de Robert Owen, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale desenvolveu-se em um contexto de sobrevivência, após uma greve fracassada. *“Esses trabalhadores estavam com dificuldades financeiras para comprar gêneros de primeira necessidade e resolveram se associar para fazer a compra desses produtos em conjunto, conseguindo, assim, melhor preço”* (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 47).

Dez anos após a criação do primeiro “armazém de provisões”, a Sociedade de Rochdale expandia seus limites por toda a Grã-bretanha, abrindo filiais de consumo e criando outras cooperativas, como as de produção de produtos e habitação.

Em 1849, a cooperativa contava com 390 associados, em 1859, havia 2.703 associados; em 1869 eram 5.809 e em 1879, o total de associados era de 10.427, com um capital de 28.035 libras (havia começado com um capital de 28 libras) (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 20).

Seus trabalhadores, ao contrário dos que compunham as iniciativas cooperativistas desenvolvidas até então, não se limitaram a participar da cooperativa, empenhando-se conjuntamente na elaboração de uma “Carta de Princípios” que legitimasse suas atividades. Singer (2003) afirma:

O que notabilizou a cooperativa de Rochdale foram os princípios que adotou desde a fundação. Até então, as cooperativas tinham valores comuns, mas cada uma delas procurava convertê-los em prática,

conforme o entendimento entre seus membros. Não havia um modelo comum (SINGER, 2003, p. 119).

A carta de princípios de Rochdale foi adotada por inúmeras cooperativas em toda a Europa. De acordo com Fonseca e Veiga (2002), tais princípios podem ser descritos da seguinte forma:

- *escolha da direção da sociedade mediante eleições em assembleias gerais;*
- *livre adesão e desligamento dos sócios;*
- *cada associado tem um voto independentemente do capital que tenha investido;*
- *pagamento de juros limitados ao capital;*
- *distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração;*
- *quotas de reserva para aumento de capital, destinadas à extensão das operações e à porcentagem para a educação;*
- *as vendas deveriam ser efetuadas a dinheiro, isto é, à vista, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias;*
- *a sociedade só venderia produtos puros e de boa qualidade (essa regra trouxe enormes benefícios para a cooperativa, pois, na época, a adulteração dos produtos era muito comum);*
- *neutralidade política e religiosa (essa regra tem relação direta com a de livre adesão e desligamento dos sócios, pois se a cooperativa assumisse caráter político ou religioso, ela excluiria implicitamente os que pensassem de outro modo) (FONSECA; VEIGA, 2004, p. 21).*

Todavia, na medida em que crescia, Rochdale afastava-se de sua vertente autogestionária.

Em 1864, após intensas controvérsias, a maioria dos sócios de Rochdale resolveu abolir os últimos resquícios de participação operária em suas cooperativas de produção: aboliram o dividendo e o direito dos trabalhadores de participarem do capital da cooperativa, que de fato se transformou em empresa convencional, com a peculiaridade de ser possuída por cooperadores (SINGER, 2003, p. 120).

Tal situação retratava uma tendência de todas as modalidades do movimento cooperativista do início do século XX – com exceção de algumas cooperativas de produção, como o Complexo de Mondragón, na Espanha –, de se converter em empreendimentos convencionais, fazendo da autogestão um mecanismo alegórico, digno de homenagens em ocasiões solenes.

3. PERSPECTIVAS E REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COOPERATIVO NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA AO RENASCIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

3.1 Os princípios cooperativistas

Os princípios de Rochdale, que caracterizam as diretrizes que permitem às cooperativas colocar seus valores em prática, passaram por sucessivos processos de reformulação, sendo o último concluído em 23 de setembro de 1995, através do XXI Congresso Mundial promovido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão de representação mundial do movimento cooperativista. Nesse evento, tais princípios foram debatidos e remodelados, podendo, atualmente, ser expressos da seguinte forma: adesão livre e voluntária dos cooperados; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; preocupação com a comunidade.

A partir do princípio de adesão livre e voluntária dos cooperados, as cooperativas são concebidas como organizações voluntárias e abertas a todos que estejam dispostos a assumir as responsabilidades de cooperado, sem discriminações de raça, classe social, sexo, opção política ou religiosa.

A “gestão democrática”, por sua vez, define-se através da participação ativa dos membros de uma cooperativa na definição de suas políticas, na

eleição de seus representantes e na determinação de seus objetivos e metas comuns. No que se refere à “participação econômica”, os cooperados devem contribuir de forma equitativa, controlando democraticamente o capital de sua cooperativa.

Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios (PERIUS; SCHMIDT, 2003, p. 64).

Através do princípio de autonomia e independência, enfatiza-se que as cooperativas devem preservar-se enquanto organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros, independentemente dos acordos operacionais estabelecidos e/ou dos recursos externos relativos a outras entidades, inclusive governamentais. No que tange a educação, treinamento e informação, cabe às cooperativas informar o público em geral, especialmente os jovens e os formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação. Além disso, há o compromisso de promover a capacitação e a formação de seu quadro associativo e funcional.

A cooperativa terá como objetivo permanente a capacitação à prática cooperativista. Toda cooperativa terá de aplicar pelo menos 5% das sobras líquidas do exercício financeiro em educação, assistência técnica e social de seus cooperados e de suas famílias (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 45).

Através da “intercooperação”, as cooperativas, além de atender aos interesses comuns de seus sócios, devem fortalecer o movimento cooperativista, atuando em conjunto, por intermédio de redes de cooperação locais, regionais, nacionais e internacionais. Por fim, tendo como base o princípio de “preocupação com a comunidade”, seu trabalho deve priorizar o

bem-estar e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

Convém salientar que a convenção desses princípios defronta-se com inúmeras particularidades apresentadas pelos quadros legislativos cooperativistas vigorantes em cada país.

3.2. Legislação cooperativista no Brasil

As condições legais que atualmente regulamentam a organização, estruturação e funcionamento das cooperativas no Brasil baseiam-se na Constituição de 1988 (artigo 5o, incisos XVII a XXI e artigo 174) (BRASIL, 1988), no novo Código Civil (artigos 1.093 a 1.096) (BRASIL, 2002) e na Lei 5.764, de 16 de Dezembro de 1971 (BRASIL, 1971). Nos artigos 3o e 4o, capítulo II, “Das sociedades cooperativas” contido na Lei 5.764, lê-se:

Art. 3o. Celebram contrato de sociedade cooperativa, as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4o. As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência constituídas para prestar serviços, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

adesão voluntária, com número limitado de associados salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

limitação do número de quotas-partes para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional Social;
neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
prestação de assistência aos associados e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 1971).

Dessa forma, as cooperativas apresentam-se enquanto modalidade especial de sociedade simples, sujeita a inscrição na Junta Comercial, que tem por objetivo desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização, de acordo com os interesses e necessidades apresentados por seus cooperados.

O montante do capital necessário para dar início à cooperativa é dividido em quotas-partes que devem ser sempre inferiores ao salário mínimo vigente no país. Cada cooperado adquire uma ou mais quotas até completar o total do capital determinado (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 41).

Cada associado é dono de parte do patrimônio da cooperativa e representa um voto nos processos deliberativos, independentemente da quantidade de quotas-partes adquiridas. O capital, dentro desse contexto, emerge como fator de produção e não de renda financeira, ou seja, atua como investimento de estímulo à viabilidade das atividades cooperativas. “*O capital em uma cooperativa é o meio e não a finalidade*” (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 40).

As sobras líquidas resultantes do balanço entre receitas e despesas devem retornar aos cooperados, após decisão em Assembléia Geral, na proporção direta de suas participações. Além disso, é obrigatória a criação de um fundo de reserva constituído por, no mínimo, 10% das sobras líquidas, no intuito de custear as atividades e reparar eventuais perdas da cooperativa,

assim como 5% dessas sobras devem destinar-se a um fundo de assistência técnica, educacional e social para associados, familiares e funcionários.

A empresa cooperativa se orienta à prestação de benefícios aos associados que são seus proprietários. Opera com base em seus custos, sem fazer do nível de resultados do exercício um indicador fundamental de eficácia. A cooperativa, para assegurar sua viabilidade operativa compra e vende com uma margem necessária, ou cobra uma taxa de administração adequada sobre os serviços que presta aos associados; além desses resultados, não precisa, necessariamente, gerar excedentes (PERIUS; SCHMIDT, 2003, p. 67).

A estrutura organizacional de uma cooperativa depende de três aspectos fundamentais: as especificidades de seu Estatuto Social (conjunto interno de regras que definem os direitos e deveres dos associados além de prescrições legais), o volume de suas ações e a quantidade de seus associados (o número mínimo para constituição de uma cooperativa, de acordo com a Lei 5.764, é de vinte pessoas).

Em geral, observa-se a necessidade de criação dos seguintes órgãos deliberativos e executores: Assembléia Geral, Conselho de Administração ou Diretoria e Conselho Fiscal.

Segundo a Lei 5.764/71, em seu capítulo IX, seção I, a Assembléia Geral é o órgão supremo de deliberação e execução dentro das sociedades cooperativas. Podem apresentar duas formas: ordinária e extraordinária.

Quando ordinárias, as assembleias gerais realizam-se, obrigatoriamente, uma vez ao ano, promovendo sua convocação com no mínimo dez dias de antecedência, mediante a fixação de editais em lugares de grande visibilidade, publicações em jornais e/ou distribuição de circulares aos cooperados. O quorum de legitimação para suas deliberações corresponde a dois terços dos associados em primeira convocação, metade mais um em segunda convocação e, finalmente, mínimo de dez pessoas em terceira convocação. É

competência da Assembléia Geral ordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos: prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal; fixação de honorários para os órgãos de administração e fiscalização; destinação das sobras líquidas ou das perdas apuradas no exercício; eleição dos membros do conselho de administração; aprovação ou não das contas do conselho de administração/diretoria, cabendo ao conselho fiscal somente a recomendação ou não da sua aprovação.

Em sua forma extraordinária, a assembléia geral pode ser convocada sempre que necessário, apresentando deliberações sobre qualquer assunto de interesse dos cooperados, desde que o mesmo seja mencionado no edital de convocação. Para validação de suas deliberações, são necessários dois terços dos votos dos cooperados presentes. Suas competências exclusivas referem-se às seguintes questões: mudanças no Estatuto Social; fusão da cooperativa com outras cooperativas; dissolução voluntária da cooperativa e nomeação dos liquidantes; contas dos liquidantes.

As atividades administrativas, por sua vez, são exercidas por um conselho ou diretoria exclusivamente compreendido por cooperados eleitos a partir da assembléia geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, um terço de seus componentes.

As reuniões do conselho de administração normalmente são convocadas e dirigidas pelo presidente da cooperativa, mas qualquer outro integrante do conselho pode solicitar uma reunião e todas as decisões integram a ata que, ao final, deverá ser lida e assinada por todos os presentes e transcrita em livro próprio (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 55).

Os processos administrativos desenvolvidos na cooperativa são examinados através da atuação de um conselho fiscal composto por seis

membros – três efetivos e três suplentes –, eleitos pelo período de um ano, podendo candidatar-se à reeleição apenas um terço desse contingente.

Diante dessas colocações, cabe salientar que a específica legislação em vigor – Lei 5.764/71 – vem sendo duramente criticada por todas as correntes do cooperativismo brasileiro.

Não é verdade que a Lei 5.764 de 1971, entulho do autoritarismo, com seus dissimulados instrumentos de controle e retração, fere os dispositivos constitucionais em vigor que se comprometem a incentivar e estimular toda e qualquer forma de atividade cooperativista? Por que tão largo intervalo na reforma de matéria tão contraposta a ordem democrática que se diz em vigor? (ALVES, 2003, p. 48).

Tais argumentações revelam um quadro legislativo tão complexo quanto conflituoso, refletindo as numerosas mazelas produzidas ao longo da história cooperativista brasileira.

3.3. Um breve histórico acerca do cooperativismo brasileiro

Ao se referir aos primórdios do cooperativismo no Brasil, autores como Abrantes (2004), Pinho (2004), Perius e Schmidt (2003) apontaram as iniciativas jesuíticas como tentativas pioneiras no que tange à implementação uma “cultura de cooperação”. Contudo, essa análise imbrica uma série de controvérsias e polêmicas, que permanecem distantes de qualquer resolução.

De fato, no período entre 1530 e 1879, disseminaram-se pela Argentina, Uruguai e Brasil experiências esparsas de catequização e evangelização das comunidades indígenas, coordenadas prevalentemente por organizações jesuíticas oriundas de Portugal e Espanha. Nesse sentido, a fundação das primeiras reduções jesuíticas, em particular na região Sul do território brasileiro,

serviu de base para a difusão de uma utopia religiosa refletida em atividades de caráter paradoxal e ambíguo, que abrangiam desde a valorização de princípios cooperativos e associativos fundamentados em experiências bem sucedidas desenvolvidas “além-mar” – as missões surgiam como unidades econômicas autônomas, em que predominava o trabalho agrícola familiar, com base na propriedade coletiva dos meios de produção – até o exercício de uma política alternativa de colonização e dominação dos povos locais – os índios deveriam converter-se aos valores da civilização, subordinando-se por completo às perspectivas culturais, políticas e sociais difundidas pelo paradigma europeu.

Despojados ou argentários? Escravocratas ou liberais? Libertinos ou libertários? Santos ou santarrões? Passados cinco séculos, o papel desempenhado pelos jesuítas no Brasil colônia permanece imerso em controvérsias. De 1549, quando desembarcaram na Bahia, até 1759, quando, pelas artimanhas do marquês de Pombal, foram expulsos de Portugal e de suas colônias, os jesuítas se revelaram uma das forças mais ativas na conquista e colonização do Brasil. Sem eles, a empresa colonial teria outros rumos e outros destinos – quais, é difícil supor. Julgar o conjunto da obra jesuítica à luz de conceitos atuais, porém, é incorrer num erro tão gigante quanto dos próprios padres quinhentistas em sua pretensão de avaliar a mentalidade e os costumes indígenas de acordo com as crenças e os dogmas da Europa de fins do século XVI – uma época marcada pela intolerância religiosa, pelo etnocentrismo e, acima de tudo, pela contra-reforma. Desde o início, a polêmica esteve no âmago da ação jesuítica, já que, embora antagônicos em tese, catequese e colonialismo andaram sempre juntos. Os jesuítas lutaram contra a escravização dos indígenas, mas o plano de catequização que puseram em prática – e a conseqüente concentração dos índios em aldeamentos ou missões – não apenas resultou em tragédia, em razão dos graves surtos de doenças infecciosas, como facilitou a ação dos escravagistas. Os próprios jesuítas, o padre Nóbrega à frente, tinham escravos e acreditavam na doutrina aristotélica da servidão natural de povos “inferiores”. Para defender os nativos, estimularam o tráfico de africanos. Mas quando a paz que tinham firmado com os Tamoios foi rompida pelos portugueses, os padres nada fizeram. Os jesuítas se empenharam em submeter os indígenas aos rigores do trabalho metódico, aos horários rígidos, ao latim e à monogamia. Combateram o canibalismo, a poligamia e o nomadismo – e, assim, acabaram sendo responsáveis pela desestruturação cultural que empurrou para a extinção inúmeras tribos. Por outro lado, foi graças à ação evangélica que a língua e a gramática tupi acabaram sendo registradas e preservadas. (...) De todo modo, não restam dúvidas de que, ao fim e ao cabo, o papel desempenhado pelos jesuítas no Brasil foi tremendamente conservador. Criada como uma espécie de “exército de Cristo”, a Companhia de Jesus tornou-se o principal organismo da contra-reforma, sendo favorável à inquisição e às normas restritivas ditadas pelo Concílio de Trento, lutando contra os

avanços do humanismo renascentista, contra reflexões filosóficas e debates intelectuais – e contra os livros. No entanto, se não fossem as cartas e os relatórios minuciosos daqueles padres – os jesuítas praticamente não davam um passo sem registrá-lo –, seria praticamente impossível reconstruir a história do Brasil colônia (BUENO, 2002, p. 48).

Segundo os registros oficiais, o marco inicial do cooperativismo no Brasil deu-se com o desenvolvimento de iniciativas associativas organizadas por colonos estrangeiros a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, eram constantes os desembarques em portos brasileiros de milhares de imigrantes europeus, em sua maioria italianos e alemães, trazendo idéias e práticas relativas ao desenvolvimento de sociedades cooperativas já difundidas no Velho Mundo.

Com efeito, a partir de 1824, trabalhadores de origem alemã constituíram diversas associações com fins sociais e econômicos no Rio Grande do Sul, particularmente às margens do rio Guaíba, na região da Serra, das Missões e do Alto Uruguai. Nesse contexto, deu-se a criação da Associação Alemã de Amparo Mútuo, a qual contava com um fundo avançado de financiamento e assistência aos imigrantes associados.

No ano de 1841, um grupo formado por cerca de 100 franceses desembarcou no Rio de Janeiro com o intuito de dar início, em terras brasileiras, a uma experiência associacionista inspirada nos falanstérios de Charles Fourier. Em dezembro do mesmo ano, sob a liderança do médico homeopata Dr. Benoît Jules Mure – conhecido no Brasil como Bento Mure – e com autorização e apoio do governo imperial, foi fundada em Santa Catarina a “Colônia Industrial do Saí”, às margens da Baía de Babitonga, região próxima ao município de São Francisco do Sul, onde atualmente está a cidade de Joinville.

No entanto, a eclosão de problemas pessoais entre os idealizadores do projeto, somada ao surgimento de divergências referentes à composição e organização do estatuto interno a ser implementado na iniciativa, levaram a dissidências entre boa parte dos colonos, os quais, liderados por Michel Derrion, acabaram por formar outra colônia societária denominada “Palmital”.

As duas colônias – Saí e Palmital – logo se viram confrontadas com graves dificuldades, suscitadas por uma realidade rica em adversidades naturais – convém lembrar que, em sua totalidade, os colonos franceses eram provenientes de localidades predominantemente urbanas – e conflitos políticos e sociais – documentos da época registram a escassez de condições materiais e organizacionais para a sobrevivência das iniciativas. Diante do agravamento desse cenário, desencadeou-se um progressivo processo de degeneração estrutural e funcional dessas experiências, que se estendeu até o ponto de sua completa extinção.

A experiência do Saí, é certo, pode ser considerada uma sucessão de dissabores, que a levaram ao fracasso, poucos anos depois de iniciada. Poder-se-ia dizer que não deu certo. O senso comum indica que o governo brasileiro, em vão, gastou boa parcela de dinheiro com uma aventura utópica. (...) A experiência do Saí foi efêmera, é certo, mas constitui a história de pessoas que simbolizaram a vontade de milhares, no sentido de darem um significado à suas vidas, de atenderem a um apelo de seu mundo interior, subjetivo, instigados pela injustiça social, de redefinição de valores, de descompasso, de crise, cuja saída vislumbrou-se pelos portais da imaginação utópica. Nesse sentido, aponta-se para a experiência do Saí não como algo factual, curioso, aventureiro, mas como um episódio a ser considerado nas suas imbricações sociológicas, políticas e morais. Naquele momento em que a Revolução Francesa não atendia nem o ideal nem o material, para muitos, a história tornou-se “menor”, já que o sentido de grande revolução havia sido esvaziado. As utopias socialistas ou associacionistas foram alternativas para quem não vislumbrou mais a possibilidade de uma solução no “macro”. Restavam, então, as experiências em grupo que prometiam um reino de possibilidades de realização humana, numa palavra, felicidade (THIAGO, 1995, p. 149).

Vale registrar que a organização de iniciativas inspiradas parcial ou integralmente em valores cooperativos não se restringia exclusivamente às comunidades estrangeiras instaladas no Brasil.

Em 1893, Antônio Vicente Mendes Maciel – conhecido como Antônio Conselheiro, em virtude da popularidade de suas pregações e aconselhamentos dirigidos a comunidades sertanejas espalhadas pelo Nordeste brasileiro – fundou a comunidade de Belo Monte, mais tarde batizada Canudos, a partir de um pequeno arraial de taipa, localizado às margens do rio Vaza-Barris, no Estado da Bahia. Poucos anos após sua fundação, tal povoado já apresentava um vertiginoso crescimento populacional, chegando a abrigar cerca de 25.000 habitantes. Sob a liderança político-religiosa de Antônio Conselheiro, Canudos despontava como o segundo maior centro urbano da Bahia, só ficando atrás de Salvador que, naquele tempo, tinha uma população de cerca de 200.000 pessoas.

Em poucos meses, Conselheiro – apoiado por homens como João Abade, Pijeú, Joaquim Tranca-Pés, Raimundo Boca-Torta, Chico Ema, Antônio Beato e Manoel Quadrado – começou a materializar a utopia de uma sociedade evangélica auto-suficiente. Em Canudos, não havia propriedade privada: terra, rebanhos e lavouras eram de todos. Milho, feijão, mandioca e cana eram cultivados coletivamente. Cabras forneciam carne, queijo e leite. Suas peles, curtidas, eram vendidas em Juazeiro e exportadas até para os EUA. Canudos se tornou a Meca dos desvalidos. Um outro Brasil (BUENO, 2002, p. 257).

O desenvolvimento de Canudos desagradara diversas autoridades civis e eclesiais da época, que o concebiam como ameaça aos interesses da Igreja e do Estado republicano. Além disso, a ocorrência, em 1896, de um episódio de desonestidade comercial – Canudos comprou um carregamento de madeira que nunca foi entregue, de um comerciante de Juazeiro – fez surgir um boato de que os seguidores de Antônio Conselheiro poderiam, a qualquer momento,

invadir a cidade para retirar sua mercadoria. Com efeito, o juiz de Juazeiro, o qual já havia se desentendido com o líder de Canudos três anos antes, em virtude de questões ligadas à cobrança de impostos, pediu apoio imediato ao governo federal. Assim, criou-se o pretexto ideal pra a destruição de Canudos.

Após o fracasso retumbante das três primeiras expedições, o exército, a imprensa e os governantes associavam Canudos a um pernicioso levante monarquista, que deveria ser combatido a qualquer custo. Dessa forma, em 1897, foi organizada uma quarta expedição, minuciosamente dividida em duas frentes de batalha: a primeira compreendia cerca de dois mil homens, que deveriam partir de Monte Santo, passando pela serra do Calumbi; a segunda, liderada pelo general Savaget, reunia em torno de 2.500 soldados, saindo de Sergipe em direção a Jeremoabo, na Bahia. Delineavam-se os primeiros passos para a precipitação de uma das maiores tragédias da história brasileira.

Em fins de julho, o Exército não apenas não conseguia vitória significativa como já tivera mil baixas. Conservando com dificuldade suas posições, as tropas aguardavam desesperadamente por reforços. Eles chegaram em meados de agosto: 3 mil homens que haviam sido reunidos às pressas por todo país. No dia 24, um disparo da “Matadeira” derrubou o sino da igreja de Canudos. Duas semanas depois, a própria igreja foi reduzida a escombros. Era um sinal claro: raiavam os últimos dias na cidade da utopia evangélica. Quase um mês mais tarde, em 22 de setembro, morria Conselheiro. (...) Sem o líder, os sertanejos insurretos arrefeceram seu ânimo. Havia cerca de um ano viviam sitiados. Tinham acumulado dezenas de pequenas vitórias, infligindo muitas humilhações às tropas republicanas, aproveitando-se de todas as vantagens estratégicas que a terra crestada do sertão e as agruras às quais estavam acostumados desde sempre podiam lhes oferecer. Mas não era possível resistir mais. No dia 3 de outubro de 1897, uma bandeira branca foi erguida entre as ruínas chamuscadas de Canudos. Dois jagunços – um deles era Antônio Bento, ex-chefe de polícia do arraial – foram negociar com o Exército a rendição de 300 mulheres, velhos e crianças. Os demais ficaram para o combate final. No dia 3, os combates reiniciaram e, no dia 5, o Exército enfim entrou em Canudos: tinha matado seus quatro últimos defensores – dois adultos, um velho e um garoto. Do arraial restavam apenas escombros fumegantes. A batalha mais inglória do Exército brasileiro havia sido vencida (BUENO, 2002, p. 260).

A derrocada de Canudos anunciava o advento de uma nova fase na história do cooperativismo brasileiro.

Com a abolição do escravismo e a proclamação da República, as esparsas experiências de “pré-cooperativismo”, instauradas em regiões bem específicas do Brasil, cediam espaço de forma progressiva a sociedades cooperativas efetivamente institucionalizadas em âmbito nacional. Dentre os fatores que contribuíram para esse processo, pode-se destacar o Decreto 796 de 02 de outubro de 1890 e o Decreto 869 de 17 de outubro do mesmo ano, ambos enfatizados por Alves (2004) como as primeiras manifestações jurídicas referentes à organização de sociedades cooperativas no Brasil.

Nesse contexto, apareceram as primeiras cooperativas de modelo rochdaleano e reiffeiseiniano – sistema baseado em cooperativas de crédito agrícola criadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen no interior da Alemanha, em 1847 –, organizadas tanto por idealistas brasileiros quanto por imigrantes estrangeiros. No começo, desenvolveram-se, sobretudo, cooperativas de produção, consumo e crédito, entre colonos alemães e italianos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e trabalhadores japoneses no interior de São Paulo e do Paraná. Nos grandes centros urbanos – especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo –, colonos portugueses e espanhóis difundiam os princípios do cooperativismo entre os trabalhadores da indústria florescente.

No entanto, existiam várias questões políticas, econômicas e sociais que dificultavam o desenvolvimento das cooperativas brasileiras durante esse período.

Os pontos fracos mais evidentes continuavam sendo a precariedade dos meios de transporte e de comunicação, que dificultavam o escoamento da produção rural e desanimavam os pequenos e

médios produtores; a escassez de recursos financeiros e humanos quer na área rural, quer na área urbana (PINHO, 2004, p. 18).

Para além dessas limitações, torna-se pertinente salientar algumas importantes experiências que marcaram a história cooperativista no Brasil.

No ano de 1889, foi fundada a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, descrita por Pinho da seguinte forma:

É a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade autônoma, mas prevendo sua expansão em caixa de auxílio e socorro, na construção de casas para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades, muito semelhantes à Carta de Princípios, divulgada pelos pioneiros de Rochdale quanto fundaram sua cooperativa de consumo, mas que nunca passou de um ideal (PINHO, 2004, p. 13).

Em abril de 1890, em Palmeira, Paraná, o anarquista italiano Giovanni Rossi, em conjunto com cerca de 300 colonos compatriotas, deu início à “Colônia Cecília”, em terras concedidas pelo governo brasileiro, que objetivava conquistar maior notoriedade no campo diplomático internacional a partir do fortalecimento de uma política imigratória. Diversas complicações relativas às condições de trabalho, convívio com cidades vizinhas e geração de renda, agravadas por constantes furtos nas reservas comunais, fizeram com que a colônia entrasse em decadência três anos após sua criação.

O modo de viver daquela gente, considerado marginal, e seu repúdio à Igreja fizeram emergir fortes preconceitos por parte das colônias vizinhas e das autoridades e coronéis locais, fato que contribuiu para que, já em 1893, restassem apenas 63 habitantes na colônia (THIAGO, 1995, p. 49).

A fase de 1931 a 1964 foi caracterizada pela consolidação parcial do cooperativismo nacional. A partir do Decreto 22.239 de 1932 – primeira lei que abrangia as características fundamentais das sociedades cooperativas tendo como parâmetro a doutrina rochdaleana – as cooperativas atingiam “uma

margem razoável de liberdade de constituição e funcionamento” (PINHO, 2004, p. 27).

Nessa época, existia forte ligação entre o movimento sindical tutelado pelo Estado Novo e o movimento cooperativista: *“muitas cooperativas foram criadas como seções de sindicatos, com forte influência político-partidária”* (ABRANTES, 2004, p. 47).

O governo Getúlio Vargas concebia o cooperativismo como um instrumento imprescindível ao desenvolvimento sócio-econômico do País. Foi estabelecida, segundo Pinho (2004), uma política federal “paternalista”, apoiada fundamentalmente no Ministério da Agricultura, estendendo-se às Secretarias de Agricultura dos diversos Estados, a partir da criação, em 1933, dos DACs (Departamentos de Assistência ao Cooperativismo), que atuavam como órgãos oficiais de incentivo e fomento às atividades cooperativas.

Todavia, a fase de relativa prosperidade do cooperativismo no Brasil não duraria muito tempo: após 1964, sob a égide do governo militar, os sistemas cooperativos entrariam em grave crise. Nesse sentido, o Decreto 60.597, de 19 de abril de 1967, contribuiu tanto para a implementação de um forte controle estatal às cooperativas quanto para a eliminação quase completa de incentivos fiscais a elas destinados.

Havia, de fato, um acentuado processo de centralização estatal em concomitância à oposição “declarada” às sociedades cooperativas, especialmente as de crédito e consumo, tanto em meio rural quanto urbano.

O governo militar, no final de 1967, cassou o registro e a autorização de funcionamento de mais de 2.000 cooperativas de crédito e bancos populares. Somente conseguiram continuar suas atividades pouco mais de 20 cooperativas de crédito tipo Luzzatti (PINHO, 2004, p. 139).

Apesar dos inumeráveis obstáculos, o cooperativismo de crédito conseguia se perpetuar graças à persistência de um grupo de idealistas, dentre os quais se destaca Maria Thereza Teixeira Mendes. Filha de uma tradicional família carioca, Therezita (apelido pelo qual passou a ser conhecida) escreveu seu nome na história do cooperativismo brasileiro ao fundar, com o apoio do então bispo auxiliar do Estado do Rio de Janeiro, D. Hélder Câmara, a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da CNBB, com 80 associados.

A partir da promulgação da Lei 5.764, durante o governo Médici, defendendo a “Política Nacional de Cooperativismo”, os sistemas de intervenção estatal, de acordo com Abrantes, alcançaram seu apogeu. Um dos pontos mais polêmicos dessa legislação referiu-se à regulamentação da representatividade única do cooperativismo brasileiro, a partir da fundação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Tal organização foi criada por Antônio José Rodrigues Filho, com o apoio do ministro da Agricultura da época, Cirne Lima, tornando-se o órgão executivo superior de controle do cooperativismo, seguido pelas Organizações das Cooperativas Estaduais (OCESP, OCEMG, entre outras) a ela filiadas. De acordo com a Lei 5764:

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sociedade civil, com sede na capital federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos termos desta Lei, sem fins lucrativos, competindo-lhe precipuamente:

manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;

integrar todos os ramos das atividades cooperativas;

manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização de cooperativas Brasileiras – OCB;

manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, seja quanto à estrutura social, seja quanto aos modelos operacionais e orientação jurídica, mediante pareceres e orientações, sujeitas, quanto for o caso, à aprovação do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC.

denunciar ao Conselho Nacional de Cooperativismo práticas nocivas ao desenvolvimento cooperativista;

*opinar nos processos que lhe sejam encaminhados, pelo Conselho Nacional de Cooperativismo.
dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus órgãos técnicos;
exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;
manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas (BRASIL, 1971).*

Com o fim da ditadura, segundo Perius e Schmidt (2003), as reivindicações por maior autonomia para os sistemas cooperativos começaram a se intensificar. A partir do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, no qual são tratados os direitos e os deveres individuais e coletivos, inciso XVIII, enunciava-se que *“a criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”* (BRASIL, 1988).

A partir da Constituição Federal de 1988, as cooperativas alcançaram sua autonomia e buscaram implementar sua autogestão. O novo marco, estabelecido pela Constituição Federal é, em realidade, um divisor do cooperativismo, não mais tutelado pelo Estado. Os indícios desta nova situação já se estabeleceram antes da Constituinte de 1988. Começaram com o Congresso Brasileiro das Cooperativas de 1980 e, em 1984, com o 1º Seminário Brasileiro das Cooperativas Agropecuárias. Os dois eventos registram um novo relacionamento entre cooperativas/Estado, via níveis de cooperação através da delegação: O Estado se dispõe a oferecer maior autonomia às cooperativas (Decreto 90393/84) pelo qual o INCRA (órgão executivo federal para controle de cooperativas) poderia (artigo 7º) delegar suas funções ao próprio sistema cooperativista (PERIUS; SCHMIDT, 2003, p. 66)

No que tange particularmente à história cooperativista, de acordo com Arruda (1996), a promulgação da Constituição abriu precedente irrefutável para o fortalecimento do movimento social conhecido como novo cooperativismo ou cooperativismo popular, que buscava sua consolidação em âmbito nacional desde os anos 70, a partir da geração de iniciativas difusas de trabalho associativo baseadas na autogestão.

Paralelamente a essa vertente, as tendências tradicionalistas representadas pela OCB ganhavam cada vez mais espaço, através da difusão de ações empresariais ligadas a grandes cooperativas agrícolas e/ou agroindustriais, as quais haviam alcançado altos índices de desenvolvimento ao longo do período pós-64.

3.4. O renascimento da economia solidária no Brasil

De acordo com Singer (1989), o renascimento da economia solidária no Brasil norteou-se pela organização e desenvolvimento singulares de movimentos e ações sociais já atuantes no cenário nacional, como iniciativas de educação popular, propostas de empresas autogeridas, projetos desenvolvidos pela igreja Católica (especialmente em seus setores progressistas, associados à “igreja popular”) junto a comunidades locais, empreendimentos ligados ao cooperativismo popular, entre outros.

No que tange a educação popular, cabe salientar que, desde o início dos anos 70, multiplicaram-se pelo Brasil – particularmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste – experiências educacionais de base democrática, apoiadas em estratégias, práticas e saberes difundidos pela “pedagogia revolucionária” de Paulo Freire. A partir dessas iniciativas, as concepções de autonomia, conscientização e libertação ganhavam centralidade. A esse respeito, Doimo (1995) ressalta:

Antes invariavelmente associada à experiência de alfabetização de adultos, a educação popular passa, a partir de meados dos anos 70, a ser preferencialmente utilizada em seu sentido estritamente organizativo-conscientizador e a agregar novos valores ético-políticos, como a “democracia de base” e a autonomia dentro da

metáfora do “povo como sujeito da sua própria história”. Através dessa acepção, diversos pequenos organismos já existentes abandonaram seu perfil, abandonando práticas assistencial-filantrópicas, e centenas de outros foram criados para incentivar a organização popular (DOIMO, 1995, p. 129).

Tais perspectivas desenvolveram múltiplas interlocuções com diversas “ações comunitárias” daquele período – podem-se tomar como exemplo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – e, até os dias atuais, continuam interferindo incisivamente na composição dos ideários e das realizações de muitos outros movimentos, como é o caso da economia solidária e do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Também na década de 70, começavam a tomar consistência as primeiras iniciativas articuladas ao movimento cooperativo popular. De acordo com Pinho (2004), esse movimento afirmou-se a partir da articulação de princípios como “*a democracia na produção e distribuição, a desalienação do trabalhador e a luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social*” (PINHO, 2004, p. 246). De acordo com Gaiger (2001):

Um fato a destacar é a renovação do cooperativismo em vários setores econômicos. Contrapondo-se ao conservadorismo político e ao perfil empresarial do cooperativismo tradicional, novas cooperativas de trabalhadores têm surgido nos segmentos de consumo, produção, comercialização e serviços. Tais iniciativas vêm gerando estruturas independentes do sistema cooperativista oficial, com isso tensionando as posições de poder nele dominantes. Engajados nesse movimento, encontram-se setores importantes do sindicalismo, visando a formular proposições, estimular a criação de cooperativas autênticas e lutar pela conquista ou a correção de rota das cooperativas desvirtuadas ou criadas de modo fraudulento (GAIGER, 2001, p. 109).

No que resguarda as iniciativas “fraudulentas” – sempre intensamente criticadas pelo cooperativismo popular, desde suas origens –, convém chamar a atenção para as chamadas “coopergatos”, cooperativas de fachada desenvolvidas a partir de precedentes abertos na legislação cooperativista de

1971, com os objetivos de burlar as leis trabalhistas e camuflar relações empregatícias, em nome de uma política permanente de redução de custos e maximização de lucros. Torna-se cada vez mais freqüente o fato de que grandes empresas atuantes nas mais diferentes áreas (vestuário, telefonia, alimentação, entre outras) organizem “pequenas cooperativas artificiais”, compostas por seus ex-funcionários, os quais, após demissão sumária, não encontram alternativa senão firmar “contratos de terceirização”, abrindo mão de todos os seus direitos legais (assistência médica, férias, previdência social, entre outros).

Além disso, observa-se que um número cada vez maior de empreendimentos vem se apropriando da nomenclatura jurídica de “sociedade cooperativa” para obter favorecimentos legais (isenção de impostos e incentivos cooperativos). Funcionam, na realidade, como empresas convencionais, distanciando-se por completo dos princípios cooperativistas, com atividades que se norteiam exclusivamente pela centralidade do capital, não do trabalho, monopolização de cargos diretivos e adoção sistemática de esquemas de assalariamento.

Em ambos os casos, verificam-se distorções do cooperativismo, que se desdobram em formas efetivas de precarização e exploração do trabalho.

Para além dessa problemática, convém ressaltar a inestimável importância do “autêntico” cooperativismo popular para a reorganização da economia solidária no Brasil. Muitos daqueles que fizeram parte da vertente cooperativista autogestionária desempenharam papel fundamental na composição dos processos de reestruturação e expansão do movimento solidário, mantendo-se efetivamente participativos até os dias de hoje.

Tal fato contribuiu para que diversos estudiosos e militantes concebessem a economia solidária como uma transfiguração do cooperativismo popular. Todavia, cabe registrar que as discussões e ações ligadas ao movimento solidário, bem como suas formas associativas, não se restringem aos modelos cooperativos, embora as cooperativas se desdobrem em empreendimentos historicamente emblemáticos dentre as diversas organizações solidárias.

Vale enfatizar que o movimento cooperativo popular, ao longo de sua trajetória, criou canais de conexão com diversos outros movimentos, como é o caso do “novo” movimento sindical e do MST. No que tange particularmente esse último movimento, nas últimas décadas, as organizações cooperativas vêm assumindo uma posição de grande relevância dentre as demais formas de organização adotadas pelos trabalhadores sem-terra: desenvolveram-se, nos assentamentos de reforma agrária, pequenas cooperativas autogestionárias com base no trabalho agrícola, assim como cooperativas agroindustriais de comercialização, crédito e prestação de serviços, tendo por finalidade fomentar a produção familiar. Ferreira (2003) esclarece:

O desenvolvimento de formas de cooperação foi um processo gradual, tendo como princípio a multiplicação de associações em duas direções principais: os pequenos grupos e associações coletivas, que estavam mais vinculados à produção, e as grandes associações que estavam voltadas à prestação de serviços. Dessas experiências e dos longos debates surgidos em seminários para definir a organização econômica dos assentamentos, culminou, em 1989 e 1990, a criação do Sistema Cooperativista de Assentados (SCA). Passados dez anos de sua formação, o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros e divididas em três formas principais em primeiro nível: cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços e as cooperativas de crédito (FERREIRA, 2003, p.82).

Concomitantemente ao desenvolvimento dessas experiências, organizavam-se, pelas periferias urbanas e zonas rurais brasileiras, inúmeros

projetos locais inspirados nas dinâmicas e perspectivas das CEBs, que, desde os “anos de chumbo” do governo militar, promoviam ações difusas com base na defesa dos direitos coletivos, constituindo e intensificando novas formas de participação das classes populares na vida cotidiana de suas comunidades.

Em meados dos anos 70, a partir das CEBs, setores da Igreja Católica e militantes de esquerda ampliaram a participação de moradores, através dos clubes de mães, movimentos de saúde e educação, pastorais operárias e da juventude, dos grupos defensores dos direitos humanos, e das lutas reivindicatórias urbanas, potencializado e multiplicando tais iniciativas no cenário brasileiro (PEREIRA, 2001, p. 117).

Enfatiza-se o trabalho realizado pela Cáritas Brasileira, entidade associada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na formação, financiamento e acompanhamento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACS), pequenas iniciativas de geração associada de trabalho e renda, orientadas para o resgate da cidadania de populações social e economicamente discriminadas e excluídas.

Uma boa parte dos PACS acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção (SINGER, 1989, p. 122).

No mesmo período em que os PACS se expandiam, desdobrava-se um acelerado processo de crescimento dos casos de empresas falidas que, não tendo como arcar com as dívidas trabalhistas, acabavam sendo “assimiladas” por seus ex-funcionários, os quais, em muitos casos, optavam por recuperá-las sob a forma de cooperativas autogestionárias. *“Foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defender da hecatombe industrial, preservando os seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões”* (SINGER, 1999, p.123). Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que muitos desses ex-funcionários integravam o “novo sindicalismo”, movimento que se

estruturou ao longo dos anos 70, sobre as bases da retomada de autonomia e da combatividade explícita em relação ao Estado e aos partidos.

Em 1975, grupos operários começaram a se organizar em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, culminando com as greves de 1978 e 79 no ABC paulista. Nos bairros da Grande São Paulo, as Pastorais da Igreja, os parlamentares da oposição, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), artistas, estudantes, jornalistas e professores aderiram às greves do ABC, juntando-se a seus protagonistas, os operários, e ampliando a luta democrática em curso. Fruto do movimento grevista, em 1978 e 1979 a classe operária entra novamente em evidência, com um movimento sindical renovado, em busca de maior independência do governo e decidida a alcançar sua autonomia. Diante de tanta repressão, inventam-se e criam-se novas formas organizativas de base nas fábricas, nos bairros e no cotidiano da vida (PEREIRA, 2001, p. 123).

A partir desse panorama, uma das experiências pioneiras configurou-se com a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), após a falência da fábrica calçadista Makerly, localizada em Franca, interior de São Paulo.

Com os altos e baixos da economia do país, a indústria calçadista, principal atividade econômica da cidade de Franca, no interior de São Paulo, demitiu muitos funcionários. O Sindicato dos Sapateiros de Franca, bastante combativo, resolveu buscar uma alternativa para que a fábrica não fechasse. Com o apoio de Aparecido de Faria (técnico do Dieese que, mais tarde, com a experiência desse processo, fundaria a Anteag), o sindicato e os empregados da fábrica começaram a negociar com os patrões a transferência da empresa para os trabalhadores. Foi com a compra do maquinário da fábrica, estimado em 600 mil dólares, que a empresa passou para o controle dos trabalhadores. Por recomendação do então governador do estado na época, Luiz Antonio Fleury, foram buscar financiamento junto ao Banespa. (...) Os trabalhadores ocuparam a sede do banco e chamaram tanta atenção que o empréstimo acabou saindo. As garantias foram trocadas por exigências: 49% das ações da Makerly, que passou a operar como uma S. A., ficariam com o banco e cada trabalhador deveria contribuir mensalmente com uma cota que iria para um fundo de garantia de pagamento do empréstimo. (...) A Anteag e o Sindicato foram contrários, bem como a comissão da empresa. Essa discussão durou vários dias e os trabalhadores, em função do estrangulamento financeiro, acabaram votando a favor. Esse fato mudou significativamente o projeto inicial. (...) No auge de sua produtividade chegou a ter 540 trabalhadores diretos, ou seja, mais do que a empresa anterior. (...) Com a empresa nas mãos, a maioria dos trabalhadores se viu obrigada a lidar com situações que nunca tinham vivido antes. Não havia tempo a perder e, tampouco, espaço para aprendizado instantâneo. (...) E os trabalhadores, acostumados com a relação patrão-empregado, freqüentemente têm dificuldades para adaptar-se à nova realidade, em especial, aqueles que tinham um cargo com maior autoridade e, de uma hora pra outra,

se vêem igualados a todos os outros. A reação é a de restabelecer a hierarquia e passar a fazer o papel de patrão. Foi assim que aconteceu na Makerly, e esse foi um motivo fundamental para o fracasso da experiência. (...) Durante três anos, a Makerly resistiu às crises econômicas e conflitos internos. Até que, em março de 1995, o Banespa sofreu intervenção do Banco Central, foi suspensa a linha de crédito que garantia o funcionamento da empresa. Sem condições para continuar, os trabalhadores decidiram fechar a Makerly (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA, 2000, p. 13).

Com o advento dos anos 90, houve uma intensificação e revitalização das experiências anteriormente citadas – processo denominado por Gaiger (2002) de “surto” –, concomitantemente à emergência de um cenário nacional deteriorado por graves problemas de ordem estrutural e conjuntural. Os quadros políticos, econômicos e sociais apontavam para a difusão de sistemas de estagnação social, desemprego em massa e recessão econômica agravados, primordialmente, pela crise do trabalho assalariado, abertura do mercado interno às importações e manutenção de uma política de altas taxas de juros. Foi justamente a partir dessa composição heterogênea de fatores e tendências que se deu o renascimento, no Brasil, do movimento social conhecido como economia solidária ou sócio-economia solidária.

Por trás desse surto está a crise estrutural do mercado de trabalho, com os agravantes da política nacional recessiva, que impôs processos de fragmentação e exclusão social nas últimas duas décadas, de virulência insuspeita e efeitos dramáticos: enormes contingentes alijados do mercado de trabalho e abandonados pelas políticas sociais em recuo, viram-se compelidos a criar suas próprias oportunidades de trabalho e sobrevivência (GAIGER, 2002, p. 108).

Mais do que um ressurgimento, dado que a economia solidária já havia se desenvolvido em outros países, como é o caso de Espanha, França, Itália, Canadá e Argentina, tratava-se, segundo Singer, de um processo de reinvenção de um fenômeno social a partir das particularidades e diferenciações típicas do contexto brasileiro.

3.5. Organização e desenvolvimento da economia solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil, segundo Gaiger, desdobrou-se em um complexo movimento social caracterizado pela criação e sistematização de iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito, prestação de serviços e consumo, norteadas por princípios como a autogestão, a democracia participativa, a cooperação, o igualitarismo e o desenvolvimento sustentável.

Tais iniciativas, também denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES), abrangem as mais diversas modalidades de organização, definidas por Lisboa (2005) da seguinte forma:

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, incubadoras de empresas, cooperativas populares, inúmeras experiências de finanças populares, clubes de troca e as economias indígenas e de quilombos (LISBOA, 2005, p. 129).

Esses EES, via de regra, compreendem projetos de confecção de roupas, artesanato, coleta e reciclagem de lixo, produção de alimentos, serviços gerais, entre outras atividades, que podem, eventualmente, receber apoio de organizações da sociedade civil (ONGs, igrejas, sindicatos) ou do Estado, através da elaboração e implementação de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal.

No Brasil, onde esse movimento já alcançou dimensões encorajadoras, uma profusão de novas entidades foi literalmente inventada nos últimos cinco a dez anos. Sem descer a minúcias, podemos arrolar órgãos ligados à Igreja como a Cáritas e a Fase, movimentos pela reforma agrária como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), agências formadas pelo movimento sindical urbano como a Associação dos Trabalhadores em

empresas de autogestão (ANTEAG) e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) formada pela CUT, além das universidades (SINGER, 2003, p. 125).

Os processos de articulação, sistematização e ampliação das iniciativas solidárias são priorizados a partir do desenvolvimento de redes diversificadas de comercialização, produção, crédito e consumo. Um elemento de apoio fundamental para a sustentação dessas redes é a constante realização de diversas feiras regionais, nacionais e internacionais de economia solidária. Vale destacar a composição, em 2000, da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSES).

Por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-economia solidária integrada por diversas entidades de fomento de economia solidária de todo o país. É uma rede eletrônica que enseja o intercâmbio de notícias e opiniões e está também se transformando em uma rede de intercâmbio comercial entre cooperativas, associações produtivas e de consumidores (SINGER, 1989, p. 124).

Além disso, através de pesquisas, projetos e estudos desenvolvidos em várias universidades brasileiras, professores, alunos e profissionais de diferentes áreas (psicólogos, assistentes sociais, economistas, administradores, engenheiros, entre outros) mobilizam-se em favor da formação e incubação de cooperativas populares, criando espaços de aprendizado mútuo, com destaque para a produção e o compartilhamento de conhecimentos e práticas sobre as vicissitudes que envolvem o cooperativismo e o trabalho autogestionário na sociedade contemporânea. Enfatiza-se, nessa conjuntura, a criação, em 1996, da rede de incubadoras de economia solidária da Unitrabalho e, em 1999, da rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP), agregando mais de 92 universidades e instituições de ensino superior em nível nacional.

Ao instituir um grupo de trabalho sobre metodologia de formação para trabalhadores e técnicos do terceiro grau (capazes de assessorar ou contribuir nessa produção), a rede universidade de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares da Unitrabalho se insere em um debate de extrema importância, revelando uma universidade não enclausurada nos seus muros, mas vivenciando as grandes questões nacionais de forma participativa e ativa, sem perder, contudo, suas características de pesquisa, extensão e ensino e sem querer substituir os sindicatos na organização dos trabalhadores, nem substituir a educação formal de responsabilidade das escolas de primeiro, segundo e terceiro graus (GUIMARÃES, 2000, p. 81).

No que tange as iniciativas governamentais, cabe enfatizar a formação, em junho de 2003, da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de desenvolver ações e estratégias de auxílio e incentivo a organizações ligadas à economia solidária em todo território brasileiro.

Vale registrar que a criação da SENAES desdobrou-se no resultado de uma série de mobilizações e reivindicações suscitadas a partir da composição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasileiro), constituído em Porto Alegre no ano de 2001, com a finalidade de articular e mediar grupos nacionais e internacionais de economia solidária durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM).

Tal iniciativa foi precursora de debates e discussões acerca dos princípios, plataformas de atuação e políticas de apoio referentes ao movimento solidário, culminando na constituição, a partir da III Plenária Brasileira de Economia Solidária, ocorrida em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Nesse ponto, cabe chamar a atenção para alguns importantes aspectos característicos da estruturação e funcionamento do FBES, visto que este desponta atualmente como a principal instância de articulação do movimento solidário no Brasil.

O FBES é constituído por representantes de empreendimentos solidários, bem como de entidades de assessoria e gestores públicos que trabalhem diretamente no campo da economia solidária. Suas atividades estão voltadas, por um lado, para a constituição de canais de interlocução com os governos municipais, estaduais e federal e, por outro, para a promoção de espaços de sistematização, integração e mobilização entre as experiências de base ligadas à economia solidária em todo país. As ações do Fórum têm como pontos de sustentação uma “Carta de princípios da economia solidária” e uma “Plataforma de economia solidária”, continuamente debatidas e reformuladas ao longo das diversas conferências, encontros e seminários de âmbito local e nacional – nesse sentido, ressalta-se a formação de fóruns estaduais e/ou comissões pré-fóruns de economia solidária em todos os Estados brasileiros. Vale colocar em foco a mais recente atualização dos princípios gerais do movimento solidário, segundo os participantes do FBES:

*a valorização social do trabalho humano,
a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da
criatividade tecnológica e da atividade econômica,
o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino
numa economia fundada na solidariedade,
a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
os valores da cooperação e da solidariedade.*

*A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização
humanizadora, de um desenvolvimento sustentável socialmente justo
e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e
de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional
de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.*

*O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a
criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob
quaisquer de suas formas.*

*A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de
colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o
ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez
da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em
particular.*

*A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução,
evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que
desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de
trabalhadores do acesso aos seus benefícios.*

A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007).

De acordo com Singer e Souza (2003), os empreendimentos econômicos solidários vêm apresentando, ao longo da última década, encorajador panorama de crescimento e expansão.

Todavia, até 2003, não havia um banco de dados que pudesse fornecer maiores informações de natureza quantitativa sobre a amplitude do movimento solidário brasileiro. Foi justamente nesse período que a SENAES e o FBES decidiram dar início a um detalhado processo de mapeamento das experiências solidárias em todo o país.

Os objetivos principais dessa iniciativa eram: fortalecer as ações organizativas de apoio e adesão da sociedade civil em relação à economia solidária; subsidiar a elaboração de políticas públicas que auxiliem na sustentabilidade e desenvolvimento do movimento em questão; integrar os empreendimentos solidários, através de catálogos de produtos e serviços, facilitando as relações de comercialização; construir um Sistema Nacional de Informações sobre a economia solidária (SIES); dentre outros.

Com a finalização da primeira edição do “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, foram apresentados os dados coletados através de mais de quinze mil entrevistas, abrangendo 2.274 municípios brasileiros.

As conclusões registram a existência de mais de um milhão e duzentas e cinquenta mil pessoas associadas a cerca de 15.000 iniciativas solidárias no Brasil. No que tange a distribuição territorial, observa-se maior incidência dessas experiências na região Nordeste (44%). Os 56% restantes estão distribuídos da seguinte forma: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 17 na Sul e 12% na Centro-Oeste.

O Rio Grande do Sul destaca-se como o Estado com maior número de empreendimentos (1.834), seguido por Ceará (1.249), Bahia (1.096), Piauí (1.068) e Pernambuco (1.004). Minas Gerais aparece em 11º lugar no ranking nacional, com 521 iniciativas confirmadas até o momento.

4. REFLEXÕES ACERCA DAS VICISSITUDES E AMBIGUIDADES DESVELADAS PELO MOVIMENTO SOLIDÁRIO BRASILEIRO: DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS A UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

4.1. O paradigma dos novos movimentos sociais

Nos capítulos anteriores, apresentou-se um panorama geral sobre as vicissitudes que permearam o nascimento e a sistematização do pensamento cooperativo europeu a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, enfatizou-se o movimento conhecido como “socialismo utópico”, o qual, de acordo com autores como Gaiger (2004), Singer e Sousa (2003), se constituiu como um dos mais importantes antecessores históricos da economia solidária em âmbito mundial.

Após breve análise das doutrinas e práticas utópicas, buscou-se uma compreensão mais ampliada de suas possíveis derivações e contradições em meio à organização, em terras brasileiras, de um movimento cooperativista essencialmente heterogêneo em suas tendências culturais, políticas e sociais. Assim, foram salientados momentos marcantes que abrangiam desde o surgimento e a estruturação do cooperativismo no Brasil (princípios, legislação e história) até suas ramificações e articulações com outras “frentes de luta” já presentes no cenário nacional. Em meio a tal conjuntura, configuravam-se diferentes iniciativas de inspiração autogestionária, aqui destacadas como

realizações imprescindíveis ao renascimento do movimento solidário “tupiniquim”.

A partir do presente capítulo, pretende-se debater questões significativas no tocante às trajetórias descritas pela economia solidária atualmente no Brasil – suas ambigüidades, contribuições, possibilidades e limitações. Serão assinaladas reflexões sobre a participação das mulheres, os contrastes da sustentabilidade cooperativa em meio aos avanços do sistema capitalista e os paradoxos implícitos nos sistemas autogestionários, transfigurados em processos de subjetivação.

Em primeiro lugar, convém colocar em foco algumas considerações acerca da constituição e do desenvolvimento do paradigma dos “novos movimentos sociais” (NMS). A escolha por tal temática deu-se a partir de uma tentativa de estabelecer conexões e interlocuções entre esse paradigma e o movimento solidário brasileiro: os NMS, como será visto em seguida, compreendem modalidades particulares de análise e atuação, ligadas tanto a movimentos que participaram efetivamente do arranjo da economia solidária no Brasil (pode-se citar, como exemplos, o cooperativismo popular, as CEBs e o novo sindicalismo) quanto a ações coletivas que contribuíram de forma indireta para a construção de seus valores e princípios (caso do movimento feminista e do movimento ecológico). Assim, a economia solidária traz, em sua complexa “composição genética”, diversos elementos – por vezes ainda incipientes – oriundos dos NMS.

De acordo com Pereira (2001), o paradigma dos Novos Movimentos Sociais surgiu na Europa a partir dos anos 60, consolidando-se na América Latina através de estudos e ações desenvolvidos durante a década de 70. Com

base em uma postura crítica no que tange aos modelos de análise funcionalistas e utilitaristas vigentes até então, criaram-se novos esquemas interpretativos, privilegiando categorias como a cultura, a subjetividade, a solidariedade, as lutas sociais, as identidades coletivas, dentre outras. Nesse sentido, desvelam-se três importantes linhas de abordagem: a acionalista de Alain Touraine, a psicossocial de Alberto Melucci e a histórico-política de Claus Offe. Segundo Gohn (1997), ainda que o paradigma dos NMS desponte como um campo aberto e ambíguo, permeado por inúmeras peculiaridades atreladas às correntes que o compõe, é possível delinear um panorama de sua atuação:

Em primeiro lugar a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Os teóricos do NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado. Apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito que vêem a cultura como ideologia, eles deixaram de lado a questão da ideologia como falsa representação do real. Sabemos que no paradigma marxista, o conceito de ideologia está intimamente ligado ao de consciência de classe. Esta última, por sua vez, por ser formada por um processo de conflitos dados pelas estruturas de poder e desigualdades sociais, em que o econômico tem prevalência, irá influenciar os conflitos dos movimentos. Como a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura, concluímos que a categoria da cultura foi apropriada e transformada no decorrer da utilização do paradigma dos NMS. (...) Em segundo lugar, a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como realmente ocorre. Apesar da simpatia dos teóricos pelo neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. (...) Em terceiro lugar, o novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela consciência autêntica de uma vanguarda partidária. O novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. (...) Em quarto lugar, a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida. Deixa de ser um nível em uma escala onde há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social abarcando todas as práticas sociais. (...) Em quinto lugar, os atores sociais são analisados pelos teóricos do NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. Observe-se que se enfatiza a

identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que preconizam certas características dos indivíduos (GOHN, 1997, p. 121).

Tal paradigma, longe de ser concebido como uma teoria unitária, baseou-se nas mais diversas matrizes filosófico-políticas, que se desdobram em contribuições que vão da “revolução molecular” de Felix Guattari (1987) à “microfísica do poder” de Michel Foucault (1979), passando pela “sociedade autônoma” de Cornelius Castoriadis (1992). Ressalta-se, ainda, a importância dos substratos teóricos fornecidos pelos frankfurtianos Marcuse Adorno e Jürgen Habermas, além das *“influências dos socialistas utópicos e dos anarquistas do século passado”* (GOHN, 1997, p. 133). Contrapondo-se aos sistemas clássico-marxistas, os autores do paradigma dos NMS propunham analisar os movimentos sociais não como organizações empíricas ou fenômenos observáveis, mas sob a ótica de vários recortes feitos em uma realidade ainda não cristalizada em suas demais estruturas, através dos quais se desvelariam novas formas de ação coletiva. Nesse sentido, Melucci (1996) afirma:

Movimentos em sociedades complexas são “profetas desencantados”. (...) Movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente (MELUCCI, 1996, p. 1).

Nas últimas quatro décadas, simultaneamente ao desenvolvimento do tradicional movimento operário – o qual, originalmente, se fundamentava em pressupostos estruturalistas e deterministas, atribuindo à classe proletária um papel privilegiado como agente das transformações sociais –, emergiram novos movimentos de natureza heterogênea e descentralizada, impulsionados por

grupos sociais transclassistas, oriundos da sociedade civil. Estes tinham como objetivos promover interesses coletivos, em muitos casos bem-localizados, mas potencialmente universalizáveis, utilizando mecanismos não-institucionalizados.

Através de ações diretas, os novos movimentos sociais, guardadas suas significativas diferenças e singularidades, denunciavam a “perversidade” das práticas e valores hegemônicos a fim de *“transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não num futuro longínquo. A emancipação ou começa hoje ou não começa nunca”* (SANTOS, 1997, p. 259). Suas lutas não se restringiam exclusivamente à esfera política, ampliando-se aos demais territórios de predominância social, pessoal e cultural.

As formas de opressão e de exclusão contra as quais lutam não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização ou de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais (por exemplo, o encerramento de uma central nuclear, a construção de uma creche ou de uma escola, a proibição de publicidade televisiva violenta), exigências que, em ambos os casos, extravasam a mera concessão de direitos abstratos e universais (SANTOS, 1997, p. 261).

Outra importante característica dos NMS reside em suas pretensões de estabelecer um distanciamento estratégico, muitas vezes aparente, tanto em relação ao Estado quanto no que se refere aos partidos e sindicatos.

A defesa da autonomia não significa que o partido não poderá ser utilizado como um canal de encaminhamento das reivindicações dos movimentos sociais. Significa sim, que esses novos movimentos recorrem aos partidos de forma distinta da habitual aos movimentos tradicionais, nos quais havia um nítido atrelamento do movimento ao partido e, freqüentemente, ao Estado. Essa nova prática, contudo, não se encontra isenta de ambigüidade, na medida em que freqüentemente o líder do novo movimento social é igualmente um líder partidário. Por outro lado, isso tem trazido para os partidos a consciência sobre a necessidade do respeito à autonomia das instâncias (KRISCHKE; SCHERER-WARREN, 1987, p. 42).

Segundo Santos, a novidade apresentada pelos NMS é evidente, embora não deva ser compreendida em termos absolutos, dadas as ambigüidades de suas tendências e orientações.

A maior novidade dos NMSs reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista quanto uma crítica da emancipação social socialista, tal como ela foi definida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMSs denunciam com uma radicalidade sem precedentes os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo. Nesses termos, a denúncia de novas formas de opressão implica a denúncia das teorias e dos movimentos emancipatórios que as passaram em claro, que as negligenciaram, quando não compactuaram mesmo com elas. Implica, pois, a crítica do marxismo e do movimento operário tradicional, bem como a crítica do chamado “socialismo real”. O que por estes é visto como fator de emancipação (o bem-estar material, o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas) transforma-se nos NMS em fator de regulação. Por outro lado, porque as novas formas de opressão são reveladas discursivamente nos processos sociais onde se forja a identidade das vítimas, não há uma pré-constituição estrutural dos grupos e movimentos de emancipação, pelo que o movimento operário e a classe operária não têm uma posição privilegiada nos processos sociais de emancipação (SANTOS, 1997, p. 258).

Imprescindível notar que, enquanto nos países centrais a exposição dos NMS compreendia os movimentos feministas, estudantis, pacifistas, ecológicos, de minorias raciais e culturais, de consumidores e usuários de serviços, entre outros, pautados por valores pós-materialistas, na América Latina – onde, freqüentemente, utiliza-se a nomenclatura de movimentos populares ou novos movimentos populares –, tal designação é acrescida de demandas específicas ligadas a necessidades básicas.

Provavelmente, devido ao caráter semiperiférico da sociedade brasileira, combinam-se nela movimentos semelhantes aos que são típicos dos países centrais (movimento ecológico, movimento feminista – ainda que as reivindicações concretas sejam distintas –

com movimentos próprios orientados para a reivindicação da democracia e das necessidades básicas (comunidades eclesiais de base, movimentos dos sem-terra, movimentos dos favelados) (SANTOS, 1997, p. 265).

Os NMS tomaram consistência no Brasil em meio a um processo de intensificação de práticas de resistência e enfrentamento ao regime militar, que começava a perder legitimidade junto à sociedade civil no período pós-73, em virtude do agravamento das crises econômicas, políticas e sociais que já assolavam nosso país desde o início dos anos 70.

Havia um clima de esperança, de crença na necessidade de retomada da democracia, na necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. Os moradores das periferias, favelas, cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e transformação social (GOHN, 1995, p. 114).

Nesse contexto, sistematizaram-se inúmeras frentes de luta ligadas a grupos sociais extremamente diversificados – movimento dos sindicalistas, das mulheres, dos negros, dos funcionários de serviços públicos, dos estudantes, entre outros –, que irrompiam no espaço público, “*reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos*” (SADER, 1988, p. 26). Assim, em meio a mobilizações que priorizavam o respeito às singularidades e a retomada da democracia, a sociedade civil redescobria-se como sujeito político e histórico.

O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais, desde a sua gestação no curso da década de 70. Estes foram vistos então pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (SADER, 1988, p. 26).

Nesse contexto, uma das ações coletivas mais expressivas e originais se constituiu no movimento feminista, que, a partir dos anos 70, começava a romper com dicotomias latentes entre as dimensões públicas e privadas, trazendo para a esfera política questões até então concebidas e tratadas como sendo específicas do campo doméstico. Segundo Gohn, esse movimento obteve eco na sociedade por dois motivos básicos:

O primeiro decorre de mudanças que se operavam na estrutura produtiva do país, com a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho particularmente nos anos do “milagre econômico” e o segundo, de ordem conjuntural, decorre das situações de asfixia e falta de liberdade política no país, e da legitimidade que as reivindicações de mulheres enquanto mães de presos políticos e desaparecidos tinham na sociedade (GOHN, 1995, p. 115).

No que se refere à dinâmica dos questionamentos, formas organizativas e estratégias de ação difundidas pelo movimento feminista, Pereira esclarece:

Com a dilatação da esfera doméstica e privada para as atividades sociais e públicas, a mulher foi desenvolvendo novas discussões sobre gênero, e outros temas relacionados ao corpo, ao desejo, ao prazer, à autonomia produtiva e política. Como uma onda, cresciam e multiplicavam-se os encontros de mulheres pelo Brasil afora. Em meio a esse movimento, surgiu a concepção transformadora da luta da mulher, denominada no Brasil de feminismo emancipatório, criando as bases das entidades de mulheres: Redes, Uniões, Centros e Movimentos Populares da mulher. Vários desses grupos e entidades feministas transformaram-se em ONGs, voltadas principalmente para as áreas de saúde e sexualidade, centradas em grupos de auto-ajuda e de reflexão sobre as condições da mulher, em articulação internacional ou na prestação de serviços, em cooperativas culturais e de engajamento político-partidário (PEREIRA, 2001, p. 119).

A partir desse panorama, levando-se em conta os fins da presente pesquisa, vale colocar em pauta a seguinte questão: até que ponto as reflexões suscitadas pelo movimento feminista dos anos 70 estariam presentes, de forma revitalizada, nas demais iniciativas pertencentes ao movimento solidário atualmente em desenvolvimento no Brasil?

4.2. As mulheres e a economia solidária

Segundo informações provenientes da primeira edição do “Atlas da economia solidária no Brasil” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006), no que diz respeito ao quadro social dos empreendimentos econômicos solidários, há significativo aumento do número de iniciativas organizadas exclusivamente por mulheres em relação às desenvolvidas apenas por homens. Essas diferenças tendem a se alargar especialmente em empreendimentos de “pequeno porte”, contendo até dez sócios.

Se examinarmos a composição do quadro social, dos empreendimentos, verifica-se que quanto menor o seu tamanho, maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos empreendimentos com menos de 10 sócios (63%) e os homens em EES que possuem mais de 20 sócios (60% nos empreendimentos de 21 a 50 sócios e 66% nos EES com mais de 50 sócios). Há cerca de 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1.500 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (11%) e os demais (73%) são empreendimentos formados por mulheres e homens (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 31).

Todavia, para Nobre (2003), as discussões de gênero ainda ocupam um espaço extremamente restrito dentro do campo do movimento solidário, mantendo-se, muitas vezes, aquém do riquíssimo quadro de reflexões e práticas desvelado por experiências inovadoras de geração de trabalho e renda dirigidas por mulheres. Para a autora, “*esse momento é muito mais de desafio em um campo aberto de possibilidades ainda não exploradas*” (NOBRE, 2003, p. 209). Nesse ponto, convém analisar algumas questões referentes às demais teorias em vigor no tocante ao gênero.

De acordo com Boff e Muraro (2002), os atuais estudos e pesquisas dedicados a tal temática podem ser subdivididos em três grandes linhas de pensamento.

A primeira dessas vertentes afirma que tanto mulheres como homens possuiriam uma memória sexual própria, constituída ao longo da evolução da espécie humana, a partir da qual seriam estimulados determinados comportamentos em associação com características psicológicas específicas a cada sexo. Nesses termos, os processos de socialização, principalmente no que concerne à composição de formas relacionais entre os sexos, seriam totalmente condicionados por “programações biológicas” previamente estabelecidas.

A segunda vertente, por sua vez, sustenta que as diferenças sexuais se desdobrariam em construções excepcionalmente sociais, históricas e culturais, negando a existência de qualquer traço masculino ou feminino definido *a priori*. Daí, homens e mulheres configurar-se-iam como “composições provisórias”, com seus sentidos e direções determinados de forma exclusiva por articulações “ambientais”.

Já a terceira vertente, compatível com o pensamento de Boff e Muraro, considera o gênero como um *“modo particular de ser no mundo”* (BOFF; MURARO, 2002, P. 18), fundado por dimensões biológico-hormonais e por construções socioculturais, que se combinariam em um mesmo movimento dialético.

Para compreendermos em profundidade a questão do gênero é preciso dialetizar todos os fatores. Tal diligência implica ultrapassar uma visão antropocêntrica, sociocêntrica e sexocêntrica. O sexo subjacente às questões de gênero e o princípio masculino/feminino que perpassa todo o humano não podem ser entendidos neles mesmos – sexocentrismo – ou estudados apenas como fenômenos humanos – antropocentrismo – ou como construção histórico-social

patriarcal ou matriarcal – sociocentrismo. Essas dimensões não existem isoladas, mas representam momentos de um processo maior; do biogênico. No entanto, importa reconhecermos que tais abordagens isoladas enriqueceram incomensuravelmente os nossos conhecimentos, desconstruíram falsas representações e deslegitimaram preconceitos sociais muito arraigados (BOFF; MURARO, 2002, p. 28).

De acordo com os mesmos autores, a ruptura da reciprocidade e complementariedade entre os sexos – e a conseqüente predominância de um pólo sobre o outro – estaria no cerne dos conflitos e distorções que atravessaram a história das relações de gênero, levando a um quadro de profundas angústias, tanto para os homens quanto para as mulheres.

A terceira vertente esforça-se por recolher o movimento de verdade em cada uma das posições anteriores e procura dialetizá-las. O ser humano não comparece apenas como a espécie mais complexa do gênero dos mamíferos. Ele possui também uma característica própria e só dele. Por um lado, é parte e parcela da natureza com o seu capital biológico-sexual próprio. Por outro, se coloca em uma posição de distanciamento que lhe permite intervir na natureza e trabalhá-la no sentido dos seus propósitos. (...) Tal singularidade humana torna complexa a interação entre fatores biológicos e sócio-culturais na construção concreta do gênero. Portanto, precisamos ver como se elaboram socialmente os dados biológicos da mulher em relação ao homem, em vez de mantê-los como causas paralelas, sem dialetizá-los. Inegavelmente as relações causais entre socialização e biologia, pela sua própria natureza, nunca são claras. De todas as formas, devemos superar uma substanciação ou dicotomização arbitrária de ambas. As diferenças sexuais são dadas e, simultaneamente, construídas. Por isso, importa sempre considerá-las em conjunto para fazermos justiça a essa realidade dialética. O comportamento sexual, com as harmonizações e os conflitos que comporta, se forma e se desenvolve à medida que o ser sexuado, dotado de determinadas características genéticas, entra em interação com o meio sociocultural específico e seus estímulos singulares. (...) A hipótese que nos acompanhará ao longo de nossa exposição insistirá em que as diferenças biológicas se ordenam à reciprocidade e à complementariedade. E que os conflitos surgem quando rompemos esse equilíbrio dinâmico, um pólo prevalecendo sobre o outro, dominando-o ou subalternizando-o, como historicamente sempre ocorreu. Essas distorções marcam a história das relações de gênero como uma via sacra de sofrimentos para as mulheres. Elas só serão superadas e curadas à medida que fizermos valer, teórica e praticamente, a referência valorativa básica da reciprocidade, da parceria, da cooperação, da vivência democrática e da convergência nas diferenças (BOFF; MURARO, 2002, p. 22).

Trazer à tona tal temática significa, sobretudo, reativar e revitalizar reflexões e análises sobre as condições que permeiam as relações de gênero

na sociedade contemporânea, amplamente discutidas desde o surgimento do movimento feminista. No que concerne especificamente a conceituação de gênero, Boff e Muraro esclarecem:

Essa categoria foi introduzida no século passado, a partir dos anos 80, especialmente pelas feministas da área anglo-saxã, como um avanço sobre as discussões anteriores que se firmavam sobre a diferença entre os sexos e os princípios masculino/feminino, passando ao largo da questão de poder que subjaz do foco masculino – androcentrismo – de quase todas as formulações teóricas e das iniciativas práticas concernentes ao tema homem/mulher (BOFF, MURARO, 2002, p. 17).

Nesse sentido, as relações de gênero abrangem dimensões que ultrapassam o sexo biológico e as construções históricas intrínsecas aos princípios masculinos e femininos, tomados em si.

Assim, para Boff e Muraro, não basta constatar as diferenças entre os sexos. É imprescindível colocar em foco os múltiplos dispositivos discursivos e práticos, sintetizados/sintetizadores nas/das modalidades de gênero. Esses complexos processos, longe de qualquer compreensão conclusiva, abrem-se às mais diversificadas articulações e formatações, podendo transfigurar-se em mecanismos de dominação, a partir dos quais as diferenças sexuais se convertem em referenciais de segregação e exclusão.

De todas as formas, o desafio atual consiste em demonstrar a dominação dos homens sobre as mulheres, que desumanizou a ambos, mas principalmente às mulheres, mediante símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instituições, visões de mundo, valores e religiões que levam a marca do antifeminismo e da continuada exclusão da mulher nos processos de decisão (BOFF; MURARO, 2002, p. 22).

Ao analisar as diversas problemáticas tangíveis às questões de gênero aplicadas ao mundo do trabalho, Fonseca (2000) ressalta que os sentidos e ações sociais implícitos nas dimensões sexuadas dos trabalhadores também se aplicam aos sistemas ocupacionais constituídos a partir da legitimação de

uma ordem dominante, calcada fundamentalmente em paradigmas hierárquicos e patriarcais. Assim, longe de qualquer naturalização arbitrária, a distribuição e distinção das ocupações e sua decorrente (des)valorização revertem-se em potentes disseminadores de valores e crenças de caráter hegemônico, difundindo categorias interpretativas acerca de papéis e funções masculinos e femininos.

As fábricas organizam o trabalho criando setores e funções femininas associadas às habilidades adquiridas pelas mulheres em seu processo de socialização de gênero. Tarefas minuciosas, que exigem paciência e controle dos movimentos do corpo. Tarefas cronometradas na linha de produção. Tarefas reservadas às mulheres, que por elas recebem salários menores que os dos homens, muitas vezes, tendo elas maior escolaridade (NOBRE, 2003, p. 209).

Com efeito, Fonseca (2000) destaca que a divisão técnica e social do trabalho – lógica essencialmente capitalista, em que há separação inexorável entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um salário – só conseguiu ser efetivada a partir de sua divisão sexual.

Influenciando a definição do trabalho a ser realizado por homens e mulheres, bem como os modos pelos quais seu desempenho é controlado e reconhecido, o gênero mostra-se importante no estabelecimento de políticas de emprego – remuneração, qualificação e carreira – adotadas pelas gerências. Opera ativamente no mundo do trabalho como um dos componentes estruturadores da assimetria das relações nele implicadas, reservando para agentes sexuais específicos lugares também específicos na produção, influenciando a divisão intelectual e material do trabalho, seu controle hierárquico, bem como os processos de qualificação/desqualificação/requalificação dos/as trabalhadores/as. Como sistema de símbolos, sentidos e privilégios atribuídos às diferenças percebidas entre os sexos, o gênero encontra-se estruturado/estruturante nas fábricas como na sociedade em geral, revelando-se um conjunto de crenças e valores que cumpre uma função política de impor e legitimar a dominação. É compreendido, portanto, como elemento fortemente marcado/marcante pelo poder simbólico que, para além de estruturar as próprias identidades subjetivas de homens e mulheres, revela-se como classificador e divisor do próprio mundo social (FONSECA, 2000, p. 21).

Segundo autores como Nobre (2003) e Singer (2003), um dos propósitos do movimento de economia solidária reside no rompimento da divisão social do trabalho, a partir da difusão de práticas organizativas norteadas pela autogestão. Para além das inumeráveis ambigüidades e contradições contidas nessa afirmação – que serão aprofundadas posteriormente –, cabe assinalar que, concomitantemente ao desenvolvimento de tais práticas, parece ocorrer uma série de outros processos, de ordem subjetiva, política, ecológica, cultural e social – razão pela qual o tema central da presente pesquisa é a autogestão como processo de subjetivação, que compreende as questões de gênero.

Assim, a economia solidária, que inicialmente se caracterizava por atividades e percepções atreladas fundamentalmente ao tradicional movimento operário – especialmente no tocante a algumas cooperativas de trabalho e produção, com encaixes estruturais baseados em formas de regulação fordistas intimamente ligadas ao trabalho assalariado –, vem diversificando-se a partir da articulação de novas modalidades de trabalho, através das quais múltiplos atores sociais, como portadores de sofrimento mental, moradores de rua, minorias étnicas, jovens e, principalmente, mulheres, assumem papéis e funções de protagonismo.

Esses grupos desenvolveram outras medidas de êxito, não baseadas exclusivamente na renda e na produtividade do trabalho, mas que exercitam valores de solidariedade e reciprocidade. Humanizam relações, integram os vários tempos e facetas das vidas das pessoas: a família, o trabalho (NOBRE, 2003, p. 208).

Tal premissa não pode ser tomada de forma generalizada, uma vez que muitos são os grupos – independentemente de idade, classe social, origem cultural e gênero – que acabam por reproduzir os parâmetros da divisão capitalista, os quais pretendem questionar. Por outro lado, são inegáveis as

contribuições das iniciativas desenvolvidas por uma grande diversidade de sujeitos sociais – que foram e continuam sendo historicamente segregados e marginalizados dos processos produtivos instituídos, permanecendo sob a condição de “invisibilidade” perante as demais dimensões da vida pública e privada – para o questionamento e ressignificação de paradigmas e modelos que abrangem desde sistemas concernentes às relações de trabalho até as bases de sustentação da própria economia hegemônica, passando por referenciais de eficácia, desenvolvimento e sustentabilidade.

4.3. Repensando a questão da sustentabilidade

Segundo Santos (2003), embora a economia solidária abarque as mais diversas modalidades de empreendimentos, sua unidade organizativa “clássica” localiza-se nas cooperativas de produção. Estas possuem algumas características gerais – muitas delas já abordadas ao longo da presente pesquisa – sintetizadas da seguinte forma:

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos que nela trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas por assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores. A empresa solidária é basicamente de trabalhadores que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade máxima não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade de trabalho. Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. Ela pode tomar empréstimos dos próprios sócios ou de terceiros e procura pagar os menores juros do mercado aos credores (internos ou externos). O excedente anual – chamado “sobras” nas cooperativas – tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Uma parte, em geral,

destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada em um fundo "indivísivel" que não pertence aos sócios individualmente mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode crescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando saem da empresa. O restante das sobras é, em geral, destinado a um fundo de educação e outros fundos sociais (de cultura, de saúde, etc.) e eventualmente à divisão entre os sócios, por critérios determinados por eles. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há "lucro", pois este é tanto jurídico como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital (SOUSA, 2002, p. 84).

Vale observar que tais cooperativas se desdobram em territórios multifuncionais caracterizados por inúmeras contradições, em que são integrados aspectos relativos a entidades sociais, bem como dimensões tangíveis a empreendimentos econômicos.

A cooperativa é caracterizada por possuir uma dupla natureza, pois é ao mesmo tempo uma entidade social (isto é, um empreendimento financiado, administrado e controlado coletivamente) a serviço de seus associados e uma empresa, que, portanto, tem de estar voltada para o mercado, ser eficiente e eficaz, sem se perder na disputa desenfreada do mercado capitalista, e ser também eficiente e eficaz nas relações intercooperativas, na construção de redes de negócios cooperativos e se tornar o embrião de uma nova ordem econômica, social e de uma nova cultura e ética. O ponto de equilíbrio entre essas duas naturezas da cooperativa é um dos fatores essenciais de seu sucesso (FONSECA; VEIGA, 2002, p. 40).

A esse respeito, Perius e Schmidt esclarecem:

Nas operações de uma cooperativa, há uma face dupla: uma para dentro, em operações com os associados que se caracteriza como ato cooperativo na forma de prestação de serviços, e outra para fora, quando se trata de operações de natureza comercial e transacional com não-associados. (...) A cooperativa é uma opção de organização econômica que convive e mantém negócios com a outra opção, a empresarial capitalista, pois essas empresas ora são clientes, ora são fornecedoras da cooperativa (PERIUS; SCHIMIDT, 2002, p. 68).

As ambivalências implícitas nesses empreendimentos surgem como terminais de um quadro muito mais abrangente e complexo, em que são confrontadas inspirações anticapitalistas de um movimento social incipiente e convicções mercantilistas de um mercado há séculos consolidado.

Devido à veneração dos valores da economia solidária no cooperativismo, parte importante do mesmo procura praticá-los, aproximando-se em menor ou maior grau do perfil da empresa

solidária. Muitas cooperativas provavelmente passaram por períodos em que eram empresas solidárias e outros em que se assemelhavam mais a empresas capitalistas. Estas oscilações devem-se à inserção econômica e social de cada cooperativa – muitas surgem a partir de lutas operárias e camponesas – e ao “espírito da época” que impregna os cooperados ora de valores solidários e democráticos, ora de individualismo e culto à competição (SANTOS, 2002, p. 86).

Observa-se, portanto, a composição de um ambíguo sistema de conexões entre a luta por sobrevivência em uma economia norteada pela competição sem precedentes e pela produção do capital pelo capital e a busca pela constituição de uma nova cultura de trabalho irradiadora de sociabilidades singulares e autônomas.

A contradição reside em que a hegemonia de mercado e seus atributos e exigências atingiu um nível tal de naturalização social que, embora o cotidiano seja impensável sem ele, não se lhe deve, por isso mesmo, qualquer lealdade cultural específica. É assim socialmente possível viver sem duplicidade e com igual intensidade a hegemonia do mercado e a luta contra ele (SANTOS, 1997, p. 256).

Para além das perspectivas estritamente econômicas, procura-se atribuir à sustentabilidade uma significação multidimensional, combinando níveis variáveis de sistemas políticos, estéticos, culturais, sociais, subjetivos. Nesses termos, a economia solidária busca superar o lugar de uma proposta paliativa ou de uma solução precária frente ao desemprego/subemprego estruturais.

As vicissitudes de uma “outra sustentabilidade” vêm despertando acalorados debates e discussões entre estudiosos e pesquisadores do movimento solidário. As polêmicas intrínsecas a essa temática podem ser expressas através das seguintes questões: até que ponto os empreendimentos solidários se constituiriam tão somente como formas de acomodação desencadeadas pelo desemprego crônico? Em que medida eles seriam formas efetivamente alternativas de se trabalhar, viver e relacionar – convém destacar que o principal *slogan* da economia solidária é “*uma outra economia acontece*”

–, superando as demais formas de regulação socioeconômica arraigadas ao capitalismo avançado?

A esse respeito, longe de qualquer pretensão conclusiva, vale ressaltar que as posições expostas nos questionamentos acima colocados – tentativas de analisar os sentidos e significados dos empreendimentos solidários na sociedade contemporânea – refletem dois pólos “radicais” didaticamente constituídos, dentre os quais subsistem inúmeras oscilações, variações e derivações.

Todavia, ao estudar essas iniciativas, pensamos que é importante, por duas razões distintas, resistir à tentação de as aceitar ou rejeitar com um critério simplista que equaciona exclusivamente se elas oferecem alternativas radicais ao capitalismo. Por um lado, esse critério simplista de (des)qualificação encarna uma forma de fundamentalismo alternativo que pode fechar as portas a propostas que, ainda que surjam dentro do capitalismo, abrem as portas a transformações graduais em direções não capitalistas e criam enclaves de solidariedade no seio do capitalismo. (...) Por outro lado, semelhante critério estrito de avaliação das alternativas implica, em última análise, uma hermenêutica do ceticismo, e não da emergência, que acaba por rejeitar todo tipo de experimentação social por estar sempre contaminado pelo sistema dominante. Já que nenhuma das propostas viáveis representa uma alternativa sistêmica ao capitalismo (ou seja, uma alternativa de organização micro e macroeconômica integral, baseada em valores de solidariedade, igualdade e proteção do meio ambiente), as alternativas com que contamos têm relações diretas ou indiretas com os mercados locais, nacionais e, até mesmo, internacionais. (...) Contudo, isso não lhes tira relevância nem potencial emancipador. Ao encarnar valores e formas de organização opostas aos do capitalismo, as alternativas econômicas geram efeitos de alto conteúdo emancipador. Em primeiro lugar, no nível individual, implicam freqüentemente mudanças fundamentais nas condições de vida de seus atores (...). Em segundo lugar, no nível social, a difusão de experiências bem-sucedidas implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas (SANTOS, 2002, p. 30).

Diante da complexidade desse quadro, serão indicados aqui alguns breves pontos de discussão, que funcionarão como marcos parciais de sinalização.

O primeiro deles refere-se ao seguinte fato: como já foi citado no capítulo anterior, a economia solidária tomou consistência no Brasil em meio a

um conjuntura de profundas metamorfoses, no que se refere ao mundo do trabalho.

De fato, nas últimas cinco décadas, o surgimento de novas tecnologias de ponta associadas à adoção de sistemas avançados de estruturação, acumulação e produção na era da “empresa flexível” fizeram com que as taxas de desemprego alcançassem níveis alarmantes, ampliando significativamente as formas de subemprego, ou seja, trabalhos precários sem qualquer tipo de cobertura social e/ou legal. A esse respeito, Antunes (2006) adverte:

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado que marca a sociedade dual no capitalismo avançado, da qual os gastarbeiters na Alemanha e o lavoro nero na Itália são exemplos do enorme contingente de trabalho imigrante que se dirige para o chamado Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do welfare state, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores que era do centro para a periferia. O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado reduz o proletariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2006, p. 49).

Nesse contexto, configura-se um “círculo vicioso”, permeado por contínuas instabilidades, em que os trabalhadores integrados ao mercado formal vêm seus empregos permanentemente ameaçados – e, por isso, acabam submetendo-se a todo tipo de condições de trabalho, por baixíssimos salários – enquanto aqueles ligados a ocupações precárias, na maioria das

vezes, buscam ter acesso às proteções oferecidas pelos sistemas instituídos. Amedrontados pelos fantasmas do desemprego estrutural, ambos são acometidos por diversas doenças ligadas a sofrimentos físicos e psíquicos, pautados por angústias, frustrações e culpas, que podem se desdobrar em problemas crônicos.

No caso brasileiro, tal panorama vem assumindo dimensões drasticamente excludentes, fazendo com que boa parte da população – impedida de participar dos processos sociais e econômicos vigentes por não se adequar aos parâmetros de “potenciais consumidores” – busque na geração de renda uma forma desesperada de constituir uma vida mais digna.

A economia solidária, segundo autores como Singer e Sousa (2003) e Gaiger (2004), procurou, desde o início, responder a essa realidade, através da reorganização de práticas democráticas que colocassem em pauta novos valores e perspectivas que não os da competição, do egocentrismo e do consumismo.

Nesse ponto, assinalam-se os riscos de que as restrições e dificuldades impostas pelo controle mercadológico, em conjunto com a urgência por geração de renda em meio a uma cultura fundamentada em crenças e práticas dominantes, possam levar a um nível tal de vulnerabilidade e fragilização que os trabalhos alternativos se revertam em sistemas residuais e precários, convertendo suas iniciativas em modalidades particulares de reprodução da ordem hegemônica.

Para além dessas dificuldades, registra-se o incremento de tendências de fortalecimento das iniciativas solidárias ao longo da última década: ao contrário dos altos níveis de inviabilização que vigoravam no início dos anos

90, observa-se uma elevação contínua do número de empreendimentos que conseguem conviver com pressões externas e internas, solidificando-se no cenário nacional.

De um modo esquemático, podemos identificar quatro tipos de causas propulsoras: a) as determinações que pesam sobre a categoria social dos trabalhadores envolvidos, como trunfos ou desvantagens, nisto importando uma variada gama de recursos, sejam materiais, profissionais, identitários ou morais, bem como suas experiências prévias de organização e sua capacidade de mobilização coletiva; b) a condição de necessidade dos trabalhadores de encontrarem uma nova opção de trabalho e renda em moldes associativos, o que aumenta as chances – como se vê nas empresas autogestionárias – para que o empreendimento tenha ou venha assumir um caráter essencial e não meramente complementar em suas estratégias econômicas; c) o grau de adesão aos princípios do solidarismo, seja em função de valores inspiradores, seja igualmente com o contato com experiências concretas que estejam ao alcance da ação dos trabalhadores; d) a competência desenvolvida pelo empreendimento para alavancar recursos externos, de diferentes ordens e procedências, e simultaneamente conquistar reconhecimento e legitimidade social (GAIGER, 2004, p. 388).

De acordo com grande parte dos autores da economia solidária no Brasil, tal sustentabilidade desponta como consequência de novas relações de trabalho baseadas na co-responsabilização, na confiança mútua, na reciprocidade, na equidade entre os trabalhadores. Isso representaria uma vantagem comparativa em relação às empresas convencionais, uma vez que desvelaria outra qualidade de trabalho, a partir da qual seria possível combinar a cooperação e a eficiência produtiva para outros fins, que não os da maximização de lucros.

Nisto reside o sentido histórico dos empreendimentos de economia solidária: na experiência decisiva do trabalho emancipado, no caráter essencial desta experiência. Tais empreendimentos funcionam alternativamente como comunidades-projeto, nas quais vem ancorar-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciado, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Neles é possível estar aqui e em outro lugar, alimentar a razão utópica não apenas com a crítica ao sistema, mas igualmente com a realização do desejo (GAIGER, 2004, p. 395).

A difusão dessa outra sustentabilidade só é possível, segundo Mance (2003), a partir da organização de redes alternativas, que tenham como prioridades os desenvolvimentos sustentável e humano. Em uma rede, os grupos de consumo, comércio, produção e serviço mantêm-se em conexão direta – evitando-se intermediários –, através de fluxos materiais, informacionais, valorativos, dentre outros.

A noção de rede coloca ênfase nas relações de diversidades que se integram nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede. Assim, a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais (MANCE, 2003, p. 220)

As propriedades fundamentais das redes são, segundo Mance, a intensividade, a extensividade, a diversidade, a integralidade, a descentralização e a realimentação.

Ampliar a intensividade significa que cada unidade da rede venha a atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquela unidade atua. Isso pode significar a surgimento de outros pequenos nódulos naquela região, articulados entre si e conectados à rede em geral. Ampliar a extensividade, por sua vez, significa expandir a rede para outros territórios, colaborando no surgimento de novas unidades e no desenvolvimento destas, ampliando a abrangência da rede e fortalecendo seu conjunto. Contudo, é em razão de sua diversidade, integralidade e realimentação que a rede pode crescer de modo fecundo. Uma rede capaz de conectar a diversidade será capaz de integrar, de maneira fecunda e criativa, as ações realizadas na esfera pública não-estatal que envolve todas as ONGs, organizações populares, associações, movimentos etc, que pratiquem a colaboração solidária, articulando seus recursos e consolidando a implementação de seus projetos, fortalecendo cada nó na medida em que ele mantém um fluxo constante com os demais. Integralidade significa que todos os objetivos de colaboração solidária defendidos pelos diversos nódulos da rede em particular sejam assumidos pelo conjunto dos nódulos da rede. (...) Por fim, a idéia de realimentação significa que as ações desenvolvidas pela rede, através de seus nódulos e articulações, agenciam novas ações da própria rede, ampliando-a enquanto tal e expandindo o conjunto de suas ações em um círculo virtuoso capaz de envolver cada vez mais pessoas, atuando sobre objetos sempre mais diversos que fazem brotar novos nódulos que, por sua vez, fortalecem o conjunto da rede, na medida em que introduzem diversidades que perpassam os fluxos do

conjunto, possibilitando novas transformações de cada nóculo em particular e da rede como um todo (MANCE, 2000, p. 25).

Para tal, não há ponto de partida nem de chegada. Essas atividades constituem sistemas autopoiéticos, nos quais estabelecimentos de diferentes naturezas se integram estrategicamente em um complexo movimento de oscilações verticais/horizontais, permeadas pelos mais variados elementos de natureza política, econômica, ética, cultural e social.

Entretanto, vele salientar que os processos estabelecidos entre as redes, seus vínculos, formas de gestão e organização podem apresentar sistematizações um tanto problemáticas. O importante, nesse ponto, é compreender os caminhos e sentidos implícitos nas produções em rede. Nesse sentido, a emergência de sistemas de dependência (e não de parceria), a falta de transparência nas transações e a constituição de monopólios de atuação e conhecimento convertem-se em graves obstáculos à busca da autonomia popular, colocando em foco fragilidades, limitações e distorções relativas a tal movimento, na busca de um de seus mais importantes princípios: a autogestão.

4.4. Autogestão: perspectivas e trajetórias de uma concepção “aberta”

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino, o termo autogestão apresenta a seguinte definição:

Por Autogestão, em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma

das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc.)
(BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 74).

A difusão efetiva da temática acerca da autogestão deu-se na cultura e na literatura políticas a partir dos anos 50, quando da introdução na Iugoslávia de um sistema econômico-político-social assim denominado. Tal sistema – extremamente contraditório em sua constituição – norteou-se por uma série de tensões e conflitos, suscitados a partir de uma complexa rede organizativa formada tanto por comitês de um partido único quanto por conselhos de trabalhadores. Havia, de fato, uma enorme gama de tendências difusas que, ora se destinavam ao “totalitarismo burocrático”, ora se orientavam pela “democracia participativa”. Para melhor compreensão dessa realidade, vale colocar em foco as seguintes colocações feitas por Bobbio, Matteucci e Pasquino:

Desde meados dos anos 50, a realização desse modelo (a chamada “via iugoslava para o socialismo”) levou, através de uma série de reformas institucionais, à desagregação do anterior sistema monolítico de molde soviético e à estruturação de três subsistemas – convencionalmente: a economia, as autonomias locais e o partido – cujas intrincadas interações definem o caráter particular de democracia “participativa” que assumiu deste ordenamento, submetido, de resto, a freqüentes reformas institucionais: quatro constituições federais de 1946 a 1974, além de muitas outras leis fundamentais. A organização do sistema econômico que, a partir dos anos 60, visou claramente a completa autonomia das empresas, deixando apenas à planificação central os instrumentos de política fiscal e creditícia, assenta, a nível das unidades produtivas, no princípio da separação dos poderes de gestão – confiados a uma escala ascendente de órgãos colegiais de decisão – dos poderes de direção técnica e administrativa – definidos segundo uma estrutura hierárquica convencional – do diretor de empresa aos quadros inferiores. (...) Segundo a Lei de 1976, às organizações de base do trabalho associado (Oour) – grupos de trabalhadores articulados a nível de seção de fabricação e de serviços técnicos e administrativos – se atribui, mediante um sistema progressivo de delegação, o poder de opção em todas as questões relacionadas à direção da empresa, enquanto que o poder decisório direto é conferido, conforme a importância das decisões, a três níveis de conselhos delegados (...). A conveniência de conciliar a necessidade de uma reposição dos interesses individuais e locais (aumentada pelas disparidades econômicas das diversas regiões do país) com a possibilidade da sua direta articulação (intrínseca ao próprio funcionamento da Autogestão) levou precisamente ao progressivo abandono das decisões hierárquicas da autogestão social que caracteriza a

experiência iugoslava, ou seja, a extensão dos princípios essenciais da Autogestão (autonomia decisória e representação delegada) à esfera administrativa. Com isso, o ordenamento da R.F.S.J. foi assumindo a configuração de um sistema articulado, segundo âmbitos de competências funcionais, determinadas tanto pela dimensão territorial (comunas, repúblicas, federação) como pela dimensão técnico-produtiva, em numerosos centros de decisão e ligado, horizontalmente e verticalmente, pelo mesmo princípio da delegação progressiva com mandato imperativo, operante nas empresas. A comuna, cuja extensão territorial corresponde a de uma província italiana, constitui a estrutura basilar deste sistema, tanto pela amplitude dos poderes econômicos sobre as empresas que operam no seu território e pela consistência das funções de governo local a ela atribuídas, como por ser ela a intermediária essencial na formação do sistema da representação funcional dos interesses sobre o que se rege toda a ordem jurídica institucional. Com efeito, o sistema iugoslavo prevê, a cada um dos três níveis territoriais, uma dupla estrutura, órgãos deliberativos e de governo, competências funcionalmente diferenciadas (econômicas e político-administrativas) e baseadas num duplo sistema de representação, que integra o princípio da representação geral dos cidadãos com a dos trabalhadores como tais. Assim, a Constituição de 1974 prevê, a nível da comuna, um conselho do trabalho associado, composto por delegados das diversas Oour e de unidades similares de trabalho noutros setores, e um conselho das comunidades locais, com delegados eleitos, tendo por base o território nos vários bairros. Estes conselhos nomeiam, por sua vez, os delegados chamados a representá-los nas respectivas câmaras das assembléias das diferentes repúblicas e assim sucessivamente, no que respeita ao Parlamento federal. Esta descentralização do sistema econômico e administrativo (teorizada como processo de “deteriorização” do Estado) trouxe consigo também uma progressiva modificação do status do partido único e das demais organizações compreendidas na Aliança Socialista (sindicato, associações de guerrilheiros) tanto no plano institucional, onde lhes foi reconhecido um poder menos disperso e melhor definido, a par dos conselhos de empresas e conselhos territoriais (existe, por isso, a nível das comunas e das repúblicas, um terceiro conselho, o conselho sócio-político, eleito tendo por base as listas apresentadas pela Aliança Socialista), quanto no plano organizacional, mediante a estruturação das diversas organizações políticas segundo o princípio comum da delegação progressiva. No entanto, vários observadores têm notado que a própria articulação e crescente complexidade dos mecanismos formais da “democracia participativa” permitiram que o partido e seu grupo dirigente mantivessem de fato o papel de variável independente do sistema, sobre pretexto da necessidade funcional de que o ajustamento entre os diversos interesses tivesse um ponto de referência mais geral (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 78).

Para além da iniciativa iugoslava, vale destacar alguns outros importantes momentos históricos relacionados a experiências autogestionárias, tais quais a Comuna de Paris, os soviets da Revolução Russa, os Kibbutzim em Israel, as cooperativas do Complexo de Mondragón na Espanha, o movimento dos Conselhos Operários na Polónia, Hungria e Tchecoslováquia, a

Comuna de Shangai e a Revolução dos Cravos em Portugal, dentre outros. No que tange à América Latina e à África, Nascimento (2000) esclarece:

Na América Latina e na África, desde a instalação da República Libertária no México em 1911, até as revoluções cubana (1959) e nicaragüense (1979), em vários momentos críticos da luta social, os trabalhadores e camponeses deram forma à idéia da autogestão e do poder popular. Em El Salvador, ocorreu em 1932 a revolta vermelha, uma insurreição camponesa dirigida pelo PC. Na Bolívia, com a revolução de 1952, os operários chegaram a estabelecer um duplo poder, tendo como pólo revolucionário a COB. Em 1971, com o governo Torres, a assembléia popular tinha um caráter de “soviete”. Desde as famosas teses de Pulacayo sobre o controle operário nas minas, a classe operária boliviana luta por sua aplicação. Na Argélia, o sistema de autogestão dos trabalhadores foi implantado a partir de 1962, logo após a independência nas chamadas empresas vazias, isto é, propriedades industriais, agrícolas e comerciais abandonadas pelos proprietários europeus. No Peru, no governo Alvarado iniciado em 1968, houve uma espécie de via peruana ao socialismo, baseada na propriedade social dos meios de produção. A nova Lei das Indústrias fundou a primeira Comunidade de Trabalho: comunidade industrial gerida pelos trabalhadores com até 50% da propriedade; as cooperativas agro-industriais e as empresas autogestionárias de propriedade social que serviam de suporte sócio-econômico à participação social (NASCIMENTO, 2000, p. 56).

Tais experiências refletem propostas parciais de composição de um sistema “impreciso” – e, conseqüentemente, problemático –, que apresenta, até os dias atuais, inúmeras interpretações e leituras possíveis. Assim, embora existam diversas tentativas no sentido de delinear e delimitar aos parâmetros relativos à autogestão, sua definição ainda permanece extremamente ambivalente e difusa.

Por um lado, a autogestão pode referir-se à constituição de uma forma autônoma de organização do conjunto social, caracterizada pela criação de sistemas locais de autoridade partilhada. Tal interpretação aplicada à vida associada e ao fazer cotidiano remete a uma dimensão política do conceito, através da qual este é concebido como

(...) princípio elementar de modificação das relações sociais e pessoais, no sentido da reapropriação do poder decisório relativo a uma dada esfera de atividade contra qualquer autoridade, embora

legitimada em anterior alegação (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 74).

Essa significação pode ser assim apresentada:

Em síntese, a autogestão enquanto princípio político pode ser definida como um mecanismo representativo transposto para o âmbito das estruturas das várias atividades econômico-sociais, com o fim de lhes assegurar o funcionamento: tem seu momento-síntese a nível das comunidades locais. (...) Por outro lado, se define como uma nova forma de organização de todo o complexo social, na medida em que assume as várias atividades sociais e principalmente econômicas - e não a fixação territorial - como estrutura fundamental de participação da vida associada, ou seja, envolve os indivíduos como produtores nas unidades econômicas e como consumidores nas unidades locais; por outro ainda, ela implica, em suas extremas conseqüências, a dissolução do poder econômico e político e o funcionamento das estruturas sociais só mediante uma autoridade socializada. Com essas bases, a manutenção de um poder ou de uma organização estatais - contraditória em si com o princípio de autogestão - é aceita pelos teóricos dentro do esquema de um processo de transição e tomada compatível com tal princípio em virtude da concepção de sistemas de representação funcional, isto é, estruturados com relação às diversas funções sociais desempenhadas na sociedade (produtivas, militares, de serviços, etc.) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 77).

Cabe salientar, nesse ponto, um parâmetro de analogia entre as concepções de autogestão e de democracia direta:

A analogia substancial entre a idéia de democracia direta e a de autogestão encontra-se, de preferência, nas implicações da relação particular que este princípio entende estabelecer entre a coletividade e o objeto das suas decisões, baseado na comunidade de competências e interesses criada pela participação na mesma atividade social, que permitiria a cada um tomar parte efetiva na formação de tais decisões, ser eventualmente delegado para sua execução e controlar, de algum modo, sua aplicação diária (realizando, portanto, a fusão do momento legislativo com o executivo), independentemente da existência de formas de representação e da atribuição de responsabilidades definidas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 77).

A partir dos anos 80, os debates acerca da autogestão evocaram a prevalência de sua dimensão econômica. Nesses termos, as questões centrais para análise referem-se às *“possibilidades e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores ao assumirem uma empresa inserida na lógica do capital, em momentos de crise econômica”* (MARTINS, 1996, p. 117). Com base nessa interpretação, a autogestão apresenta como características essenciais a

superação da apropriação privada da mais-valia em concomitância à sustentação da livre iniciativa em cada unidade de trabalho. Vale colocar em foco as diferenças fundamentais entre processos autogestionários e sistemas de co-gestão.

Com efeito, enquanto a co-gestão tem por objetivo a simples modificação do processo decisório das empresas, mediante a inclusão de consulta aos dependentes, ou de formas de co-decisão com seus representantes, podendo até atribuir-se-lhes um poder autônomo restrito a alguns aspectos das condições de trabalho (serviços sociais, ambiente, segurança, etc), a autogestão deseja tornar realidade a socialização do poder gerencial, atribuindo aos trabalhadores, através de seus delegados, poder deliberativo em todas as decisões que lhes dizem respeito - antes de tudo, nas que concernem à distribuição entre investimentos e remunerações -, ou seja, tem precisamente por objetivo a integração ativa dos trabalhadores em suas empresas, o que envolve, em todo caso, a superação da propriedade empresarial capitalista (BOBBIO; MELLUCCI; PASQUINO, 2004, p. 75).

Convém salientar que os processos autogestionários não se resumem à simples disseminação de mecanismos participativos, como consultas, conselhos e/ou eleições. Têm por condição, na verdade, a conquista igualitária do poder de gestão mediante o direito ao controle coletivo dos meios sociais de produção. Associam-se, nesse ponto, particularmente ao pensamento de Proudhon, que compreendia a cisão entre tarefas de gestão e produção como a questão fundamental que *“violaria externamente a intrínseca unidade de trabalho, reduzindo os trabalhadores à condição salarial como seus simples executores materiais”* (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 76). Em síntese, pode-se apresentar tal significação da seguinte forma:

O sentido do projeto de autogestão corresponderia, pois, à necessidade de restituir aos trabalhadores o controle global da sua própria atividade, considerado como característica essencial do sistema artesanal, mas no âmbito de estruturas produtivas de âmbito industrial, isto é, baseadas na cooperação e na divisão do trabalho. Nessa perspectiva, o mesmo princípio da autonomia dos produtores, que havia sido a condição de existência do sistema artesanal, continuaria sendo fundamental, com o novo significado de disponibilidade comum dos meios de produção, mas de poder

individual sobre a gestão da atividade coletiva (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 74).

No Brasil, o ressurgimento da autogestão como princípio norteador da economia solidária, de acordo com Albuquerque (2003), assume, por um lado, uma conotação fortemente econômica, relacionada à criação de um sistema gerencial capaz de salvar empresas falidas, combatendo o desemprego em massa e, por outro, uma significação política, relativa a um “*ideal utópico de transformação e mudança social*” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 22).

Singer, ao analisar os empreendimentos solidários, qualifica as práticas autogestionárias como formas de controle, gestão e participação diretas dos trabalhadores nos processos de produção.

Autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar dentro das organizações da economia solidária. Se a organização for produtiva (uma cooperativa ou associação de produção agrícola, extrativa ou industrial, por exemplo), a propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual que, em consequência, terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma. Outra modalidade de organização é a cooperativa que reúne pequenos produtores autônomos (agricultores, taxistas, recicladores de lixo, etc.) que fazem suas compras e/ou vendas em comum. A ela, também se aplicam as regras da autogestão. O mesmo vale para clubes de troca, clubes de poupança, cooperativas de consumo, de crédito, habitacionais e assim por diante (SINGER, 2003, p. 116).

Nesse ponto, torna-se imprescindível enunciar uma configuração pluridimensional da autogestão, em que esta não é apenas instrumento político e/ou econômico, mas potente processo de subjetivação, catalisando territórios éticos, ecológicos, sociais, estéticos, culturais, entre outros.

4.5. Processos de subjetivação, subjetividade capitalística e autogestão: ambivalências e paradoxos de um sistema em construção

Antes de qualquer coisa, apresenta-se como ponto de partida das presentes considerações a esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari, compreendida como corrente do Movimento Institucionalista, norteadada pela criação de campos de análise e intervenção no tocante aos processos produtivos desejanates suscitados a partir das mais diversificadas dimensões da realidade. Para Baremlitt (2003):

A Esquizoanálise é uma leitura do mundo, praticamente de “tudo” o que acontece no mundo, como diz Guattari em seu livro sobre as ecologias, sendo uma espécie de Ecosofia, uma “episteme” que compreende um saber sobre a natureza, um saber sobre a indústria, um saber sobre a sociedade e um saber acerca da mente. Mas um saber que tem por objetivo a vida em seu sentido mais amplo: o incremento, o crescimento, a diversificação, a potenciação da vida (BAREMBLITT, 2003, p. 15).

A partir dessa abordagem, ressalta-se uma perspectiva imanentista, através da qual as mutações sociais, políticas, econômicas, estéticas, tecnológicas se mostram indissociáveis das produções subjetivas, rompendo qualquer relação polarizada entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, homem e natureza.

Nesse contexto, a subjetividade remete a acontecimentos, sendo produzida concomitantemente por instâncias individuais, coletivas e institucionais.

Os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente. (...) A subjetividade, de fato, é plural, polifônica para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtin. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca (GUATTARI, 1992, p. 11).

Os processos que constituem a realidade – inclusive os que concernem às condições subjetivas –, de acordo com Deleuze e Guattari (1997), podem ser compreendidos a partir das “convergências e divergências” desveladas

entre dois planos inter-comunicantes: o plano de organização e o plano de consistência.

Através do plano de organização, enunciam-se as formas constituídas, as imagens sociais, as idéias feitas e os seres visíveis. Seu funcionamento realiza-se através de uma lógica binária, reflexiva, classificatória e sobrecodificadora, em que é possível determinar as características específicas de cada elemento em oposição ao outro. Esse plano traz à tona a face formal da subjetividade, denominada também de produto subjetivo, que se desdobra em um fenômeno molar ou maneira de ser, sentir, perceber e relacionar, já configurada e atuante no sentido de uma permanente repetição de si, constituindo identidades.

O plano de consistência, por sua vez, define-se na superfície movente de produção do real, caracterizada pela circulação caótica de um excedente de fluxos intensivos pré-ontológicos, isto é, potências sem extensão nem temporalidade que, através de variações contínuas, imprimem mutações às estabilidades configuradas através dos produtos subjetivos.

O plano de consistência ou de composição (planômeno) se opõe ao plano de organização ou de desenvolvimento. A organização e o desenvolvimento dizem respeito à forma e substância: ao mesmo tempo, desenvolvimento da forma e formação de substância ou sujeito. Mas o plano de consistência ignora a substância e a forma: as heceidades que se inscrevem nesse plano são, precisamente, modos de individuação que não procedem pela forma nem pelo sujeito. O plano consiste, abstratamente mas de modo real, nas relações de velocidade e lentidão entre elementos não formados, e nas de composições de afetos intensivos correspondentes (longitude e latitude do plano). Num segundo sentido, a consistência reúne concretamente os heterogêneos, os disparates enquanto tais: garante a consolidação dos conjuntos vagos, isto é, das multiplicidades do tipo rizoma. Com efeito, procedendo por consolidação, a consistência age no meio, pelo meio e se opõe a todo plano de princípio ou de finalidade. Espinosa, Holderlin, Kleist, Nietzsche são os agrimensores de um tal plano de consistência. Jamais unificações, totalizações, porém consistências e consolidações. Nesse plano de consistência se inscrevem: as heceidades, acontecimentos, transformações incorporais, apreendidas por si mesmas; as essências nômades ou vagas e, contudo, rigorosas; os continuns de intensidade ou

variações contínuas, que extravasam as constantes e as variáveis; os devires, que não possuem termo nem sujeito, mas arrastam um e outro a zonas de vizinhança ou de indecidibilidade; os espaços lisos, que se compõem através do espaço estriado (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 222).

Os fluxos intensivos são, aqui, compreendidos como diferenças puras, “elementos preliminares”, com um extraordinário potencial de auto-produção que os possibilita compor e transmutar realidades organizadas e estabelecidas.

Basicamente consiste em que, se tomarmos as unidades naturais, viventes ou não – e as máquinas de qualquer característica, a nível molecular ou “micro”, chega-se à conclusão de que o “modelo da realidade” consiste em que esta é constituída por minúsculas “máquinas” que se formam por si mesmas ao mesmo tempo em que funcionam, que estão completamente dispersas, embora conectadas por sínteses peculiares, e que ainda não estão caracterizadas com as especificidades que vão vir a formar no nível “macro” (BAREMBLITT, 2003, p. 92).

Em suma, a partir da esquizoanálise, os processos de subjetivação são configurados através de transversalidades virtuais – sua face sensível –, que podem ser atualizadas, implicando mutações aos sistemas subjetivos instituídos, segundo as singularidades dos agenciamentos produzidos.

Tais agenciamentos abrangem as potências de experimentação (montagens heterogêneas fadadas à não-perpetuação), através das quais são sintetizados múltiplos fluxos intensivos, reconstruindo sistemas de ação e expressão. Daí delinea-se a “marca inédita” de sua capacidade de transformação ou conservação de uma dada condição – seja ela econômica, social, política, subjetiva, entre outras. No que tange os agenciamentos, segundo Deleuze e Guattari:

Eis, portanto, a primeira divisão de todo agenciamento: por um lado, agenciamento maquínico e, por outro, e, ao mesmo tempo, agenciamento de enunciação. Em cada caso, é preciso encontrar um e outro: o que se faz e o que se diz? E, entre ambos, entre o conteúdo e a expressão, se estabelece uma nova relação que ainda não aparecia nos estratos: os enunciados ou as expressões exprimem transformações incorporais que se atribuem como tais (propriedades) aos corpos ou aos conteúdos (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 219).

Essas produções têm como princípio imanente uma concepção positiva de desejo, em que este não representa uma força natural ou espontânea no interior dos sujeitos, processando-se em sua exterioridade. Em outras palavras, o desejo desponta como agenciamento sobre um plano de consistência ou de organização, atuando, ao mesmo tempo, sob a condição de criatura e criador de todas as formas da realidade. Assim, um dos pontos primordiais do pensamento de Deleuze e Guattari está em sua proposta de conjunção recíproca entre processos produtivos e dimensões desejanter.

Se o desejo produz, produz real. Se o desejo é produtor, só o pode ser a realidade e da realidade. O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, fluxos e corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real resulta disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução. Ao desejo não falta nada, não lhe falta seu objeto. É antes o sujeito que falta ao desejo, ou o desejo que não tem sujeito fixo; é sempre a repressão que cria o sujeito fixo. O desejo e seu objeto são uma só e mesma coisa (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 31).

A partir dessas considerações, retomando-se a questão das práticas autogestionárias, torna-se possível concebê-las como agenciamentos desejanter, compostos por combinações coletivas provisórias, disparadoras de produções subjetivas – ou seja, processos de subjetivação.

Tais processos multiplicam-se em consonância com as especificidades, finalidades e trajetórias deflagradas pelos sistemas autogestionários, os quais não devem ser compreendidos em termos totalizantes. Daí, não se trata de enunciar a autogestão em si, mas as “autogestões”, com suas particularidades e heterogeneidades.

Vale recordar que, na presente pesquisa, pretende-se analisar as produções subjetivas implícitas nos sistemas autogestionários a partir de suas configurações contemporâneas. Convém chamar a atenção para algumas

questões referentes à composição de subjetividades em meio à atual sociedade capitalista.

(...) a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção. As forças sociais que administram o capitalismo hoje entendem que a produção de subjetividade talvez seja mais importante que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até que o petróleo e as energias, visto que produzem esquemas dominantes de percepção do mundo (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 40).

Em uma tentativa de desvelar os modos pelos quais tais subjetividades são “produzidas e reproduzidas”, Guattari e Rolnik esclarecem:

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que se chamaria de singularização (GUATTARI; ROLINK, 1986, p. 31)

Enfatiza-se, neste ponto, que tais “extremos” não são construções separadas estaticamente, mas oscilações contínuas, com momentos de predominância de uma determinada lógica sobre outra. Assim, a divisão entre esses dois “pólos” realizar-se-á, nesse trabalho, exclusivamente por questões didáticas.

No que concerne ao primeiro extremo descrito por Guattari e Rolnik – relação de submissão e opressão dos indivíduos em relação à subjetividade recebida –, um dos mais complexos desafios relacionados ao trabalho autogestionário reside na superação de uma cultura hegemônica, calcada em práticas heterônomas, paternalistas, clientelistas e assistencialistas, amplamente cristalizadas. Recorre-se à concepção de “subjetividade capitalística” apresentada por Guattari (2002):

A subjetividade capitalística, tal como é engendrara por operadores de qualquer natureza, está manufaturada de modo a permitir a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis de atrapalhar e perturbar a opinião. Para esse tipo de subjetividade, toda

singularidade deveria ser evitada ou deveria passar pelo crivo de aparelhos e quadros de referência especializados. Assim, a subjetividade capitalística se esforça para gerar o mundo da infância, do amor, da arte, bem como tudo o que é da ordem da angústia, da loucura, da dor, da morte, do sentimento de estar perdido no cosmos. É a partir dos dados mais pessoais - deveríamos dizer mesmo infra-pessoais - que o Capitalismo Mundial Integrado constitui seus agregados subjetivos maciços agarrados à raça, à nação, ao corpo profissional, à competição esportiva, à virilidade dominadora, a estar da mídia. Assegurando-se sobre o poder sobre o máximo de ritornelos existenciais para controlá-los e neutralizá-los, a subjetividade capitalística se inebria, se anestesia a si própria, num sentimento coletivo de pseudo-eternidade (GUATTARI, 2002, p. 34).

A partir dessa perspectiva, destaca-se que, atualmente, a nomenclatura “autogestão” vem sendo utilizada para indicar formas gerenciais calcadas na flexibilidade interna e externa das relações de trabalho, mediante as quais se proclamam a polivalência funcional e a formação de equipes como sinais de mobilidade dos trabalhadores. Enuncia-se, nesse sentido, a aplicação de novas tecnologias operacionais, marcadas pela liberalização dos meios sociais de produção, acelerando os índices de produtividade. Nesses termos, manifesta-se a autogestão instituída como elemento propulsor das mais diversas formas de mais-valia. *“A mais-valia econômica é, cada vez mais tão-só um dos componentes de uma relação de poder onde se misturam, para além dela, mais-valias étnicas, sexuais, culturais e políticas”* (SANTOS, 1997, p. 273).

Tais “distorções” não se restringem ao “ambiente empresarial”. Independentemente da natureza dos empreendimentos, as atividades autogestionárias, sob o aspecto da regulação social imbricada à produção e à reprodução capitalistas, podem consagrar-se mecanismos de serialização e segregação, baseados em esquemas de imposição autoritária e arbitrária – procedimento imposto de fora pra dentro, ou de cima pra baixo –, distanciando-se por completo dos sistemas de autoridade partilhada. Denota-se, a partir dessa perspectiva, uma significação da autogestão como processo de subjetivação “capturado” por sistemas dominantes, difundindo formas de ser,

sentir e relacionar baseadas no clientelismo, no assistencialismo, no individualismo, na culpabilização, no paternalismo, na competitividade e na dependência. Nesse sentido, os processos autogestionários se desenvolvem como “sistemas autárquicos, os quais se intitulam de forma distorcida como autogestão.

Já no que se refere ao segundo extremo apresentado por Guattari e Rolnik – em que a subjetivação desponta como processo de singularização –, ressalta-se que as estratégias autogestionárias podem se engendrar em sistemas de ruptura em relação aos referenciais hegemônicos, reconstruindo, através de conexões heterogêneas em que o poder se descentraliza, novas sociabilidades e sensibilidades articuladas a valores como a autonomia, a reciprocidade e o respeito às diferenças. Trata-se, a partir dessa configuração, de uma *práxis* de intervenção relacionada a novas formas de se conceber o trabalho, através da qual, concomitantemente a movimentos auto-analíticos, torna-se possível a cada um e a todos presidir a criação de questionamentos e reflexões acerca de suas potencialidades e limitações, criar espaços de análise no tocante a reais necessidades e demandas do grupo, construir e resgatar saberes e práticas que possam auxiliar na compreensão de seus problemas e desafios, propor novos tipos de relacionamento consigo e com os outros e, por fim, organizar estratégias de ação que possam modificar uma determinada realidade em nome do aumento da qualidade de vida, tanto do ponto de vista individual como coletivo. “O associativismo autogestionário é a afirmação de que o ser humano pode se tornar sujeito de sua própria economia, pode deixar de ser objeto e marionete dos outros e das suas próprias citações” (ARRUDA, 2006, p. 68).

Logo, a partir de um panorama rico em conflitos, paradoxos e ambigüidades, os grupos autogestionários têm a possibilidade de recuperar e construir, através de seus graus de abertura, focos de auto-valorização e auto-reflexividade, reinventando modalidades de organização e intervenção. Nesse sentido, a transformação de afetos, valores e mentalidades acerca da realidade e a mudança da própria realidade configuram-se como processos imbricados.

5. COOPERATIVA “MULHERES MÃOS AMIGAS”: HISTÓRIAS SOBRE UMA INICIATIVA EMBLEMÁTICA DOS DESAFIOS ENFRENTADOS POR EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS NA ATUALIDADE

5.1 Um compromisso interdisciplinar

Nos três capítulos precedentes, foram levantadas questões que abarcaram tanto a contextualização do movimento de economia solidária no Brasil, com suas ambigüidades e paradoxos, quanto uma problematização de seus sistemas autogestionários – temática principal deste trabalho – tendo em vista uma concepção particular da autogestão como processo de subjetivação. Ao longo dessa trajetória, buscou-se desenvolver uma revisão bibliográfica e de experiências relevantes no âmbito do movimento solidário, a partir das quais foram recombinaados diversos campos de saber/fazer, que iam da cultura popular às disciplinas clássicas como História, Economia, Direito, Filosofia, Sociologia, Psicologia, entre outras.

Vale aqui ressaltar que, a partir do presente trabalho, pretende-se adotar uma abordagem interdisciplinar da concepção de metodologia, a qual é apresentada por Minayo (1994) como “*o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade*” (MINAYO, 1994, p. 16).

Nesses termos, convém destacar que “*a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador*”

(MINAYO, 1994, p. 16), emergindo, assim, como um dispositivo contínuo de interpenetração teórica-técnica-inventiva.

Através das articulações apresentadas por tal dispositivo e dadas as especificidades do objeto a ser estudado, optou-se, aqui, por uma investigação interdisciplinar cujo intuito principal se constitui em chamar a atenção para tendências, sentidos, “sutilezas” e oscilações intrínsecas aos processos subjetivos desvelados por grupos autogestionários em desenvolvimento no Brasil, apresentando como caso ilustrativo uma experiência contemporânea associada ao movimento de economia solidária – no caso do presente trabalho, tal experiência se refere a cooperativa “Mulheres mãos amigas”, a qual será apresentada e analisada a partir dos próximos tópicos.

Nesse ponto, cabe salientar algumas pontuações realizadas por Vasconcelos (2002) no que resguarda a conceitos básicos para a produção de pesquisas interdisciplinares. A primeira delas ressalta que, em geral, um contato inicial com práticas complexas e interdisciplinares pode trazer a impressão de que estas estejam atreladas à adoção aleatória de um “ecletismo” ou “relativismo” teórico, em que seriam combinados múltiplos saberes/fazer, sem levar em conta suas origens e implicações. De acordo com o autor, mais do que uma confusão semântica no tocante aos conceitos de ecletismo e pluralismo, tal impressão contém, implicitamente, um debate teórico-político e epistemológico, que necessita de esclarecimento.

Por ecletismo, entendemos a conciliação e o uso simultâneo, linear e indiscriminado de teorias e pontos de vista teóricos e éticos diversos, sem considerar as diferenças e incompatibilidades na origem histórica, na base conceitual e epistemológica e nas implicações éticas, ideológicas e políticas de cada um desses pontos de vista, o que sem dúvida é problemático (...). Entretanto, isso é diferente de reconhecer a complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos físicos, biológicos, humanos, sociais e ambientais, que exigem um conjunto pluralista de perspectivas diferentes de abordagem. (...)

Entretanto, entendo que a confusão entre ecletismo e pluralismo não é apenas semântica ou cognitiva, mas esconde uma problemática epistemológica e política implícita que deve ficar mais clara, associada à discussão sobre o imperialismo epistemológico (...). Em algumas abordagens das ciências sociais, o ecletismo teórico é associado a uma carga emocional e política pejorativa muito forte, muito além dos equívocos conceituais e epistemológicos (...). O pressuposto dessa conotação superdimensionada, geralmente não explícito, é o da possibilidade da existência de uma teoria ou metadiscorso onipotente, capaz de revelar completamente as múltiplas dimensões essenciais do real e abarcar toda a complexidade e todos os problemas e objetos específicos de investigação e atuação social e profissional. Assim, a crítica ao ecletismo não é acionada apenas no campo teórico e racional, mas opera um dispositivo imaginário típico de projetos histórico-institucionais não democráticos, que se sustentam na estratégia de imperialismo epistemológico e que interpelam identidades sociais “compactas” e não pluralistas: a da associação inconsciente da imagem do eclético com a do “herege”, “pecador” e/ou do “traidor da causa” de uma teoria que é considerada com a fonte idealizada e onipotente para encaminhar a solução para todos os problemas da humanidade e do planeta (VASCONCELOS, 2002, p. 108).

A segunda pontuação destaca que a interdisciplinariedade não deve se resumir à interação entre diferentes disciplinas, paradigmas, campos epistemológicos e profissões: ela também implica campos de saber/fazer humanos que não se encaixam às categorias anteriormente citadas, tais quais o campo da arte e do senso comum e/ou cultura popular: *“assim, as práticas de interação não se dão apenas entre dimensões e saberes com status acadêmico, mas também fortemente com o campo expressivo da arte e com os saberes populares, mesmo que de forma contraditória e paradoxal”*. (VASCONCELOS, 2002, p. 111). A partir dessas considerações, vale colocar em foco a definição de Vasconcelos às práticas interdisciplinares:

As práticas “inter”, por sua vez, são entendidas aqui como promovendo mudanças estruturais, gerando reciprocidade, enriquecimento mútuo com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exigem a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando em comum os princípios e conceitos fundamentais de cada campo original em um esforço comum de decodificação e linguagem mais acessível dos próprios campos originais e de tradução de sua significação para o senso comum, identificando as diferenças e eventuais convergências entre esses conceitos e permitindo uma comparação contextualizada. Desta

forma, abre-se caminho para uma fecundação e uma aprendizagem mútua, que não se efetuam por simples adição ou mistura linear, mas por uma recombinação dos elementos internos (VASCONCELOS, 2002, p. 113).

Assim, revela-se, neste trabalho, uma tentativa de produção plural e aberta de conhecimento no tocante à temática central, tendo em vista a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno estudado.

Nesses termos, a pesquisa não pode ser compreendida como instrumento estático ou estanque, a partir do qual são constituídas verdades totalizadas. Ela desvela-se dinamicamente, através de dispositivos complexos, calcados em aproximações críticas em relação a diversos níveis do objeto estudado, afastando-se por completo de qualquer pretensão de generalização linear.

5.2. Especificação dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa foram 21 mulheres, todas moradoras da cidade de Contagem, com idades entre 18 e 65 anos, que formaram, há cerca de dois anos, a cooperativa “Mulheres mãos amigas”, com o apoio do projeto “Ciranda solidária”, desenvolvido pela Obra Social Dom Bosco.

A Obra Social Dom Bosco faz parte da ação social da inspetoria Madre Mazzarello, das irmãs salesianas. É uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que, há 25 anos, atua no município de Contagem, com o intuito de promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e adultos que residem nos bairros Nova Contagem, Parque São João e Eldorado. Para tal, a Obra vem organizando vários projetos, como “Arte e cultura solidária”, “Educação infantil”, “Agente jovem”, “Café da manhã”, “Bem

viver”, “Ciranda solidária”, entre outros, em parceria com iniciativas privadas e poder público.

Quando surgiu, em 2002, o projeto “Ciranda solidária” buscava oferecer à população em situação de risco social cursos de culinária e trabalhos manuais, com o objetivo de criar espaços de socialização, através dos quais se promoveriam novas formas de geração de trabalho e renda. Ao longo de seu desenvolvimento, o projeto passou a adotar e propagar os princípios e as práticas referentes ao movimento de economia solidária, motivando-se efetivamente a partir da participação da Obra Social Dom Bosco nos Fóruns Sociais Mundiais, realizados em Porto Alegre. Nesse sentido, os objetivos e as atividades características do início do projeto foram reformuladas, dando lugar ao desenvolvimento de iniciativas específicas de formação e capacitação de trabalhadores em cooperativas populares. Foi através das ações promovidas pelo “Ciranda solidária” que surgiu a cooperativa “Mulheres mãos amigas”.

Procuramos esse empreendimento para um primeiro contato no dia 21 de março de 2006. Nessa ocasião, foram apresentados motivos, perspectivas e objetivos do presente estudo. Uma semana depois, houve novo encontro, no qual as cooperadas expressaram, de forma unânime, interesse em participar do processo de pesquisa. Tal concessão também partiu da Obra Social Dom Bosco, visto que, durante o período de investigação da presente pesquisa – de março a dezembro de 2006 –, a cooperativa desenvolvia suas atividades dentro do espaço do projeto “Ciranda solidária”.

A partir dessas considerações, cabe assinalar algumas características marcantes da organização e do funcionamento da cooperativa “Mulheres mãos amigas” ao longo da fase de pesquisa.

Em primeiro lugar, registra-se que, nesse período, as cooperadas se dedicavam à produção de sabonetes, *biscuits*, bombons e caixas de presentes, comercializados de forma eventual, através de encomendas e feiras de economia solidária, em âmbito municipal e estadual.

Em segundo lugar, enfatiza-se que a divisão das atividades se realizava, segundo as palavras das próprias trabalhadoras, “*de acordo com as vocações, dons e vontades de cada uma*”¹. Embora existissem, no grupo, especialistas em produtos específicos, criou-se ali o compromisso e, sobretudo, o desafio de ensinar e aprender em conjunto, compartilhando todas as idéias e práticas relativas às particularidades do processo produtivo. Tal desafio, contudo, permeou-se por uma série de contradições e ambivalências, que podem ser observadas nas seguintes declarações:

*Cada qual gosta daquilo que sabe, mas tem aquelas que já têm dificuldades de aprender, que às vezes a mentalidade daquela é mais velha, não tem aquela cabeça, não quer aprender, não tem força de vontade. Então isso infelizmente aqui dentro está acontecendo, falta às vezes um pouco de compreensão. Vamos supor, eu sei embalar, ela sabe pintar, ela sabe fazer biscuit, sabe fazer colagem, mas tem aquelas que não sabem nada ainda; ninguém ajuda os que não sabem. Sabe o que eles podem falar? Ensina-me? Ensina-me?*²

*A gente ensina uma à outra, tem que ver se a pessoa quer aprender, se tem boa vontade e que tem mais facilidade passa para quem não tem. Ensinar com má vontade não dá. Com vontade todo mundo aprende a fazer a massa, da primeira vez que ensinou eu aprendi e estou fazendo até hoje. Rapidinho ela me ensinou, quer dizer, estava com boa vontade de ensinar*³.

Por fim, vale destacar que todas as decisões da cooperativa, envolvendo desde aspectos referentes à escolha das matérias-primas utilizadas até questões relativas às modalidades de comercialização dos produtos, eram tomadas de forma coletiva, sendo que cada participante representava um voto,

¹ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 30 ago. 2006.

² Informação verbal obtida em entrevista realizada em 30 ago. 2006.

³ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 9 ago. 2006.

independentemente do cargo, função ou serviço que exercesse. Os direitos e responsabilidades acerca do trabalho cooperativo eram, assim, igualmente compartilhados, embora houvesse divisão organizacional entre representantes do Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Diretoria.

5.3. Algumas considerações acerca de um importante momento na trajetória do movimento solidário em Contagem: a 1ª Conferência Estadual de Economia Solidária.

A escolha por esse tópico tem por objetivo explicitar algumas mudanças de grande relevância no tocante ao desenvolvimento do movimento solidário em Contagem, ressaltando-se sua implicação para a cooperativa “Mulheres mãos amigas”.

O movimento de economia solidária em Contagem, ao longo dos últimos três anos, vem organizando-se e fortalecendo-se significativamente. Configurou-se, ali, um quadro de expansão, caracterizado por constantes sistematizações entre empreendimentos solidários locais, buscando construir um panorama próprio de atuação, amparados em parcerias tanto com organizações da sociedade civil quanto com setores do poder público.

Um dos momentos emblemáticos desse cenário deu-se com a realização da “1ª Conferência estadual de economia solidária de Minas Gerais”. Esse evento ocorreu nos dias 03 e 04 de junho de 2006, reunindo, no auditório da Obra Social Dom Bosco, cerca de 400 pessoas, vindas de todas as regiões de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha, Triângulo Mineiro, Zona da Mata, entre outras). O público era formado por trabalhadores de grupos solidários,

membros de entidades de apoio e gestores públicos das esferas municipal, estadual e federal.

Salientamos, aqui, três trechos de discursos realizados ao longo da conferência, que refletem perspectivas e olhares sobre a sistematização de políticas públicas no campo da economia solidária em Minas Gerais, resgatando também algumas vicissitudes históricas, principalmente no que se refere às conexões entre o movimento solidário e o movimento conhecido como “novo sindicalismo”, já abordadas nesta pesquisa.

De acordo com Xica da Silva, representante do Fórum Mineiro de Economia Solidária:

É importante a nossa lei de município; eu sou de Ribeirão das Neves, mas o mais importante é uma política do governo federal para que possa nos permitir que nós, no informal, tenhamos o direito e a liberdade de lutar por esses atores que são os empreendimentos, que somos os mais importantes (OBRA SOCIAL DOM BOSCO, 2006).

Destacam-se, também, as palavras de Benedito Anselmo, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

Primeiro dizer que economia solidária, a gente não imagina desenvolvê-la num Estado que não tem permanentemente aprofundado seus espaços democráticos, mas não teremos que construir a verdadeira economia solidária num Estado que não tenha suas instâncias onde a gente possa exercitar a democracia, porque a economia solidária é sinônimo de democracia, é sinônimo de autogestão, então qualquer discurso, de prefeituras, Estados, do governo federal, que não priorize espaços onde o Estado é ator e, ao mesmo tempo, arena, se fazendo exercitar o campo de discussão democrática nas contribuições de políticas públicas, políticas de Estado, será mera conversa, mera retórica, e isso tem que ser configurado em uma coisa explícita: recursos do orçamento para o desenvolvimento da economia solidária (OBRA SOCIAL DOM BOSCO, 2006).

Por fim, segundo Ademar Bertucci, membro do grupo de coordenação da “1ª Conferência nacional de economia solidária”:

Por volta de 67, 68, a luta dos trabalhadores que, nessa perspectiva de autogestão, revelavam sua força em Contagem e Osasco, então não é só coincidência ou acaso ou providência divina, o que nós

estamos aqui resgatando é a luta dos trabalhadores que, no meio de uma ditadura brava que os encarceravam, e que tiveram nessas duas cidades que hoje sediam suas Conferências Estaduais, assumindo a continuidade da luta dos trabalhadores pela autogestão. Nós, na nossa proposta de radicalização da economia, da radicalização da democracia, estamos vivendo a democracia formal, a democracia política nos processos das participações sociais, a gente vem avançando, sobretudo nesse governo, mas a democracia econômica é a proposta da economia solidária que há 40 anos, aqui nessa cidade, revela a sua força, a sua pungência, que de certa forma nós todos aqui somos os herdeiros dessa luta e podemos dizer agora, com tranqüilidade e segurança, que outra economia acontece (OBRA SOCIAL DOM BOSCO, 2006).

Os principais objetivos do encontro foram a definição e a elaboração de prioridades e estratégias para a formulação de políticas públicas e programas voltados ao desenvolvimento da economia solidária, enfatizando-se os mecanismos necessários para o controle de execução dessas medidas. Para isso, foi proposto que os debates se orientassem a partir de três eixos temáticos.

O primeiro eixo, intitulado “Os fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo”, ressaltou as seguintes questões: como a economia solidária pode constituir-se em estratégia e política de desenvolvimento? Como articular a economia solidária com outras lutas e movimentos que formem a base social desse modelo?

O segundo eixo, denominado “O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas”, baseou-se em reflexões que buscavam delinear limites e contribuições atreladas às políticas governamentais relativas aos espaços ocupados pela economia solidária.

Por fim, no terceiro eixo, “Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social”, foram debatidas questões referentes às vicissitudes da integração entre ações de

diferentes esferas governamentais voltadas à economia solidária, assim como perspectivas ligadas à consolidação de novas políticas públicas, que respondam efetivamente às exigências e necessidades do movimento solidário.

Simultaneamente ao encontro de Contagem, foram realizadas conferências estaduais, no mesmo modelo de discussão e organização, em todos os Estados brasileiros.

Ao longo da Conferência, reafirmou-se uma reivindicação comum, expressa de forma clara e insistente pelos empreendimentos solidários ali presentes: a regulamentação de uma política estadual de economia solidária. Os participantes elaboraram, conjuntamente, uma carta, encaminhada ao governador do Estado.

Carta ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais; Aécio Neves.

Belo Horizonte, 04 de Junho de 2006.

Nós, participantes da I Conferência Estadual de Economia Solidária, representantes dos empreendimentos dos empreendimentos de Economia Popular Solidária, gestores públicos e de entidades de apoio, vimos, por meio desta, solicitar a imediata regulamentação da Lei n. 15.028 de 19/01/04, que institui a Política Estadual de Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais. A referida lei foi sancionada há mais de dois anos e sua regulamentação e implementação propiciarão avanços significativos para a Economia Solidária no Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente, Atores da Economia Popular Solidária presentes (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 2).

Além disso, foram eleitos os delegados que representariam Minas Gerais na “1a Conferência nacional de economia solidária” (CONAES), realizada de 26 a 29 de junho de 2006, em Brasília/DF.

A realização da I Conferência Nacional da Economia Solidária cumpre com um objetivo perseguido há algum tempo por grande parte dos segmentos, organizações, redes e diferentes atores: tornar visível para ser reconhecido aquilo que é real e muito pouco reconhecido: a existência de um setor de atividade produtiva que congrega parcela considerável de trabalhadores/as brasileiros/as sobre outras formas de relação de trabalho que não a assalariada. (...) A constituição do movimento de Economia Solidária no Brasil é recente, como também são recentes no âmbito do poder público, as práticas e programas explicitamente voltados a essa concepção.

Quase sempre criados a partir de demandas de movimentos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006, p. 7)

No caso específico de Contagem, a integração das iniciativas solidárias e a sistematização de suas expectativas e interesses durante o evento estadual contribuíram de forma incisiva para a aprovação da “Lei municipal de economia solidária” do município – Lei 4.025, de 18 de Julho de 2006 –, conhecida pelo nome de CONSOL. Cabe destacar aqui alguns de seus importantes pontos.

Art. 5º. São princípios da Política de Fomento à Economia Popular e Solidária:

I – O bem estar e a justiça social;

II – O primado do trabalho, com o controle do processo produtivo pelos trabalhadores;

III – A valorização da autogestão, da cooperação e da solidariedade;

IV – O desenvolvimento sustentável.

Art. 6º. São objetivos primordiais da Política de Fomento à Economia Popular e Solidária:

I – Contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais no Município de Contagem;

II- Contribuir para o acesso dos cidadãos ao trabalho e à renda, como condição essencial para a inclusão e mobilidade sociais e para a melhoria da qualidade de vida;

III- Fomentar o desenvolvimento de novos modelos sócio-produtivos coletivos e autogestionários, bem como a sua consolidação, estimulando inclusive o desenvolvimento de tecnologias adequadas a esses modelos;

IV- Incentivar e apoiar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão de empreendimentos populares e solidários, organizados em cooperativas ou sob outras formas associativas compatíveis com os critérios fixados nesta lei;

V – Estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular e Solidária e Agricultura Familiar;

VI – Fomentar a criação de redes de empreendimentos populares e solidários e de grupos sociais produtivos, assim como fortalecer as relações de intercâmbio e de cooperação entre os mesmos e os demais atores econômicos e sociais nos âmbitos regional, nacional e transnacional;

VII- Promover a intersetorialidade e a integração de ações do Poder Público Municipal que possam contribuir para a difusão dos princípios e objetivos estabelecidos nesta lei;

VIII – Criar e dar efetividade a mecanismos institucionais que facilitem sua implementação (BRASIL, 2006).

A aprovação dessa nova legislação significou, para as trabalhadoras da cooperativa “Mulheres mãos amigas”, segundo suas próprias palavras, “*uma maior segurança e um motivo de alívio*”⁴, frente às instabilidades e incertezas de um empreendimento em afirmação. Todavia, quando indagadas sobre as

⁴ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 30 ago. 2006.

possíveis realizações concretas desencadeadas por essa lei, as cooperadas disseram não saber ainda se, de fato, elas teriam algum apoio.

5.4. Instrumentos de pesquisa

A escolha dos procedimentos de investigação representa uma etapa fundamental do processo de pesquisa. Tal opção, segundo Vasconcelos (2002), não deve ser feita de forma aleatória, nem se desvelar em simples produto do desejo individual do pesquisador, ou ser tomada em relação às especificidades de suas competências técnicas. Deve respeitar critérios, levando-se em conta:

- a. *ser coerente com a estrutura teórico-técnica do projeto, que define o tipo de olhar e a forma de enquadramento do fenômeno em estudo e que acaba por priorizar tipos específicos de instrumentos e fontes de investigação;*
- b. *levar em conta a disponibilidade e a acessibilidade aos dados sob investigação;*
- c. *levar em conta e se adequar às características específicas dos indivíduos, da população, do ambiente ou organização sob investigação, inclusive ao tamanho da amostra necessária (em caso de estudos estatísticos) e às condições do contato para coleta de informação;*
- d. *levar em consideração os recursos humanos, financeiros, técnicos de análise, e o tempo e as condições concretas disponíveis para a realização do projeto, tornando-se factível;*
- e. *ser coerente com a estratégia institucional e com as questões éticas definidas do planejamento do projeto (VASCONCELOS, 2002, p. 209).*

A partir da temática central da presente pesquisa – breve cartografia dos processos subjetivos implícitos em iniciativas autogestionárias –, visou-se dar centralidade aos processos grupais, aqui compreendidos como agenciamentos sintetizadores de subjetividades. Para isso, optou-se, no trabalho de campo, pela utilização de dois procedimentos inter-comunicantes: a observação

participante e os grupos focais, visto que estes se mostravam coerentes com os objetivos e perspectivas apresentados neste trabalho.

5.4.1. Observação participante

A opção pela observação participante baseou-se em sua potencialidade em trazer à tona condições típicas e aspectos íntimos do cotidiano de um grupo social.

O principal objetivo desse instrumento de pesquisa consiste na captação de informações acerca “*das realidades dos atores sociais em seus próprios contextos*”. (MINAYO, 1999, p.59). Nessas informações, assinalam-se diversas “*minúcias do cotidiano*”: particularidades dos sistemas de convívio, trajetórias de conversas ao longo de uma reunião, sutilezas das relações sociais e afetivas desenhadas por um grupo. Através da observação participante, torna-se possível *apreender “o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”* (CRUZ NETO, 1999, p. 60).

No que se refere especificamente ao enfoque do pesquisador diante a realização de uma observação participante, Minayo esclarece:

(...) é preciso observar o aspecto legal e o aspecto íntimo das relações sociais, ao lado das tradições e costumes, o tom e a importância que lhe são atribuídos; as idéias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados por eles próprios, através de suas categorias de pensamento (MINAYO, 1994, p. 137).

No caso da presente pesquisa, a observação participante foi desenvolvida no período de 15 de junho a 15 de julho de 2006, tendo como contexto quatro aulas de “*formação social em economia solidária*”, realizadas

no interior do projeto “Ciranda solidária”. Para Ariadne Coelho, historiadora e uma das coordenadoras desse projeto:

A formação são formas encontradas para promover o despertar das pessoas para o conhecimento e a prática da economia solidária, essa economia em construção popular; tendo como ferramentas metodológicas as múltiplas linguagens da pedagogia de Paulo Freire⁵.

Cada formação teve a duração de aproximadamente uma hora e meia. A frequência das cooperadas, ao longo das quatro aulas, girou em torno de 80%. Os assuntos principais dos encontros compreenderam desde reflexões acerca das vicissitudes dos “princípios solidários” até aspectos referentes à elaboração de estratégias para a constituição organizacional e legal de uma cooperativa.

Na primeira formação, foram discutidos problemas e possibilidades da aplicabilidade cotidiana das dimensões jurídicas e ideológicas implícitas em uma cooperativa. No segundo encontro, ocorreu uma apresentação do modelo legal de composição do estatuto social para cooperativas – registra-se que, nesse período, ainda não existia um estatuto social organizado pela “Mulheres mãos amigas” –, sendo colocados em debate alguns pontos iniciais referentes ao tema. A terceira formação marcou a continuidade desse processo: as cooperadas dividiram-se em três grupos, que se responsabilizaram pela redação de módulos do estatuto, segundo decisões tomadas coletivamente naquele dia. Por fim, a última formação foi marcada pela leitura do material produzido pelos grupos, por meio do qual foram delineados os primeiros passos para a construção conjunta de um estatuto social definitivo.

Nesse ponto, cabe chamar a atenção para uma série de questões no tocante ao desenvolvimento da “Mulheres mãos amigas”. Em primeiro lugar, ressalta-se que, a cooperativa, desde seu início comprometeu-se a trabalhar a

⁵ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 20 jun. 2006.

partir dos princípios da economia solidária, apoiando-se, fundamentalmente, no trabalho autogestionário. Nesse sentido, os desafios relativos à organização de um empreendimento solidário revelavam-se a partir da prática cotidiana. De acordo com uma cooperada, o grupo foi *“aprendendo, crescendo e trabalhando sempre unido”*⁶.

Não se tratava de uma cooperativa institucionalizada que se lançava no mercado, mas de um grupo de mulheres em situação de risco social, o qual, paulatinamente, através de experiências e aprendizagens, erros e acertos, lutavam por sua afirmação, a partir da organização de uma iniciativa coletiva que lhes propiciasse melhores condições de vida. Com efeito, a geração de renda foi apontada pelas cooperadas como a grande prioridade e o maior desafio do empreendimento.

Na fase em que se realizou a pesquisa participante, o grupo começava a defrontar-se com a necessidade de sua legalização sob a condição de cooperativa, necessidade esta atrelada a possibilidades de visibilidade, reconhecimento e fortalecimento do empreendimento. Nesse contexto, as participantes entraram, pela primeira vez, em contato com uma série de procedimentos e termos jurídicos – muitas vezes, extremamente prolixos e problemáticos –, relativos à estruturação e ao funcionamento de uma cooperativa. Esse processo de regulamentação trouxe inúmeros questionamentos e reflexões para o grupo: vale a pena assumir a condição de cooperativa? Por que organizar uma cooperativa?

Inicialmente, consolidou-se um clima de ansiedades e preocupações em relação ao presente e ao futuro do empreendimento. Muitas trabalhadoras

⁶ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 27 jun. 2006.

estranhavam o fato de escreverem conjuntamente o estatuto, uma vez que não se julgavam “preparadas” para isso: elas pensavam não ter potencial para enfrentar esse novo desafio, expressando que talvez a vinda de um “expert” no assunto, o qual não atuaria como um aliado, mas sob a condição de “salvador da pátria”, pudesse ser a única alternativa para que o empreendimento perseverasse. Nesse período, multiplicavam-se dúvidas e inquietações sobre os “sentidos e implicações” que permeavam a constituição de uma iniciativa solidária.

Todavia, após intensas discussões acerca dos princípios da economia solidária, acompanhadas por esclarecimentos sobre as vantagens legais e pragmáticas de uma cooperativa em comparação a outros empreendimentos, chegou-se à conclusão de que essa formatação seria a melhor solução para o grupo. Concomitantemente ao processo de institucionalização da cooperativa, amadureciam as percepções e concepções no sentido da organização de uma “cultura de cooperação”, a qual se exerceria em contraposição e interação com as tendências de auto-regulamentação do mercado.

Convém destacar que uma das polêmicas intrínsecas a essa fase— qual seria o empreendimento “mais apropriado” do ponto de vista jurídico para se trabalhar a partir dos pressupostos da economia solidária – não se restringe ao caso específico da “Mulheres mãos amigas”. Ao contrário, ela estende-se a todos os âmbitos da economia solidária, estabelecendo-se como um ponto extremamente controverso até os dias atuais: muitos são os seminários, encontros e fóruns em que tal problemática é incansavelmente enfocada. A pluralidade e a ambigüidade das opiniões sobre o assunto, juntamente com as contradições de uma legislação vista por muitos como antiquada e

“tendenciosa”, fazem com que, embora a cooperativa seja apontada como modalidade preferencial, qualquer unanimidade, nesse sentido, ainda esteja muito longe de ser alcançada.

5.4.2. Grupos focais

A segunda técnica escolhida para esta pesquisa referiu-se aos grupos focais. Tal opção sustentou-se na compreensão de que as estratégias empregadas nesse instrumento possibilitaram a abertura de caminhos complementares de informação, no que tange ao assinalamento de percepções, idéias, opiniões, atitudes, hábitos, crenças e valores – maneiras de pensar, relacionar-se e sentir implícitas em produções subjetivas – relativos ao grupo investigado. Buscou-se, portanto, uma técnica que priorizasse o grupo como agenciamento de subjetivações, tendo em vista que os processos autogestionários, historicamente, estão imbricados a configurações coletivas.

O específico do grupo de discussão são as opiniões, relevâncias e valores dos entrevistados. Difere, por isso, da observação que focaliza mais o comportamento e as relações. (...) Do ponto de vista operacional, a discussão de grupo (grupos focais) se faz em reuniões com um pequeno número de informantes (seis a doze). Geralmente há a presença de um animador que intervém, tentando focalizar e aprofundar a discussão (MINAYO, 1999, p. 129).

O grupo focal pertence à categoria das entrevistas grupais. Há um tema central a ser investigado – neste caso, os sentidos das produções subjetivas imanentes aos sistemas autogestionários –, sendo o roteiro da entrevista um instrumento de orientação. Porém, diferente de uma entrevista individual, essa técnica centraliza os processos de interação emergentes no grupo, reduzindo significativamente os níveis de interferência do pesquisador. Sobre vantagens e

desvantagens da utilização dos grupos focais, Melo e Tanaka (2001) esclarecem:

Vantagens: o clima relaxado das discussões; a confiança dos participantes em expressar suas opiniões; a participação ativa e a obtenção de informações que não ficam limitadas a uma prévia concepção dos avaliadores, bem como a alta qualidade das informações obtidas. Desvantagens: dificuldades em conseguir participantes quando estes devem obedecer a critérios muito específicos; a produção de polêmicas e oposição na discussão, além de invalidação dos achados devido à ingerência de alguns dos participantes (MELO; TANAKA, 2001, p. 90).

Nessa etapa, as cooperadas dividiram-se em três grupos de sete pessoas. Cada grupo participou de uma sessão, com duração média de uma hora e meia. O critério utilizado para a definição dos grupos foi a combinação das mais diversas idades, funções e atividades, na medida em que a heterogeneidade emergia como relevante elemento de análise.

Os três encontros com os grupos aconteceram entre os meses de agosto e novembro de 2006, em uma sala situada no interior do projeto “Ciranda solidária”. Todas as sessões foram registradas em dois gravadores e, posteriormente, transcritas de forma integral. A fim de preservar a identidade das participantes e as regras de sigilo, os depoimentos são apresentados de forma anônima.

Foram esclarecidos os objetivos, as motivações e as formas de organização dos debates. Desde o início, foi colocado às respondentes que não existiam respostas certas ou erradas. Isso favoreceu a composição de um ambiente de espontaneidade e naturalidade, tanto nos discursos quanto nas ações.

A temática central foi tratada a partir de questões semi-estruturadas, flexíveis, dando vazão à constituição de novos questionamentos e direcionamentos durante as sessões.

No que tange à elaboração do roteiro de orientação, pretendeu-se colocar em foco as implicações – dificuldades e potencialidades – implícitas em um grupo de trabalho autogestionário, tendo com cenário a vida cotidiana da cooperativa. Assim, enfatizou-se uma série de particularidades que abrangiam da história do grupo investigado às formas de interação implicadas em seu desenvolvimento: quais motivações levaram à criação da cooperativa, de que forma se desenvolveram as relações de trabalho, quais as vantagens e desvantagens de se trabalhar em uma cooperativa autogestionária, de que forma são tomadas as decisões necessárias à organização e funcionamento, o que as trabalhadoras fariam se recebessem um convite para trabalhar num empreendimento “convencional” com as mesmas condições salariais e carga de trabalho existentes na cooperativa e, por fim, quais as expectativas para o futuro da cooperativa.

Nesse ponto, vale ressaltar as mais relevantes “passagens” reveladas durante a realização dos “grupos focais”. Ao serem indagadas sobre as motivações que as levaram a formar uma cooperativa, as cooperadas esclareceram que, ao entrar no projeto “Ciranda solidária”, este ainda funcionava como espaço de promoção de oficinas e cursos das mais diversas atividades, como artesanato, culinária, pintura, entre outros. A maioria das trabalhadoras entrou no projeto a partir de convites feitos por familiares, amigos e vizinhos que já conheciam e, em muitos casos, participavam dos vários projetos promovidos pela Obra Social Dom Bosco. Nessas oficinas, segundo as trabalhadoras, cada uma fazia seus produtos e os vendia por conta própria, não existindo obrigações no sentido de horários fixos e frequência de trabalho.

Com a progressiva transformação do projeto “Ciranda solidária” em uma iniciativa de incubação de cooperativas populares, foi proposto aos grupos das oficinas que se organizassem sob a condição de cooperativas. Questionadas sobre suas reações diante dessa idéia, as cooperadas disseram que, inicialmente, ficaram com muito medo, mas, com o passar do tempo, viram que, dessa forma, poderiam se fortalecer, alcançando visibilidade e reconhecimento.

Eu achei perigoso, eu pensei: “isto não vai dar certo, não”, mas aí depois a gente vai vendo, vai participando de reunião, vão acontecendo as capacitações e as coisas melhoram⁷.

Com o desenvolvimento do empreendimento, emergiram inúmeros problemas relativos à necessidade de se gerar renda em meio a um mercado extremamente competitivo, como dificuldades de comercialização e limitações na divulgação dos produtos, o que contribuiu para a difusão de angústias, culpas e incertezas dentro do grupo.

O grande problema aqui é que o dinheiro é muito pouco pra gente sobreviver. A gente trabalha, trabalha, trabalha e não ganha quase nada. Às vezes melhora, mas é difícil. Não tem espaço próprio pra vender os nossos produtos. E nunca sabe como vai ser o dia de amanhã⁸.

Diante de questionamentos sobre as dificuldades de se trabalhar em uma cooperativa autogestionária, as trabalhadoras responderam que conviviam com inúmeros conflitos internos – brigas, confusões, “fofocas” e discussões. Alguns depoimentos sobre o tema:

Eu trabalho pra burro e tem gente que não faz nada.

É difícil ter que conviver com gente diferente de você. Cada um tem seu jeito.

⁷ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 9 out. 2006.

⁸ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 9 out. 2006.

Eu me sinto explorada pelos outros.

Às vezes, quem é contrariado fica torcendo contra sem falar.

Tem gente que não gosta de assumir responsabilidades e põe tudo nas costas dos outros.

Tem gente que falta e nem liga pro resto.

Não dá pra confiar em todo mundo. Acaba sendo cada um por si.⁹

Por outro lado, sobre as questões ligadas às possibilidades do trabalho autogestionário, as cooperadas destacaram fatores como os laços de amizade, a autonomia, o reconhecimento e a inclusão social.

Quem não gosta de trabalhar aqui? Tem amizade e compreensão. A gente trabalha com responsabilidade e vontade e não prejudica ninguém.

Da pra conversar com outras pessoas, conhecer outras coisas, dar opinião. Eu acho o clima aqui excelente.

Eu estava deprimida em casa e só me recuperei depois que vim pra cá. As pessoas ouvem e respeitam a gente.

Hoje, eu estou participando, vivendo, apoiando, ajudando e recebendo. Para mim eu gosto de ajudar eu cresci até ontem como dizem eu era uma formiguinha que só ficava escondida com medo, mas agora tudo mudou.

O pessoal de fora começa a nos enxergar. Porque se você estiver num canto, ninguém te enxerga. Todo mundo te enxerga porque você é alguma coisa. É muito gratificante¹⁰.

Indagadas sobre o que fariam diante de um convite para trabalhar em uma empresa convencional, sob as mesmas condições de ganho de capital e carga horária existentes na cooperativa, 65% das cooperadas disseram que aceitariam o novo emprego, e 35% falaram que continuariam na cooperativa. Dentre as múltiplas razões expostas por aquelas que aceitariam o novo emprego, destacam-se possibilidades de maior estabilidade e segurança, principalmente no que se refere a fatores associados aos direitos trabalhistas.

⁹ Informações verbais obtidas em entrevista realizada em 30 ago. 2006.

¹⁰ Informações verbais obtidas em entrevista realizada em 30 ago. 2006.

Lá tem estabilidade, lá tem carteira, lá tem fundo. Aqui a gente não tem nada.

Estou velha e preciso pensar em aposentadoria¹¹.

Já dentre as razões expressas pelas que continuariam na cooperativa, enfatiza-se aspectos relacionados à satisfação em dirigir o próprio empreendimento, bem como sensações de bem-estar, alívio e alegria ligas a uma condição “terapêutica” da cooperativa.

Eu não aceitaria, porque prefiro ser dona do meu nariz.

Aqui tem amigas pra conversar, pra entender e ajudar a gente. Lá, não sei.

Não gosto que ninguém decida as coisas por mim.

Aqui faz bem pra cabeça da gente. É uma terapia pra mim¹².

Por fim, no tocante às expectativas em relação ao futuro da cooperativa, os três grupos investigados mostraram fortes sinais de apatia e descrença.

A gente não pensa em futuro, não.

Espero que as que fiquem sejam muito felizes¹³.

Registra-se, nesse ponto, que, durante o período de investigação, a cooperativa “Mulheres mãos amigas” passava por seus últimos meses sob a condição de iniciativa diretamente “incubada” pelo projeto “Ciranda solidária”. O ciclo de formação e incubação teve duração de dois anos, terminando em dezembro de 2006. Depois desse tempo, o projeto continuaria dando apoio à cooperativa, mas as trabalhadoras deveriam encontrar um espaço próprio de funcionamento, dando os primeiros passos para a constituição de um empreendimento efetivamente autônomo. Essa “ruptura parcial” trouxe uma série de inquietações, angústias e aflições ao grupo:

¹¹ Informações verbais obtidas em entrevista realizada em 30 ago. 2006.

¹² Informações verbais obtidas em entrevista realizada em 9 out. 2006.

¹³ Informações verbais obtidas em entrevista realizada em 20 nov. 2006.

A gente ainda não se acostumou com isso, vai ser muito difícil.

O grupo quase nunca toma iniciativa das coisas. Parece que tem gente que não se interessa e nem se esforça.

Eu acho bom a gente andar com as próprias pernas, não ficar dependendo de uma entidade pelo resto da vida.

Aqui tem tudo na mão. Agora vai ter que pagar água, luz e tudo mais.

A gente vai ter de sair de dentro do projeto. E muita gente não aceita isso. É gente acomodada que se escorou aqui e não quer sair¹⁴.

Muitas trabalhadoras não se sentiam capazes de superar as pressões dessa separação. Instalou-se, então, um clima de desmobilização, desânimo e tristeza. Nessa fase, o grupo começava a se fragmentar. No que se refere ao último grupo focal, realizado em novembro de 2006, todas as cooperadas expressaram que não desejavam continuar no empreendimento em 2007. Questionadas sobre as razões dessa saída, elas disseram:

Aqui não tem união.

O grupo tem que estar junto. Chegar e falar: “vamos fazer?”. Mas isso ainda não acontece aqui direito.

Com três ou quatro pessoas “enrolando”, sem fazer nada, não dá pra trabalhar mais. Não dá pra carregar os outros nas costas.

A gente não tem dinheiro. Fica difícil demais.

Tem que vir para cá animada para conquistar todos os objetivos, é o que nós viemos fazer aqui e muita gente perdeu¹⁵.

Com a saída de parte das trabalhadoras, houve uma intensificação dos conflitos internos que, combinados a graves problemas financeiros, fizeram com que, naquele momento, surgissem inúmeras dúvidas e preocupações em relação ao futuro da cooperativa.

5.5. Breves pontuações sobre uma história de lutas e persistências

¹⁴ Informações verbais obtidas em entrevista realizada em 20 nov. 2006.

¹⁵ Informações verbais obtidas em entrevista realizada em 20 nov. 2006.

Mesmo com o fim do período de investigação, procuramos as cooperadas em 2007, pois havia uma pergunta fundamental a ser respondida: o que, de fato, havia acontecido com a cooperativa? Apresento agora breves considerações produzidas a partir desse encontro.

Apesar de todas as dificuldades atravessadas pelo grupo, este conseguiu manter-se ativo. O nome “Mulheres mãos amigas” foi mantido. Todavia, das 21 trabalhadoras que compunham inicialmente a cooperativa, restaram apenas dez.

O local de trabalho atual do grupo é a casa de uma das cooperadas. Às mercadorias que já vinham sendo produzidas nos últimos dois anos, somaram-se outras, como panos de prato, bonecas, chinelos, porta-retratos de material reciclado e bijuterias.

No que se refere às possibilidades de comercialização, as cooperadas, após intensos esforços, conseguiram um espaço provisório dentro de um *shopping center* em Contagem para expor e vender seus produtos, em conjunto com outros empreendimentos solidários da região. Nesse espaço, surgiram oportunidades de compartilhamento de idéias, conhecimentos e práticas entre os grupos de economia solidária ali presentes, as quais foram ressaltadas pelas trabalhadoras da “Mulheres mãos amigas” como um importante fator de fortalecimento da cooperativa.

Uma das cooperadas tornou-se monitora do projeto “Ciranda Solidária”. Em maio de 2007, esse projeto passou por um novo processo de ampliação de suas atividades, a partir do qual ganhou uma nova denominação – Centro de Referência de Economia Solidária (CRES). No que se refere, especificamente, ao caso da cooperativa “Mulheres mãos amigas”, o CRES continuou atuando

como um importante aliado e parceiro, através do desenvolvimento de ações complementares, calcados em assessorias provisórias sobre problemas e desafios enfrentados pelas cooperadas.

Por fim, vale destacar que, segundo as trabalhadoras da “Mulheres mãos amigas”, embora as dificuldades financeiras persistam, as inseguranças, os medos e as incertezas amenizaram-se, na medida em que aumentou a confiança do grupo em sua capacidade de resolver questões e impasses do cotidiano da cooperativa. A partir desse processo de amadurecimento, as trabalhadoras dizem-se esperançosas em relação ao crescimento da cooperativa e sua consolidação como empreendimento solidário estável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de economia solidária tomou consistência no Brasil em meio à consolidação de um novo paradigma valorativo e pragmático, difundido por diversos movimentos sociais a partir dos anos 80.

Tal paradigma baseou-se na adoção de estratégias de institucionalização, através das quais se criavam novos canais de relacionamento e negociação com o Estado e com o poder privado. Difundiam-se, nesse contexto, diversificados mecanismos de caráter “técnico-propositivo”, associados a condutas éticas e políticas pautadas, em alguns casos, pelo corporativismo e pelo competitivismo, em que o desenvolvimento de projetos e programas públicos/privados ganhava centralidade como eixo articulatório das lutas sociais. A partir desse panorama, evidenciaram-se tendências de fortalecimento de organizações nacionais de representação dos movimentos sociais, geralmente, coordenadas por ONGs (organizações não-governamentais) e/ou por outras entidades de apoio (universidades, sindicatos, entre outras.).

A economia solidária desdobrou-se em um exemplo emblemático dessa nova fase. Muitos são os participantes desse movimento que atribuem às políticas de parceria – em especial, no que se refere ao poder público – um papel decisivo no tocante ao desenvolvimento e ao crescimento da economia solidária brasileira. De fato, alguns fatores, como a criação de redes nacionais, estaduais e municipais entre empreendimentos econômicos solidários e seus “colaboradores”, a composição de políticas públicas coerentes com as

necessidades e exigências do movimento e a consolidação de parcerias com diversas organizações da sociedade civil tiveram grande influência na sustentação e difusão de práticas solidárias. Todavia, convém salientar alguns riscos que permeiam a abertura desses novos canais de “institucionalização”.

O primeiro deles diz respeito à constituição de relações de dependência – e não de parceria – entre movimentos sociais e organizações de apoio tanto públicas quanto privadas. Nesse sentido, os ditos “parceiros” podem ocupar posições privilegiadas, monopolizando os instrumentos de participação e deliberação acerca das estratégias, objetivos e rumos assumidos por um movimento social. Daí decorre a possibilidade de que se desenvolvam projetos, programas e políticas não condizentes com os reais interesses, demandas e necessidades dos verdadeiros protagonistas dos movimentos sociais, ou seja, aqueles que estão em suas bases – no caso da economia solidária, os trabalhadores de empreendimentos autogestionários.

O segundo risco reside no fato de que, com o advento da lógica “racional-institucional”, as práticas de “educação popular”, as quais foram fundamentais para a constituição dos novos movimentos sociais no Brasil, sejam colocadas de lado. Nesse sentido, cabe ressaltar que o enfraquecimento desses dispositivos “populares” calcados na conscientização, na mobilização e na transformação cultural pode levar a um quadro de descrença e passividade extremamente preocupante.

A esses riscos, articula-se um panorama sócio-econômico degradante, no qual boa parte da população busca desesperadamente por novas alternativas de geração de trabalho e renda, em meio à expansão de um mercado globalizado, marcado pela predominância do capital financeiro em

relação ao capital produtivo, pela auto-regulamentação e pela competitividade sem precedentes. No que se refere ao campo ocupado pelo trabalho formal, observa-se uma série de modificações e reajustes nos processos produtivos e organizacionais, em que são adotadas novas tecnologias de redução de custos, ligadas a sistemas de flexibilização das relações de trabalho: nesse cenário, criam-se mecanismos difusos relativos a novas técnicas de qualificação, com base na “absorção máxima” das forças produtivas em meio ao estabelecimento de condições provisórias e precárias de trabalho, normalmente amparadas em redes de terceirização. Assim, o sujeito trabalhador encontra-se cada vez mais absorvido e exigido, tanto do ponto de vista físico quanto psíquico – para trabalhar em “equipes”, são necessárias competências não só no que se refere ao campo técnico, mas a áreas ligadas à “criatividade”, à “sensibilidade”, ao comportamento e à polifuncionalidade –, envolvendo-se, pelo “horror” da perda do posto de trabalho tão dificilmente conquistado, em contratos salariais extremamente desvantajosos – em geral, os salários vêm diminuindo na medida em que os esforços despendidos nos processos produtivos se intensificam.

Ao mesmo tempo, crescem vertiginosamente os índices relativos às mais diversas modalidades de desemprego e subemprego no Brasil. Tal panorama combina-se à difusão de percepções e sensações calcadas em instabilidades, inseguranças, angústias, culpas e medos em relação às possibilidades de trabalho no presente e no futuro.

É justamente em meio à difusão desse panorama de profundas vulnerabilidades socioeconômicas, que os grupos autogestionários, associados à economia solidária, no Brasil, procuram se afirmar, sob a condição de

alternativas sócio-produtivas em relação aos esquemas tradicionais de trabalho.

Nesse ponto, convém questionar em que medida a emergência dessas “vulnerabilidades” estaria interferindo nos processos grupais norteados por práticas autogestionárias.

A partir dessa indagação, enuncia-se um denso sistema de conexões entre projetos econômicos e produções subjetivas, sociais, políticas, culturais, éticas e ecológicas. Nesses termos, cabe salientar a existência de registros históricos de casos fracassados, relativos a sistemas econômicos institucionalizados, com bases racionais altamente complexificadas, assim como de casos bem sucedidos, referentes a esquemas econômicos tecnicamente classificados como “inviáveis” e “improváveis”. Não que se queira, aqui, considerar tais situações como regras, nem que se pretenda desqualificar os padrões técnico-institucionais. A questão a ser enfatizada refere-se ao fato de que os ajustes e reajustes realizados isoladamente a partir de tais padrões não têm sido capazes de esgotar as complexidades implícitas em suas problemáticas, na medida em que não levam em consideração as influências e interferências de produções ligadas á outras lógicas como as que resguardam a dimensões subjetivas, sociais, culturais, ecológicas, éticas e estéticas.

Sob tal ótica, uma resignificação da concepção de autogestão que extrapole interpretações exclusivamente econômicas – pautadas pela adoção da propriedade coletiva dos meios de produção, indissociação entre tarefas de gestão e execução e total igualdade nos processos deliberativos e participativos – em nome da difusão de uma conotação pluridimensional em

que os sistemas autogestionários combinam-se as mais “diversas formas de produção” parece mais que pertinente para uma aproximação de caráter crítico e analítico em relação á um realidade tão difusa e complexa.

Por fim, a partir da constituição de tal concepção de autogestão, vale colocar em foco dois marcantes momentos relativos aos processos grupais autogestionários “captados” pela presente pesquisa, recordando-se que estes não devem ser compreendidos de forma totalizante ou polarizada, uma vez que, entre eles, existem inúmeros graus de derivação e variação.

Em primeiro lugar, ressaltam-se momentos em que o quadro de vulnerabilidades socioeconômicas anteriormente citado mescla-se a esquemas autoritários de concentração de poder, a partir dos quais a autogestão se realiza de “fora pra dentro” ou de “cima pra baixo”. Nesses casos, o que se observa é a proliferação de valores e práticas de caráter hegemônico, como o individualismo exacerbado, a competitividade, a culpabilização, o assistencialismo, o paternalismo e o clientelismo, trazendo uma série de distorções e obstáculos para a perpetuação do grupo.

Por outro lado, desvelam-se momentos em que, apesar das vulnerabilidades, os grupos autogestionários conseguem sustentar-se, por meio da construção de uma autogestão coletiva pautada por sistemas plurais e heterogêneos de compartilhamento de poder, em que todos se tornam co-responsáveis pelo empreendimento, participando da composição de dispositivos de intervenção que possibilitem a emergência de uma nova cultura do trabalho, baseada na melhoria da qualidade de vida. Nesses termos, trata-se de uma autogestão construída e “amadurecida” a partir da vida cotidiana do grupo, produzindo valores e práticas que, em muitos casos, podem associar-se

ao resgate e á reinvenção da autonomia, da reciprocidade e do respeito às diferenças, subvertendo os paradigmas dominantes.

A partir dessas considerações, surgem novas e importantes questões: até que ponto a repetição e a cristalização de um desses momentos poderiam estar influenciando nos caminhos e rumos adotados pelos grupos autogestionários ligados atualmente á economia solidária no Brasil? Que outras abordagens, “visões de mundo” e perspectivas poderiam auxiliar em um maior detalhamento crítico-analítico dos processos grupais de base autogestionária?

Sobre esse ponto, a presente pesquisa propõe um “instante de pausa”, momento este dedicado à abertura dos mais diversos espaços e canais de questionamento, reflexão, crítica e sugestão acerca de tão preciosa temática, a qual necessita e merece ser aprofundada.

Finalmente, enfatiza-se que tal “pausa” representa uma fase fundamental de um processo inacabado, ou, melhor dizendo, de um processo apenas iniciado. Nesse sentido, vale ressaltar que, do ponto de vista pessoal, ao longo do processo de pesquisa, o desafio de estudar as problemáticas, dificuldades e potencialidades iminentes aos sistemas autogestionários na atualidade superou e extrapolou as condições de mero interesse momentâneo para se tornar, de fato, um verdadeiro compromisso de vida.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendimentos pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ALBUQUERQUE, Paulo P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 20-26.

ALVES, Marco Antônio Pérez. **Cooperativismo, arte & ciência**: doutrina, prática e legislação. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 2003.

ANTEAG. **Autogestão**: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil**: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Rio de Janeiro: PACS, 1996.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Os jesuítas no Brasil colonial**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BANCAL, Jean. **Proudhon**: pluralismo e autogestão. Brasília: Novos tempos, 1984.

BAREMBLITT, Gregório. **Introdução à esquizoanálise**. Belo Horizonte: Editora Instituto Felix Guattari, 2003.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BERTHIER, René; LEVAL, Gaston; MINTZ, Frank. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Editora Unb, 2004.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Lei n. 5.764 de 16 de Dezembro de 1971. In: ALVES, Marco Antônio Pérez. **Cooperativismo, arte & ciência: Doutrina, prática e legislação**. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 2003, p. 156-200.

BRASIL. Decreto n. 300 de 26 jan. 2006. Institui o Centro Público de Economia Popular Solidária do Município de Contagem, seu Conselho Geral Gestor e dá outras providências. **Diário Oficial**, Contagem, 27 jan. 2006, p. 2.

BRASIL. Lei n. 4025 de 18 de Julho de 2006. **Diário Oficial**. Contagem, 24 jul. 2006, p. 1.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História**. São Paulo: Ática, 2002.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 51-67.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e articulação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global Editora, 1985.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Boletim do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Edição especial para a VI reunião da Coordenação Nacional do FBES. Brasília, 12 jun. 2006. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em 02 ago. 2006.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 81-92.

FONSECA, Isaque; VEIGA, Sandra. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FONSECA, Tânia Maria Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GAIGER, Luis. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. **Ciências sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 103-151, jul./dez. 2001.

GAIGER, Luis. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRCS, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a constituição da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 2002.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

*GUIMARÃES, Gonçalo (2000). Subvertendo e construindo o imprevisível In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). **Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo: Unitrabalho.*

*HUSMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.*

*KONDER, Leandro. **O socialismo do prazer**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.*

KRISCHKE, Paulo José; SCHERER-WARREN, Lise. **Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p.109-115, jul./set. 2005.

LUIZZETTO, Flávio. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANCE, Euclides. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: Fase, 2002.

MANCE, Euclides. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antônio (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 219-225.

MARTINS, Lúcia Helena. Autogestão: notas sobre a trajetória de uma noção. **Serviço social & realidade**, [s/l], v. 5, n. 1, p. 103-134, 1996.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective actions in the information age**. Cambridge: Cambridge Express, 1996.

MELO, Cristina; TANAKA, Oswaldo. **Avaliação de programas de saúde do adolescente: um modo de fazer**. São Paulo: Edusp, 2001.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: SENAES, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **I Conferência Nacional de Economia Solidária**: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Brasília: SENAES, 2006.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e Economia Solidária**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antônio (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 205-211.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Dinâmica de grupos populares**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

PERIUS, Virgílio, SCHMIDT, Derli; Cooperativismo e cooperativas In: CATTANI, Antônio (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-72.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá (Org.) **Mudanças no mundo do trabalho**: cooperativismo e autogestão. Fortaleza: Expressão, 2000.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUERO, Caio. **Nem patrões nem empregados.** Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/07/257665.shtml>>. Acesso em 03 nov. 2005.

RUSS, Jacqueline. **O socialismo utópico.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

SANICOLA, Lia (Org.). **Reti sociali e intervento professionale.** Napoli: Officine Grafiche Liguori, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio (org). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 116-125.

SINGER, Paul; SOUZA, André. **A Economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2003.

THIAGO, Raquel S. **Fourier: utopia e esperança na península do Saí.** Blumenau-Florianópolis: UFSC, 1995.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.